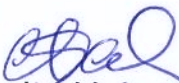


## TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

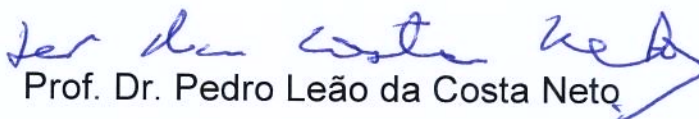
### **O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO IDEB 2016 E 2017, E A APLICABILIDADE DO ORÇAMENTO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Esta dissertação de Mestrado foi julgada e aprovada como requisito formal para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná. O texto foi aprovado pela seguinte Banca Examinadora:



Profa. Dra. Anita Helena Schlesener  
Orientadora e Presidente da Banca

Profa. Dra. Andrea Gouveia Barbosa  
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto

Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, 11 de fevereiro de 2019.



Profa. Dra. Anita Helena Schlesener

Coordenadora do PPGED – UTP.

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA**

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARANÁ: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO IDEB 2016 E 2017, E A  
APLICABILIDADE DO ORÇAMENTO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**CURITIBA  
2018**

**ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA**

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARANÁ: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO IDEB 2016 E 2017, E A  
APLICABILIDADE DO ORÇAMENTO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Anita Helena Schlesener.

**CURITIBA  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte  
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuti do Paraná

O48 Oliveira, Andre Luiz de.

O financiamento da educação nos municípios do estado do Paraná: uma análise dos resultados do IDEB 2016 e 2017, e a aplicabilidade do orçamento na educação pública municipal / Andre Luiz de Oliveira; orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Helena Schlesener.

123f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

1. Financiamento da educação. 2. Municípios paranaenses.  
3. Índice de desenvolvimento da educação básica.  
4. Arrecadação. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 379.1

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Almir e Osvaldina, à minha esposa Sheila e meu filho Lucas, que durante toda esta caminhada sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me e me dando forças.

Às minhas amigas e companheiras de viagem para Curitiba-PR Tatiani, Thais e Manuela, que juntas me ensinaram muito sobre a literatura e também sobre a vida, a vocês todo o meu reconhecimento pela garra, força de vontade e determinação, vocês são mulheres exemplares, mães batalhadoras, meu grande exemplo para toda vida com muito orgulho.

Ao meu grande incentivador desde a graduação Professor Gilson Mezarobba, que sempre acreditou que eu seria capaz de chegar até aqui, ao Professor Edson Bellozo que durante todos estes anos sempre esteve ao meu lado me dando força e apoio.

A Professora Jane Silva diretora da UCP que há nove anos acreditou no meu trabalho como professor fazendo toda diferença em minha vida profissional, ao coordenador do curso de Educação Física Professor Paulo sempre pronto a me ajudar, e a todos os professores e colaboradores da UCP, vocês são minha segunda família.

A todos os meus professores da UTP pelos ensinamentos que serão levados por toda vida, a minha querida turma de 2017 Mara, Rosangela, Raquel, Andressa, Sheila, Salete e Silvia. Aos amigos José, Edson, Jheiny, Angelica, Claudia, Meiry, Adriana e Cassia da Turma de Práticas Pedagógicas.

Ao meu amigo e irmão de caminhada ao longo de todo curso José Roberto, aos amigos e professores da Unicentro, Adenilson e Darlan.

A minha querida orientadora e amiga para toda vida Anita, que me ensinou cada passo até aqui, obrigado por me passar tanto conhecimento e confiança, você é uma diferencial para minha historia, a você todo meu carinho e admiração. A professora Andrea Gouvea por me abrir as portas da UFR e me auxiliar nos aprendizados sobre financiamento da educação.

Enfim, a todos os meus familiares e amigos que acreditam no meu trabalho e nos meus sonhos, em especial a todos os professores das escolas públicas que estudei em Pitanga - Pr.

*Em pensar que nossos avôs enfrentaram guerras e cruzaram oceanos para chegar aqui, então o que fizemos até aqui ainda é muito pouco, a caminhada continua longa, ainda há muito a fazer, mas a determinação e a coragem continuam as mesmas dos nossos avôs.*

André Luiz de Oliveira

## RESUMO

Este trabalho foi motivado pela constatação de diferenças significativas entre os municípios paranaenses no que se refere à gestão dos recursos e o Financiamento da Educação, diferenças que se apresentam nos resultados das avaliações em larga escala que visam a identificar a qualidade do ensino fundamental a partir da aplicação destes recursos. O objetivo geral é esclarecer a relação entre financiamento e avaliação, explicitando as contradições que permeiam o processo de financiamento e seus resultados nas avaliações em larga escala, neste caso o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) avaliado a cada dois anos 2016/2017; os dados de base de análise são os valores investidos e a eficiência dos gastos nos 399 municípios do Estado do Paraná. Os objetivos aliam dois momentos de abordagem do financiamento: um interno, de análise da distribuição dos recursos públicos pelos entes federados e a sua aplicação nas realidades específicas dos municípios; outro externo, de articulação deste processo com os interesses expressos nas políticas internacionais de avaliação adotadas pelo país a partir de acordos e compromissos internacionais de financiamento. Considera-se necessária esta abordagem para superar as análises meramente técnicas e superficiais de dados quando em sua base de distribuição interna. Analisa-se a relação entre a arrecadação versus a gestão e sua interferência nos resultados do IDEB, com a finalidade de desvendar a polêmica problemática de que somente recursos orçamentários são capazes de articular um ensino público eficiente e capaz de obter resultados significativos de qualidade nas avaliações em larga escala, de modo que a gestão realizada com baixos recursos também consegue os mesmos resultados significativos. O financiamento da educação é variável entre os municípios do Estado do Paraná devido à arrecadação individual de cada município ser diferente quando comparada a sua receita própria de arrecadação, ou seja, cada um possui realidade financeira específica uns com mais condições de investimentos outros com menos, e neste sentido que se apresenta o orçamento com objetivo de analisar os valores disponíveis para aplicação na educação e quais resultados as gestões municipais obtiveram no IDEB de acordo com seu potencial financeiro possibilitando assim a análise da eficiência do gasto com educação. A presente pesquisa possui caráter qualitativo e quantitativo e também documental, pois se propõe analisar documentos oficiais (Prestação de conta dos municípios paranaenses junto ao SIOPE), tendo como aporte teórico o método do materialismo histórico, o qual tem como finalidade desvendar as contradições que permeiam o âmbito do financiamento da educação pública do Estado, a partir de dados oficiais dos 399 municípios paranaenses. Desta forma serão apresentados todos os dados do IBED 2016/2017 bem como os valores aplicados em educação pelos municípios paranaenses nos respectivos anos possibilitando assim o comparativo entre investimento e aplicação do orçamento e suas relações com os resultados obtidos na avaliação do IDEB.

**Palavras-Chave:** Financiamento da Educação; Municípios Paranaenses; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Arrecadação.

## ABSTRACT

This work was motivated by the observation of significant differences between the municipalities of Paraná in terms of resource management and Education Financing, differences that are presented in the results of the large scale evaluations that aim to identify the quality of elementary education from the resources. The general objective is to clarify the relationship between financing and evaluation, explaining the contradictions that permeate the financing process and its results in the large-scale evaluations, in this case the IDEB (Basic Education Development Index) evaluated every two years 2016/2017; the basic data of analysis are the invested values and the efficiency of the expenditures in the 399 municipalities of the State of Paraná. The objectives allude to two moments of financing approach: an internal one, of analysis of the distribution of the public resources by the federated entities and their application in the specific realities of the municipalities; other external, of articulating this process with the interests expressed in the international evaluation policies adopted by the country based on international financing agreements and commitments. We consider this approach necessary to overcome the merely technical and superficial analysis of data when in its internal distribution base. The relationship between revenue and management and its interference in the results of the IDEB is analyzed in order to unravel the problematic controversy that only budgetary resources are capable of articulating an efficient public education capable of obtaining significant quality results in the evaluations on a large scale, so that management performed with low resources also achieves the same significant results. The financing of education is variable among the municipalities of the State of Paraná due to the individual collection of each municipality is different when compared to their own revenue collection, ie each has specific financial reality ones with more investment conditions others with less, and in this sense the budget is presented with the objective of analyzing the values available for application in education and what results the municipal administrations obtained in the IDEB according to their financial potential, thus enabling the analysis of the efficiency of spending on education. The present research is qualitative and quantitative and also documentary, since it is proposed to analyze official documents (Provision of account of the municipalities of Paraná with the SIOPE), having as a theoretical contribution the method of historical materialism, whose purpose is to unravel the contradictions that permeate the scope of the financing of public education of the State, based on official data from 399 municipalities of Paraná. In this way will be presented all the data of IBED 2016/2017 as well as the values applied in education by the municipalities of Paraná in the respective years, thus making possible the comparison between investment and application of the budget and its relation with the results obtained in the evaluation of IDEB.

**Keywords:** Education Funding; Municipalities of Parana; Basic Education Development Index; Collection.



## **LISTA DE SIGLAS**

BIB - Blocos Incompletos Balanceados  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CF - Constituição Federal  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica  
FUNDEF - Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
FUNDEPAR - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos  
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA- Lei Orçamentária Anual  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MDE - Manutenção do Desenvolvimento de Ensino  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMC - Organização Mundial do Comercio  
PCN - Plano Curricular Nacional  
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola  
PEC - Proposta de Emenda Constitucional  
Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos  
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATE- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar  
PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola  
PNE - Plano Nacional da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNSE - Programa Nacional de Saúde no Escolar

PPA - Plano Pluri Anual

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

TCE-PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, SUAS DETERMINAÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES</b> .....	17
<b>CAPÍTULO II – A ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, E OS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DO IDEB 2016/2017</b> .....	32
<b>2.1 O Financiamento da Educação No Brasil</b> .....	37
<b>2.2 A legislação e o Financiamento da Educação</b> .....	46
<b>2.3 Os Desdobramentos do Financiamento da Educação no Estado do Paraná</b> .....	56
<b>2.4 O Financiamento da Educação e os Índices de Avaliação do IDEB 2016/2017 nos Municípios Paranaenses</b> .....	63
<b>2.5 O IDEB e o Financiamento da Educação nos Municípios Paranaenses</b> .....	69
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, O PERCENTUAL DE RECEITA APLICADO EM ENSINO E SUAS RELAÇÕES COM RESULTADOS DO IDEB</b> .....	75
<b>CONCLUSÃO</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>ANEXOS</b> .....	99
<b>ANEXO I - Índices de financiamento da educação dos Municípios Paranaenses</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi motivado pela constatação de diferenças significativas entre os municípios paranaenses no que se refere à gestão dos recursos e o Financiamento da Educação, diferenças que se apresentam nos resultados das avaliações em larga escala que visam a identificar a qualidade do ensino fundamental a partir da aplicação destes recursos. Municípios com recursos elevados muitas vezes não apresentam resultados que deveriam condizer com suas arrecadações, enquanto outros, com recursos mais restritos, alcançam bons resultados na avaliação no IDEB. As disparidades constatadas levaram a apresentar como problemática desta dissertação as seguintes questões: Qual a influência do financiamento da educação nos resultados das avaliações em larga escala nos municípios paranaenses? Existe soberania entre os municípios do Estado que mais arrecadam e investem em educação, apresentando os melhores resultados no IDEB quando confrontados aos com menor investimento financeiro?

Explicitar a relação entre financiamento da educação e qualidade de resultados se justifica pela grande importância que os investimentos têm na educação pública para a formação das classes populares. Sem financiamento não há educação pública, o financiamento da educação é o responsável por arcar com todos os gastos do processo de ensino gratuito do Brasil sendo indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, que começa através da educação. Este trabalho justifica-se devido à necessidade de uma redistribuição financeira aos municípios paranaenses sem centralizar o gasto em educação somente na arrecadação da receita própria, que gera desigualdade na comparação com municípios menos desenvolvidos e com menor potencial econômico, que desta forma acabam tendo menos recursos para aplicar. Aliado a tudo isto está à obrigatoriedade de se aplicar a arrecadação no mesmo ano que ela ocorreu na educação pública nos municípios paranaenses, o que exige dos municípios um planejamento antecipado para o investimento, o que em geral não acontece. Constata-se que os municípios menores, com baixo índice populacional, apresentam baixa arrecadação e esta sofre muitas variações, por que estes municípios dependem da economia local principalmente da vinculação de impostos; quanto mais pobre um município e sua população, menor a sua arrecadação.

A distribuição do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos

âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Ou seja, os municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os Estados, com base no número de alunos do ensino fundamental e médio (SOUZA: 2009).

Ocorre que, conforme dados do IDEB, alguns destes municípios apresentam bom rendimento avaliativo, o que se entende ser resultado de um bom projeto de gestão. O objetivo geral deste trabalho é esclarecer a relação entre financiamento e avaliação, explicitando as contradições que permeiam o processo de financiamento e seus resultados, que expressam esta proposta da seguinte maneira: confrontar o financiamento da educação dos municípios paranaenses com o resultado das avaliações em larga escala, neste caso o IDEB avaliado a cada dois anos tomando o resultado de 2016-2017, analisando os valores investidos e a eficiência dos gastos nos 399 municípios do Estado do Paraná.

Os objetivos específicos se dividem em:

Primeiro: Investigar a questão do financiamento da educação no regime capitalista; Segundo: Investigar a estrutura do financiamento da educação no Brasil, e nos municípios paranaenses; Terceiro: Interrogar sobre os gastos com financiamento da educação e sua relação com os índices de avaliação com os resultados do IDEB 2016/2017, nos 399 municípios do Paraná e sua relação com os empréstimos realizados junto ao BID pelo Estado.

Os objetivos aliam dois momentos de abordagem do financiamento: um interno, de análise da distribuição dos recursos públicos pelos entes federados e a sua aplicação nas realidades específicas dos municípios; outro externo, de articulação deste processo com os interesses expressos nas políticas internacionais de avaliação adotadas pelo país a partir de acordos e compromissos internacionais de financiamento. Considera-se necessária esta abordagem para superar as análises meramente técnicas e superficiais de dados quando em sua base de distribuição interna.

Para o encaminhamento desta pesquisa os referenciais teóricos visam explicitar o contexto histórico no qual se produzem as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas na sociedade moderna, a fim de compreender as relações de força que constituem a realidade atual no recorte temporal que foi tomado como base de análise.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa possui caráter qualitativo e quantitativo e também documental, pois se propõe analisar documentos oficiais (SIOPE), tendo como aporte teórico o método do materialismo histórico, o qual tem como finalidade

desvendar as contradições que permeiam o âmbito do financiamento da educação pública do Estado, a partir de dados oficiais.

O estudo foi realizado no Paraná em seus 399 municípios, com análise dos resultados da avaliação do IDEB nos anos de 2016/2017 disponibilizados pelo MEC (Ministério da Educação), e através da prestação de contas apresentada ao SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) pelos municípios ao final de cada ano demonstrando os gastos gerais em educação pública no Estado que será comparada também com o número de matrículas e o custo aluno.

Para obtenção dos dados do IDEB foi utilizada a tabela de classificação dos municípios paranaenses, já disponibilizada e divulgada, disponível no portal online do MEC para todo o Brasil. Para obtenção dos dados apresentados através dos municípios paranaenses para prestação de contas anual, foi realizado protocolo para obtenção dos valores que cada um gastou com educação nos respectivos anos da pesquisa, ambas as análises foram possíveis por estarem de acordo com a Lei de Transparência LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, a qual possibilita o acesso a todos os dados oriundos do poder público.

E por fim relacionar os municípios em uma nova classificação primeiramente pelo percentual da Receita Orçamentária aplicada em educação nos anos de 2016/2017, e posteriormente pela nota obtida na avaliação do IDEB, apresentando então uma comparação do financiamento da educação com o desempenho dos municípios nas avaliações em larga escala.

Percentual da Receita Aplicado em Educação=(Fórmula 1)

Percentual da Receita Aplicado em Educação dividido pelo número de matrículas=  
custo aluno (Fórmula 2)

Para tanto, foi possível contar com larga base de dados e documentos que permitirão investigar o problema proposto.

O desenvolvimento desta pesquisa apresenta a introdução, situando a problemática identificada e a justificativa da proposição. O primeiro capítulo aborda a questão do financiamento da educação no modo de produção capitalista, suas determinações, limites e possibilidades. Parte de um breve esboço dos pressupostos que organizam a sociedade capitalista tratando-se de descobrir o que se esconde por trás dos fatos singulares, imediatamente dados; estes são a aparência da totalidade que foge ao entendimento regido

pelo pensamento comum que é fragmentado e funciona pela divisão em partes, para analisar as partes e depois reuni-las num arranjo descritivo e linear (causa e efeito). Aqui se pretende abordar a realidade do ponto de vista das contradições geradas no movimento histórico, visto que os fatos em si escolhidos como ponto de partida são nada mais que hieróglifos: sinais abstratos do real a serem interpretados.

Partindo de alguns pressupostos metodológicos que são básicos para tratar da problemática constatada: tomando-se os fenômenos sociais como históricos, foi preciso esclarecer o movimento, as transições e encadeamentos que articulam cada situação particular ao conjunto de relações. Conforme Marx (1974, p.135), pode-se dizer que “na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. Desta perspectiva, a base real de funcionamento da sociedade se encontra na totalidade das relações de produção, na estrutura econômica da sociedade. Marx acentua que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual”. Ou seja, é do entendimento do modo de produção que se deve partir para compreender o objeto desta pesquisa, visto que estudar as políticas públicas de financiamento da educação exige superar as meras reflexões sobre a aplicação de recursos, implementação de políticas, para esclarecer os pressupostos que se escondem e que são de âmbito nacional e internacional.

Cabe ainda entender a função do Estado visto que ele funciona como a instância que recolhe os recursos públicos e define a sua aplicação. Do ponto de vista da sociedade capitalista e do pensamento liberal, o Estado é entendido como neutro e acima da sociedade civil. Esta separação é criticada por Dias (2014, p. 20) referindo-se a algumas leituras de Gramsci: a “leitura da sociedade civil como lugar do consenso e em oposição ao Estado” é equivocada. A partir de uma análise da realidade italiana, Gramsci (1976, p.95) acentua que “a divisão dos poderes [...] constitui “o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que algumas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas as velhas classes dominantes”. Neste estudo Gramsci salienta que o aparato estatal articula-se com a sociedade civil e funciona como mediador para a efetivação dos interesses econômicos da classe dominante. Dias (2014, p. 20) acentua ainda que a separação entre sociedade política e sociedade civil “poderá perfeitamente ‘casar-se’ com teorias de governança responsável,

responsabilidade fiscal e demais manobras teórico-práticas de dominação do capital em sua fase atual”. Contudo, não correspondem à realidade, na qual o Estado atua como mediador para garantir interesses da classe no poder. Da perspectiva do financiamento da educação, a neutralidade do Estado é importante para ocultar tanto a origem do recurso público quanto os mecanismos de sua aplicação.

A abordagem do presente estudo tem também como pressuposto que a educação é central para manter e desenvolver relações sociais e garantir o pleno desenvolvimento da ordem instituída. Nesta perspectiva entende-se que:

“A educação é um processo que envolve a vida do sujeito desde o nascimento até a morte, ou seja, educamo-nos no movimento histórico, a partir das circunstâncias econômicas, sociais e ideológicas que caracterizam este movimento. Na sociedade capitalista, a educação, em geral, e entendida como educação formal e escolar, ou seja, um meio pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos. Essa definição permite explicar as dimensões da ideologia como forma de sustentar o que se apresenta como relações de domínio mascaradas em consenso passivo, em conformismo ou em relações de subalternidade”. Trata-se de refletir sobre o fato de que a educação, no contexto de uma sociedade submetida à lógica de produção do capital, vive em seu âmago uma grande contradição: “por um lado, preparar para a vida nessa sociedade voltada para a acumulação do capital e inserção no mercado de trabalho; por outro, criar as condições de emancipação política e cultural das classes trabalhadoras por meio da superação dos limites da alienação vigente, a fim de que tenham as condições de lutar por uma nova ordem social” (SCHLESENER, 2016, p. 13-14).

Ao abordar a questão do financiamento escolar tem-se em conta a sua importância para o processo de manutenção de uma estrutura econômica, social e política; entende-se também que esta mesma sociedade que a classe dominante pretende conservar e perpetuar tendo a escola como um dos seus instrumentos, é perpassada por contradições que, na escola, abrem um espaço valioso de questionamento e de formação crítica.

A educação pública nacional se funda em um sistema de leis que determinam as porcentagens de arrecadação das três esferas governamentais “Municípios, Estados e União”, que de acordo com a receita corrente de arrecadação de cada esfera deverão ser aplicados no ensino público; o financiamento da educação ao ser distribuído de forma desproporcional à realidade de cada região do país torna-se um agente fomentador da desigualdade na



construção da escola pública brasileira; outros fatores contribuem para esta desigualdade como é o caso da corrupção, dos desvios orçamentários, da falta de planejamento na execução da gestão, aplicação de recursos destinados a questões alheias às necessidades educacionais locais, mudanças de governo e conseqüentemente cortes de programas com efetividade dentre outros.

A estes problemas de gestão alia-se o fato de que a questão educacional é tratada em sua singularidade, sem contar que a escola se integra em uma ordem social excludente e que a sua qualidade depende não apenas de boa infra-estrutura ou bom currículo, mas principalmente do combate a todas as formas de exclusão (saúde, moradia, trabalho, acesso à cultura, etc.).

O segundo capítulo aborda no item 2.1. A estrutura do financiamento da educação no Brasil. O tema é desdobrado em dois itens: Primeiro: O financiamento da Educação no Brasil, que aborda o Plano Plurianual e as principais leis orçamentárias nacionais, bem como a forma gestão do executivo que não considera as realidades regionais e municipais: o executivo sanciona um orçamento que já vem pronto para atender suas expectativas, elaborado e construído por ele, que realiza os interesses programáticos do próprio executivo que na grande maioria das vezes não são condizentes com a realidade social local. Ocorre aqui uma contradição hegemônica no seio do Estado na sua relação com o restante da sociedade, contradição identificada entre projetos sociais diferentes: de um lado os interesses neoliberais e, de outro, os interesses dos trabalhadores em suas regiões; a falta de conhecimento por parte da classe trabalhadora deste conflito possibilita a inserção do capital na educação pública e suas políticas que são implantadas em seguida na gestão da educação nas três esferas de governo municipal, estadual e federal.

O financiamento da educação no Brasil apresenta-se como algo complexo, que pressupõe compreender sua história e seu desenvolvimento ao longo da formação do país e explicitar os caminhos e descaminhos que o dinheiro público percorreu e percorre até hoje. A educação pública financiada pelo Estado passou por inúmeros momentos até se consolidar no sistema atual de ensino que é oferecido aos alunos o que, na prática, nem sempre foi assim. O segundo subtítulo 2.2. Aborda a legislação e o financiamento da educação. O terceiro subtítulo 2.3. Os desdobramentos do financiamento da educação nos Municípios paranaenses: as fontes tributárias, a composição do financiamento da educação nos municípios paranaenses, constituída em sua grande maioria por meio da arrecadação de impostos, como

também ocorre nas outras duas esferas governamentais. Esta composição do orçamento e os valores disponíveis para investimentos são aplicados conforme a gestão de cada município.

O segundo capítulo no item 2.4. Aborda o Financiamento da Educação e os Índices de Avaliação do IDEB 2013/2015 nos Municípios Paranaenses, já o item 2.5. trata do subtítulo o financiamento da educação nos municípios paranaenses. Neste capítulo o IDEB será abordado na forma de sua aplicação como índice de avaliação da educação, tomando como base o contexto político, econômico e social onde ocorrem as suas relações práticas e de qual forma elas interferem no processo do financiamento da educação por intermédio da legislação nacional e suas regras, apresentando assim suas relações com a gestão em todas as etapas de ensino.

O terceiro capítulo pauta-se na análise dos dados referentes ao IDEB 2016/2017, com intuito de apresentar os valores aplicados em educação confrontando ainda com o número de matrículas para obter o custo aluno nas secretarias municipais de educação nos 399 municípios paranaenses e sua relação com os resultados da avaliação em larga escala, possibilitando assim a análise entre investimentos por meio do orçamento próprio dos municípios e seu desempenho frente ao financiamento da educação. Deste modo a análise estatística possibilitará um avançado estudo sobre o sistema financeiro disponível para aplicação no ensino público e suas relações entre os municípios estudados.

## CAPÍTULO I

### O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, SUAS DETERMINAÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES

O financiamento da educação brasileira é um dos temas centrais para se entender a crise pela qual passa a educação, desde a pré-infância até a Universidade. Para explicitá-lo, é preciso esclarecer as determinações da educação e de suas políticas de financiamento no contexto do modo de produção capitalista.

Conceber a educação em seu sentido ontológico é relevante para a compreensão do seu papel na sociedade, independentemente de um determinado período histórico. Tal exercício de abstração é importante para que tenhamos claro o limite da educação, na forma capitalista de sociabilidade, mas também, as suas possibilidades (MASSON 2016, p.30).

A educação pública nacional sofre atualmente da crise orgânica que perpassa o processo capitalista no qual a população está inserida, a construção da escola mantida pelo Estado e o sistema de ensino necessitam romper a barreira entre os interesses do capitalismo e a realidade do financiamento da educação, para com a realidade dos alunos brasileiros que necessitam do ensino público. É preciso transpor estes conceitos hegemônicos no sentido de não somente compreender o modo de produção capitalista, mas também formar as bases de uma nova ordem social começando pela escola, pela formação intelectual dos alunos; este talvez seja o grande desafio: formar novos intelectuais para superar o regime capitalista e suas desigualdades e, assim, construir um financiamento da educação condizente à necessidade brasileira no sentido de combater as desigualdades de formação que neste caso não se limitariam somente à educação.

Abordar o contexto em que se encontra a educação pública e quais fatores interferem no desenvolvimento destas políticas públicas, a ela voltadas no seio do Estado, remete-se de forma indispensável ao que Ianni (2000) afirma como sendo algo que ocorre de modo que:

Cria-se, desenvolve-se e aprofunda-se uma singular dissociação entre o Estado e a Sociedade. Em outras palavras, as diretrizes econômico-financeiras, políticas e culturais prevalentes no âmbito do Estado são cada vez mais evidentemente alheias às necessidades econômico-financeiras, políticas e culturais da maior parte da Sociedade civil. O povo, enquanto um conjunto de classes e grupos sociais subalternos, é esquecido pelos dirigentes, já que estes estão empenhados em "modernizar", "racionalizar" ou "dinamizar" as instituições nacionais de forma a intensificar a "inserção" da "emergente" economia na dinâmica do capitalismo mundial. Os governantes, em conformidade com as diretrizes e injunções das estruturas mundiais de poder, isto é, corporações transnacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Organização Mundial do Comércio

(OMC), entre outras, empenham-se em "reformular" o Estado e o conjunto das instituições nacionais, com o objetivo de acentuar a acomodação do "mercado emergente" com o mercado mundial. (IANNI 2000, p.52)

O modo de expansão capitalista tem em sua base os órgãos internacionais, que ao priorizarem as políticas de crescimento econômico, causam sérios danos na sociedade, mais especificamente nas classes populares que se tornam vítimas de uma exploração que inclui inclusive a educação e todo seu processo de formação.

O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade. O conceito de modo de produção resume claramente o fato de que as relações de produção são o centro organizador de todos os aspectos da sociedade. O que caracteriza o modo de produção capitalista são as relações assalariadas de produção. Suas relações de produção baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia e no trabalho assalariado (NETTO, 2008).

Para Schlesener (2016, p.63), a problemática no contexto do modo de produção capitalista pode ser abordada em duas vertentes: a primeira quanto ao modo de produção capitalista e suas consequências para o trabalhador; e a segunda, depois da tomada do poder pelos trabalhadores e a instauração de uma nova formação societária de homem e de educação.

Este deveria ser o procedimento social adequado para a formação de um sistema de ensino, o qual possibilitasse, entre outros fatores, a libertação da escola pública dos organismos internacionais; a tomada do poder pela classe trabalhadora significaria independência em todos os setores públicos para a formação de uma nova ordem, para toda a sociedade; a partir deste novo contexto de ordem social, assim seria possível uma nova forma de financiamento da educação pública para que as classes desfavorecidas resgatassem seus espaços tomados à força ao longo da história, no qual a classe dominante se utiliza de um instrumento de falsa democracia, que é impositivo e influenciado por órgãos externos em defesa do capital corporativo.

A escola refletiu sempre o seu tempo e não podia deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um grande regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho inútil (PISTRAK: 1981) neste sentido o autor ainda assinala:

A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas estas não tinham nem um interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, subordinando a maioria a seus interesses, e

é por isso que se esforçavam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação (PISTRAK 1981, p.32).

O processo capitalista mundial é constituído por vários aspectos interligados, sendo a expansão internacional uma das características, a qual se tornou evidente já no final do século XIX com a formação de cartéis e corporações e principalmente com a primeira guerra mundial, fase em que se tem um imperialismo de carácter monopolista. Este imperialismo tomou novas dimensões no curso da expansão capitalista assumindo, no século XXI, um embasamento ideológico e fundamentalista que o fortalece. A partir deste contexto a educação escolar passa então a ser desenvolvida como uma ferramenta exclusiva para a formação de mão de obra e de controle da ordem social; para o capital a escola não deve ser eficiente na formação do aluno e sim deficiente e com deficiências ao longo de toda formação do sujeito; para o capitalismo esta escola deve formar um aluno com a finalidade de ser uma mercadoria de trabalho escolarizada.

Um sistema educacional pertence, por seu objeto, que é a transmissão de representações do real, à superestrutura. É dependente do real, endógeno às variações da estrutura econômica: relações dos homens com a natureza, no jogo de relações sociais determinadas. O que o modo de produção capitalista modifica é esta relação com a estrutura econômica através do aparecimento da força do trabalho como mercadoria (LAUNAY 1979, p.186). A base desse movimento de consolidação do capital pela transformação da força de trabalho em mercadoria está na divisão social do trabalho, de modo que “a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” correspondem determinadas relações sociais, a “produção social da vida”, que se expressa também em determinadas formas de pensar (MARX, 1974, p. 135). Daí a importância da educação para as classes trabalhadoras.

Para Luxemburg (1984, p. 29) no movimento interno do modo de produção capitalista os grupos sociais aparentemente não-produtivos, bem como as formas pré-capitalistas de produção (artesanal e informal), tornaram-se importantes na configuração do capitalismo do início do século XX, contribuindo indiretamente para o processo de acumulação do capital, enquanto trabalhadores e principalmente como consumidores. O “capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas”, de modo que os países capitalistas disputam entre si como concorrentes as relações econômicas com os países não capitalistas.

O imperialismo leva a refletir o capitalismo monopolista no contexto da expansão mundial econômica, neste sentido entende-se que a “concentração de capital leva à monopolização em escala nacional e internacional, processo acompanhado pela intensificação da concorrência. Essa combinação gera as condições do imperialismo” (LENIN, 1980, p. 35).

O capital busca sempre a expansão e o domínio territorial, político; sua forma de atuação e perpetuação acaba por contribuir para a disseminação da pobreza devido ao processo exploratório criado em seu entorno, que tem como objetivo e finalidade concentrar toda riqueza nas mãos de uma minoria. Para que isso ocorra é preciso explorar uma maioria que neste caso é a classe trabalhadora desfavorecida de direitos e explorada pela pouca escolaridade, mas por outro lado favorecida de deveres; num processo de sociedade que atualmente prega a moralidade, principalmente através das grandes mídias que estão por traz do capital para auxiliar na exploração das classes populares perpetuando uma imagem de responsabilidade na crise econômica.

Gramsci faz uma importante análise na qual acentua e descreve crise destacando que a crise econômica cíclica que ocorre como desequilíbrio entre forças produtivas e relações de produção não pode ser rompida por causas mecânicas imediatas, mesmo que haja o “empobrecimento do grupo social que tem interesse em romper o equilíbrio”, mas sim pelo modo como a crise econômica se desdobra no seu entrelaçamento com o social e o político, que pode se traduzir em crise orgânica. A crise econômica, portanto, é “um aspecto parcial da questão das relações de força nos seus vários graus” (GRAMSCI, 1975, p. 1587-8).

As crises econômicas podem ser tomadas como motivo de ajustes que penalizam as classes trabalhadoras; o capital encontra uma maneira de justificar a pobreza e a desigualdade, desta forma introduz na sociedade um modelo de meritocracia a ser seguido. A escola pública deve superar este conceito ideológico de crise imposto pelo capital e redefinir a sua gestão: o financiamento da educação imposto no regime capitalista e destinado de maneira premeditada com finalidade já definida pelo capital que está por trás das ações do Estado no planejamento e na aplicação das políticas públicas precisa ser conhecido e modificado.

Por estes motivos descritos acima se faz necessário abordar e compreender o imperialismo, seus impactos na educação e na política mundial na qual Lenin descreve como:

O imperialismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países (...). Daí o extraordinário desenvolvimento da classe ou, mais exatamente, da camada dos que vivem de rendas financeiras (...) totalmente alheios à participação numa empresa qualquer e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo (...) confere uma chancela de parasitismo ao conjunto do país vivendo da exploração do trabalho de alguns países e colônias d'além-mar” (LENIN, 1960, p. 575-671).

Nesta fase do imperialismo, considerando-se a expansão identificada por Lenin e a relação de dependência denunciada por Rosa, que articula trabalho formal com a existência da informalidade, o desenvolvimento do centro com a existência da periferia, esclarecem-se os elos entre o capitalismo internacional e a fase de desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, país de periferia que fornece matéria prima aos países desenvolvidos. Por outro lado, recebe orientações internacionais sobre como administrar a educação e como avaliar os seus resultados. As orientações internacionais são geralmente quantitativas e pensadas a partir da necessidade do país, inserido no sistema internacional, de alcançar o equilíbrio fiscal necessário para manter seus compromissos econômicos internacionais.

O desenvolvimento do processo capitalista passa por diferentes etapas ao longo de sua história e é importante para compreender melhor o sistema educacional brasileiro, e o atual cenário que se encontra o financiamento da educação pública do Brasil se faz necessário, a abordagem das diferentes políticas adotadas no âmbito do imperialismo e do neoliberalismo para explicitar os motivos e as razões pelo qual é vivido o atual modelo de ensino nacional praticado na escola pública.

A partir da década de 70 tornam-se evidentes as influências dos órgãos internacionais nas políticas públicas nacionais, principalmente a sua influência e interferência na educação nacional através dos empréstimos concedidos aos países subdesenvolvidos, que até os dias de hoje não conseguem efetivar no Estado ensino público de qualidade com financiamento condizente a sua realidade e às necessidades locais oriundos de sua própria arrecadação.

Na construção da ordem capitalista a intervenção das instituições financeiras internacionais ocorre através da subordinação dos governos nacionais a um conjunto de condições prévias estabelecidas na solicitação de empréstimos externos e que permite avaliar a capacidade creditícia o potencial de desenvolvimento e a comprovar a capacidade real de pagamento dos estados (SILVA, 1999, p.31-32). Ainda segundo o autor no decorrer das negociações um conjunto de exigências prévias é estabelecido pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) e dirigidas:

A sustentação do modelo de desenvolvimento econômico local para consolidar a estabilização econômica através de reformas estruturais e setoriais, estabelecer as condições para um crescimento capitaneado pelo setor privado, implementar programas de privatização, eliminar barreiras ao fluxo de capital, realizar reformas constitucionais que eliminem monopólios estatais- telecomunicações, eletricidade e transporte rodoviário - implementar programas sociais de alívio da pobreza, reduzir o endividamento do setor público, facilitar o desenvolvimento e a competitividade do setor privado, reduzir continuamente o déficit público, fortalecer o sistema bancário, modernizar o Estado através de privatizações de empresas estatais, redefinir e redistribuir as funções do setor público entre os níveis estatal e estaduais,

priorizar a produtividade e a competitividade internacional do setor privado, intensificar o comércio no exterior, aumentar os investimentos em capital humano e melhorar a infra-estrutura do país. Ao supervisionar a implementação das determinações impostas e a disposição do governo federal em cumpri-las o Banco Mundial sinaliza para os investidores, as possibilidades de investimentos lucrativos” (SILVA, 1999, p. 32).

Ao subordinar o país a seguir metas, após a realização de empréstimos, o governo acaba por ter a obrigação de atingir metas que foram estipuladas antes da liberação dos recursos; muitas destas metas dizem respeito à educação, visando principalmente o seu controle e a sua limitação frente aos propósitos da classe dominante e seus interesses, sendo estes órgãos BM e FMI dois dos principais agentes fomentadores da desigualdade social no mundo.

O que ocorre é o “(des) interesse” da classe no poder em garantir uma educação pública de qualidade para todos e em resolver os seus graves problemas. Este “(des) interesse” da classe dominante pela educação, obviamente, é camuflado e revela um aparente paradoxo. Enquanto no discurso de governantes e empresários ela é declarada prioridade, esta não tem se materializado em uma política de financiamento que vise à ampliação dos gastos públicos que garantam uma educação de qualidade. Para o autor, este “(des) interesse” pode ser observado pela quantidade limitada de recursos destinados ao setor educacional (PARO 2005).

As políticas neoliberais de Estado mínimo têm justamente esta característica de precarização dos serviços públicos, a educação como formadora intelectual acaba por se limitar a ofertar ensino de baixa qualidade, para assim formar indivíduos que se subordinem apenas como mão de obra para o mercado de trabalho; em contrapartida a classe dominante mantém seus filhos em tradicionais colégios particulares com excelentes conceitos. Como a realidade social é excludente, estas políticas distanciam as classes populares do acesso ao conhecimento necessário para a sua formação integral e são preparados apenas para o mínimo necessário para desempenhar funções no trabalho.

Neste mesmo sentido, Paro (2005) afirma que a educação pode se transformar em um fator de transformação social à medida que:

A classe revolucionária se apodera da ciência, da tecnologia, da filosofia da arte, em fim, de todas as conquistas culturais realizadas pela humanidade em seu desenvolvimento histórico e que hoje se concentram nas mãos da minoria dominante. Esse saber, ao ser apropriado pela classe dominada, serve como elemento de sua afirmação e emancipação cultural na luta pela desarticulação do poder capitalista e pela organização de uma nova ordem social (PARO, 2005, p.105).



A educação pública ofertada pelo Estado tem em seu seio a luta e a constante busca pela igualdade de ensino, na escola pública estão os filhos da classe trabalhadora que buscam formação de qualidade sem ao menos conhecer o projeto de governo que se apresenta como pano de fundo para limitar a sua formação. Ao reproduzir sempre o ensino da formação de mão de obra o Estado permite à elite a expansão do poder e o aumento da desigualdade por intermédio da não formação de intelectuais, assim mantendo a ordem dominante evitando a contraposição da luta entre as classes. É neste contexto que os conflitos sociais gerados por uma sociedade fundada nos interesses do capital e, portanto, excludente, que se apresenta a grande contradição, na base de todo o fracasso da educação pública.

No que diz respeito à luta de classes é preciso considerar o projeto político para educação que cada partido político traz em sua essência, pois, “a história de um partido político não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social ao qual ele pertence; por isso, escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país através das suas atividades desenvolvidas” (GRAMSCI *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 373). A educação assume enorme importância para o projeto político das classes populares e suas instituições representativas têm a tarefa de dirigir e organizar suas lutas num contexto no qual, conforme Engels (2009), o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classes, na medida em que se apresenta como o mediador dos conflitos; no entanto, ao mesmo tempo, o Estado nasceu em meio ao conflito entre as classes e, por regra geral, o poder exercido pela classe mais poderosa, da classe econômica e politicamente dominante, detêm no Estado todos os meios para a repressão e a exploração da classe oprimida.

Para Helene (2011) uma das características mais perversas da sociedade brasileira é a desigualdade de renda. Muitos fatores estão na origem dessa situação, entre eles o sistema econômico, a ausência de uma reforma agrária real e efetiva, as heranças do escravagismo, a repressão aos movimentos sociais organizados, o monopólio dos meios de comunicação usados para propaganda das “verdades” que interessam às elites e as políticas educacionais excludentes. De fato, a educação tem sido um importante instrumento para a reprodução das desigualdades essa perversa desigualdade na formação educacional, quando combinada com a dependência da renda de uma pessoa adulta com seu nível de escolarização, fecha um círculo vicioso extremamente perverso. Ainda, segundo o autor ao escolarizar mal as crianças e jovens mais desfavorecidos, o sistema educacional está contribuindo para preservar ou mesmo acirrar as desigualdades econômicas, respondendo aos desígnios das elites econômicas, que

consideram inaceitável qualquer destinação de recursos públicos para fins sociais, inclusive para a educação pública, a qual deveria ser prioridade na luta pela educação pública e igualitária, esta deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais.

A desigualdade social é gerada pela exploração e expropriação do trabalho, acentuada pela concentração de renda e, no Brasil, está ligada diretamente com a qualidade da educação, sendo estes agentes controlados por interesses econômicos externos, e de corte de investimentos, o que Paro explica como:

A razão mercantil, ao procurar submeter tudo às regras do mercado capitalista, ignora por completo a singularidade do trabalho pedagógico, procurando implantar na escola os princípios e métodos administrativos das empresas de negócios, assim colhendo um fracasso retumbante na realização do aprendizado dos educandos. Junto com isso instrumentaliza a “fúria gestonária” em voga dos assuntos educativos, ocupada cada vez mais em favorecer interesses privatistas, em prejuízo dos supremos objetivos da escola pública e universal para todos (PARO, 2016, p.10).

Pensando em política educacional, as ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma função de alteração política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e da execução da política educacional, serão alcançados índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação, partindo de uma concepção crítica que considere sua função em atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos detentores do poder econômico, mas sim de programas universais e de ações sociais que possibilitem conquistas pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social (HOFLINNG 2001).

A educação básica luta para se constituir como prioridade nacional, com o concurso das ações de municípios e estados e do suporte de políticas de assistência da União. A sinalização é para políticas abrangentes, com redistribuição de renda. Os critérios para o exercício da função redistributiva da União podem ser qualificados como pertinentes diante dos diferentes recortes da desigualdade social e educacional, atentando para as desigualdades de renda, regionais, de etnia/cor, de residência urbana ou rural da população. Em que pesem os desafios de coordenação intergovernamental e outros associados à regulação e gestão das políticas, o que atualmente gera insuficiência de recursos aportados pela União para implementar políticas universalizantes que tenham resultados redistributivos e para que as

focalizações surtam efeitos compensatórios desejáveis, proporcionando justiça escolar e social (MORDUCHOWICZ, 2011).

Ao oferecer uma escola financiada com valores muito abaixo da realidade e das necessidades do ensino público brasileiro o Estado acaba contribuindo para o aumento da desigualdade social, isso ocorre devido à permissão dada à expansão das políticas privadas voltadas para a ampliação do processo capitalista principalmente quando este se apropria das políticas públicas para propagar seus interesses privados a qualquer custo. O Estado submete a escola à medida que, está passa a atender as expectativas do modo de produção capitalista na formação precária durante o processo de ensino.

- A precariedade no financiamento da educação e a sua relação com a desigualdade social.

Os problemas que requerem intervenção pública são muitos e de naturezas diversas.

São problemas

[...] associados a causas internas e externas ao sistema escolar, formando uma trama de mútuas influências. A configuração das responsabilidades das esferas de governo na oferta e no financiamento da educação faz parte dessa trama. No âmago da discussão do gasto público na educação, frente aos déficits de cobertura e às desigualdades na escolarização, se põe em xeque a participação de cada esfera de governo no gasto educacional (FARENZENA, 2012, p.106).

Com a divisão orçamentária desproporcional entre os entes federados e principalmente entre os municípios brasileiros e paranaenses no que diz respeito à arrecadação financeira, considerando que municípios maiores e mais desenvolvidos arrecadam valores superiores em suas receitas orçamentárias anuais, enquanto municípios menores, ou com pouco desenvolvimento industrial e econômico arrecadam menos, o que acarreta baixa nos valores disponíveis para investimentos na educação destes municípios, e conseqüentemente em outros serviços públicos essenciais para o desenvolvimento humano contribuindo assim para o desequilíbrio social e a propagação da pobreza.

Neste sentido pode-se dizer que:

O maior problema na educação está no investimento financeiro, pois, para promover qualidade é necessária a injeção de recursos, embora saibamos que há uma grande quantidade de impostos e a arrecadação corresponde a uma das maiores economias do mundo. No entanto, sugerimos que um dos problemas esteja na má distribuição dos recursos e, cabe à população, através de uma participação ativa, reivindicar seus direitos para um futuro melhor, participando das discussões e fiscalizando os gastos com a educação, ao contrário de aceitar passivamente ordenações que não promovam melhorias (SANTOS e VIEIRA 2017, p. 235).

Segundo Carvalho (2006, p.175) o que acontece são alterações históricas, que atingem a realidade social, mas não modificam suas estruturas. Sendo assim, as contradições sociais continuam movendo a sociedade, fazendo com que o capital se utilize de novas formas de administração produtivas no enfrentamento de suas crises, e os trabalhadores continuem resistindo e organizando-se, de uma forma diferenciada, talvez fragmentada e desarticulada, mas mantendo as lutas e movimentos sociais que de certa forma confrontam a hegemonia capitalista.

Aos trabalhadores não cabe somente aceitar a realidade social como ela é imposta pela classe dominante, quando aborda-se o desequilíbrio orçamentário de repasse financeiro principalmente da união para os municípios, se faz necessário ter consciência da desigualdade no financiamento da educação e conseqüentemente nos problemas sociais que a falta de investimentos em ensino causa a longo prazo, portanto se faz necessário a resistência e a participação na elaboração das políticas públicas para equilibrar o financiamento e proporcionar educação de qualidade de acordo com a realidade específica de cada Município e Estado brasileiro, se não houver mobilização popular na construção orçamentária do que será aplicado anualmente no ensino público, sempre irá prevalecer o domínio absoluto das políticas neoliberais e o aumento da desigualdade social.

Gramsci descreve que neste sentido é necessário levar em conta as relações de força tanto no momento subjetivo (dever ser) quanto no momento objetivo (o ser) movendo-se no âmbito de dois princípios:

O primeiro é que nenhuma sociedade se põe tarefas para cujas soluções não existem as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver. O segundo é o que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvidos todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 683).

Nesta correlação de forças, o novo precisa ser engendrado no interior do velho, ou seja, as classes populares precisam lutar por seus interesses no interior desta ordem social exploradora e excludente. O que ocorre nos dias atuais é exatamente o que Gramsci descreve acima, as classes populares devem sim participar da construção e elaboração de todo processo orçamentário de financiamento da educação, porém na prática a realidade dessa classe é totalmente diferente principalmente no sentido de ser desprovida de conhecimentos específicos, o que a torna frágil perante a classe dominante, a qual que se beneficia da pouca

escolarização dos trabalhadores para argumentar as necessidades em termos financeiros a sua realidade, e assim impõe como deve ser a distribuição do financiamento, que é totalmente não condizente com a realidade do país.

Responder ao desafio de garantir o direito à educação a toda população em idade escolar e aqueles que, por qualquer motivo, foram excluídos do sistema educacional, exige a constituição de um sistema nacional de educação que considera a diversidade de condições socioeconômicas existentes no país, de forma a encaminhar para a superação dos inaceitáveis índices de exclusão educacional, tendo consciência de que esta realidade é resultado de exclusões mais amplas, de fundo econômico, político, social e cultural (CRUZ 2009, p. 356).

Para Sousa Junior (2017) toda problemática social, econômica, política, cultural põe o proletariado como protagonista da história das relações capitalistas; todo processo de constituição desse protagonismo em classe-para-si, ou seja, como classe que se eleva ao nível da compreensão do seu lugar e da sua importância na história através de diversos e complexos processos sociais, no trabalho, na família, no bairro proletariado, nos sindicatos, nos partidos, nas associações, nas greves, nas escolas etc. Isso é todo esse complexo de relações compõe o amplo processo de educação do sujeito social revolucionário.

E neste sentido de formar um cidadão revolucionário com autonomia intelectual que o financiamento da educação deveria ter como finalidade principal a construção da escola pública autônoma frente ao Estado e ao capital, a qual Del Roio descreve como:

Elemento essencial para reforma moral e intelectual, ou seja, para a revolução socialista, era a difusão da filosofia da práxis como nova visão de mundo que superasse as excrescências religiosas e também a visão ideológica das ciências desenvolvidas em favor da acumulação do capital. Ainda que a educação preceda e envolva a escola, a instituição pedagógica, no Estado de transição, deve ocupar uma posição de enorme destaque, na medida em que está vinculada também com o problema dos intelectuais e da organização da nova cultura, ou seja, da construção e consolidação da hegemonia operária (DEL ROIO, 2010, p.133).

Na prática atual a realidade é contrária à liberdade operária na construção da formação de novos intelectuais por meio da escola pública. Ao distribuir de forma desproporcional o financiamento da Educação, o capital através de seu domínio frente ao Estado exerce seu poder pela apropriação das políticas públicas que deveriam ser independentes e voltadas para o combate à desigualdade social. As prioridades dos governos federais e estaduais deveriam ser a de políticas públicas que assegurassem uma escola construída e pensada para a libertação da classe trabalhadora para contrapor a hegemonia burguesa nacional e internacional.

As desigualdades persistentes no acesso à educação e nas condições de qualidade da educação estão associadas a desequilíbrios entre oferta de educação e capacidade de financiamento da educação entre os entes federados, que são os principais responsáveis pela oferta educacional. Assim, pensar em justiça na educação inclui problematizar as responsabilidades e as relações federativas, no que sobressai o debate sobre o papel da União. Não são os valores de assistência da União à educação básica de redes estaduais e municipais atualmente praticados que garantirão maior justiça escolar, seja qual for a dimensão considerada: igualdade de acesso, de oportunidades ou de resultados na educação (FORENZENA 2012, p.113).

A acessibilidade não depende unicamente de ampliação de vagas, mas exige melhor qualidade de ensino, além da necessidade de concretizar direitos sociais como saúde, moradia, trabalho, condições para que o acesso à educação se efetive.

O financiamento público permite, por intermédio do sistema fiscal, uma repartição do custo do ensino mais favorável aos capitalistas e coloca em suas mãos um poder controlador efetivo. E se possível supor que a mediação pública reduz o encargo educacional que suportam, pode-se pensar igualmente que assim se opera uma transferência de produtividade em favor dos mais poderosos entre os capitalistas, pois utilizam em média força de trabalho mais complexa. Isso não os impedirá de se beneficiarem eventualmente de uma ajuda do estado (diretamente ou por inserção tributária) para assumir uma parte das tarefas da educação. Enfim, o Estado garante pelo diploma a mobilidade da mão de obra qualificada e sua homogeneidade para o uso no processo de trabalho (LAUNAY 1979, p.190).

Ao explorar o sistema financeiro do Estado, o capital beneficia-se do ensino público para perpetuar a formação escolar que lhe interessa, que visa atender suas necessidades mercantis de mão de obra para o trabalho seja no sentido de qualificação braçal como no sentido de formação superior, caminho para formar a elite dirigente. Desta forma o capital utiliza-se do ensino público para formar um trabalhador a seus moldes sem nem um tipo de custo por sua parte, o Estado passa a ser o meio encontrado para bancar a formação e atender o mercado sem maiores custos. Ocorre que durante todo este processo o financiamento da educação é mínimo, racionado e não condizente com a realidade, o que acaba por enfraquecer a escola pública, tornando-a um agente frágil diante da luta pela formação intelectual visando à redução da desigualdade social.

A formação educacional de um aluno descendente da classe dominante pode explicar a desigualdade social quando comparada com a formação de um aluno oriundo das classes

populares tomando como base a escola pública brasileira como descreve Cunha ao analisar a formação de crianças do ensino primário no final dos anos de 1970:

A escola organizada para uma elite recebia crianças educadas, perfeitamente equipadas para, imediatamente, aprenderem a ler, escrever e contar, ou melhor, para vencerem o programa preconizado. Os alunos provindos das classes sociais menos afortunadas não recebem, em casa ou na classe social a que pertencem o preparo requerido pelos programas escolares preconizados para as escolas da elite que perduram no sistema escolar nacional. Daí as reprovações em massa, a escola organizada para atender os portadores de um cabedal de experiências que lhes permitem usufruir dos benefícios escolares que oferece (CUNHA 1979, p.122).

É preciso explicitar as contradições sociais, a divisão social entre classes antagônicas, a divisão entre dirigentes e dirigidos para entender a formação diferenciada oferecida pelas escolas, mesmo públicas, e como a desigualdade social interfere já nos primeiros anos de formação na escola; compreender a origem do aluno filho da classe trabalhadora exige compreender a realidade de que seus pais já foram escolarizados de forma precária ou pior que isso, nem escolarizados foram, estes alunos como seus pais estão inseridos em um processo de sociedade alheio às suas realidades econômicas; esta desigualdade social por eles vivida a décadas como acima descreve Cunha é a mesma dos dias atuais, na qual o privado escolariza uma minoria com excelência e o público uma maioria com precariedade; se a escola pública inicia a formação do sujeito de forma desigual quando comparada com a escola privada, inicia-se aí um dos mais relevantes agentes para fomentar a desigualdade social no Brasil, ficando claro que os filhos da classe trabalhadora neste sistema de ensino dominado pelo capital sempre irão ser explorados, talvez estes fatores contribuam para refletir o por que a desigualdade social se faz tão evidente atualmente.

Compreender a realidade da educação das crianças e jovens no Brasil é o grande desafio para redução da desigualdade social, tomando como pressuposto esta perspectiva Del Roio (2016), diz que:

Uma faceta importante da crise que afeta gravemente a vida social brasileira – e disso parece não haver dúvida- é a ineficácia da educação escolar. A organização e os conteúdos encontrados na escola pouco dizem respeito ao mundo de adolescentes e jovens. Muito em particular aos jovens das classes subalternas, a escola não é muito mais do que uma obrigação que desvia da dura luta cotidiana pela sobrevivência. A sobrevivência os aparta da escola que, de imediato, nada oferece (senão talvez a merenda), e faz com que a busca do trabalho de baixa qualificação e remuneração ganhe prioridade e que a sedução do tráfico e de consumo de drogas ganhe adesões (DEL ROIO 2016 prefácio).

As políticas públicas voltadas para educação deveriam garantir direitos básicos para construção e efetivação do ensino público que deveria ser voltado para a classe trabalhadora com formação integral, filosófica, artística, pedagógica, científica, cultural dentre outras fundamentais para formação de um sujeito crítico, com noção da realidade da sociedade onde vive. Neste sentido Schlesener (2009) destaca que:

A escola pública tem suas ações delimitadas pelas políticas públicas, contrapostas as diversas concepções de educação, que integram no conjunto da prática cotidiana: ao mesmo tempo que se restringem as ações a partir dos interesses econômicos e políticos do momento, entende-se que a escola precisa educar para a vida social e para a renovação das relações políticas formando indivíduos críticos, capazes de compreender o conjunto das determinações das quais participam e com as quais interagem. Com a crise social atribui-se á escola ações que não são especificamente suas e que, por suas condições e características, ela não pode desempenhar, visto que, muitas vezes, não consegue cumprir sequer as atribuições que lhe cabe (SCHLESENER 2009, p.168).

Ao ofertar uma escola com baixa eficiência o Estado passa a negligenciar a formação intelectual, isso ocorre por que além do objetivo de formar mão de obra para servir o capital, há por parte da burguesia dominante o temor de uma revolução socialista por parte dos filhos da classe trabalhadora; uma das formas de impedir que isso ocorra é sempre disponibilizar uma escola precária, evitando assim a formação crítica e ideológica de novos intelectuais para contrapor o Estado atual na luta por direitos e redução da desigualdade social. Neste sentido Rossi afirma que:

Por isso que não se trata de defender mais educação para o povo, mas de exigir toda educação, ou a instrução integral. Na sociedade burguesa embora se tenha obtido imensos progressos nas ciências e nas artes, os seus resultados são repartidos “apenas com uma parte mínima da sociedade, excluindo e por consequência desprezando a esmagadora maioria” como a riqueza social, também a riqueza cultural desta minoria “está na razão direta da miséria crescente das massas trabalhadoras a elevação cultural dos ociosos corresponde a degradação da classe trabalhadora que lhes sustenta o ócio. O monopólio da educação, da cultura e da ciência pelas “classes privilegiadas” em detrimento do operariado acaba por reforçar o domínio que aqueles exercem sobre os trabalhadores. A esta nenhuma oportunidade resta, independentemente de suas habilidades ou dotes pessoais (BAKUNIN apud ROSSI, p.132.)

O Brasil é um país subdesenvolvido com graves problemas de desigualdade social e por estar nesta condição sofre interferência de outros países no seu processo de desenvolvimento, principalmente econômico, ao ser dependente de empréstimos de agentes externos que ao realizarem apoio financeiro ao país, conseqüentemente acabam por dominar os rumos de alguns setores, um deles e talvez o principal é a educação por ter na base dos



contratos de empréstimos metas a serem cumpridas e resultados a serem apresentados. Isso representa um domínio internacional no controle dos rumos do ensino nacional e, pior, um controle da formação das classes populares que estão na escola pública; o financiamento da educação passa a ser vigiado por organismos externos que à distância irá controlar os rumos da educação brasileira, a precariedade de recursos e investimentos passa a ser explicitada de forma intencional e pensada para manter a exploração da classe trabalhadora.

Além de tudo o que foi descrito acima, cabe aqui salientar que o Brasil, para realizar a distribuição do orçamento público que compõe o financiamento da educação, está fixado em um emaranhado de leis conforme determina a constituição federal, as quais devem ser cumpridas de forma ordenada e em sequência, porque buscam executar todo planejamento para o gasto dos recursos públicos de forma correta, para evitar que ocorram desvios e corrupção por parte da gestão pública que irá gerir os recursos para a educação e após a sua aplicabilidade prestará contas aos órgãos responsáveis.

## **CAPÍTULO II**

### **A ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, E OS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DO IDEB 2016/2017**

Ao abordar o tema financiamento da educação no Brasil faz-se necessário a compreensão e a análise de um complexo sistema administrativo e financeiro que envolve todo planejamento governamental, nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal. Para configurar todo sistema de ensino nacional cada ente tem suas responsabilidades: os Municípios a de aplicar 25 % da sua arrecadação em educação, os Estados, 25% da sua arrecadação e a União 18% da sua arrecadação como prevê a Constituição (BRASIL 1988).

Ao descrever o planejamento e o orçamento público e suas atribuições previstas na Constituição Federal faz-se necessário explicitar os meios legais para o funcionamento de toda a estrutura financeira de aplicabilidade de recursos públicos conforme regulamenta o artigo 165 da Constituição, que determina um conjunto de três leis para elaboração, planejamento e execução dos recursos públicos. Headley (2014) descreve estas leis da seguinte forma:

Primeiro: o Plano Plurianual que tem a natureza de programa de governo, com duração de quatro anos e ocupa a função tática. Segundo: a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento legislativo característico de modelos nos quais o Poder Executivo tem a iniciativa legislativa e proeminência no processo orçamentário. O legislativo, em um momento anterior ao encaminhamento da proposta orçamentária, discute e aprova as condições gerais do orçamento a ser aprovado. Terceiro: a Lei Orçamentária Anual é a peça em que se consigna a previsão de receitas e as despesas autorizadas para o exercício seguinte a sua discussão (HEADLEY 2014 p.72).

O Plano Plurianual (PPA) é o início do planejamento e é feito pelo executivo para quatro anos de mandato, com objetivo de transformar o programa de campanha em metas públicas. A definição de metas do PPA pode abranger aumento de salário para professores, escolas novas, equipamentos como quadros novos, dentre outras metas públicas não só na educação, mas nas diversas áreas. O executivo, ao definir como meta, por exemplo, a construção de uma nova escola define dentro dos quatro anos quando será realizada a construção desta nova escola conforme previsto dentro do PPA para executar dentro de quatro

anos. Isso significa que a previsão para execução do orçamento é feita em cima de cada meta financeira prevista a ser aplicada. Porém, as metas podem ser alteradas dentro do prazo previsto para sua execução. Cabe ao executivo fazer as metas e ao legislativo auxiliar na aprovação.

O PPA deve ser o elo entre a sociedade a ser ouvida em reuniões públicas com objetivo de identificar coletivamente as precariedades na educação e, a partir daí, traçar metas a serem cumpridas dentro do que a população apresentar como necessidade; ao executivo é obrigatória a realização de uma audiência pública para apresentar o PPA para sociedade. Outra possibilidade de acrescentar recursos ao PPA: além da receita orçamentária própria dos municípios, os recursos podem vir por meio dos governos federal e estadual, através de emendas apresentadas pelo legislativo que, quando disponibilizadas em benefício dos municípios, devem ser incluídas no PPA auxiliando assim no aumento dos recursos públicos a serem investidos na educação ou em outras áreas públicas da gestão municipal.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) diz respeito às diretrizes e autorizações que indicam como executar o PPA, do que pode e como pode ser feito o que foi planejado. A LDO cria os artigos autorizando a realização do que se pretende executar, ou seja, estabelece as regras de como executar o orçamento no PPA para o ano seguinte.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) diz respeito à previsão estimada de receita para o ano seguinte fixando a despesa e apresentando a estimativa de quanto vai ser arrecadado e de quanto vai ser aplicado. Após aprovada pelo legislativo a LOA volta para o executivo sancionar e a partir daí então se passa a executar o PPA. A LOA tem como finalidade transformar um ano do PPA na estimativa da receita anual.

É preciso esclarecer aqui que PPA, LDO e LOA são fundamentais para construção do processo de gestão a ser realizado pelo executivo; o financiamento da educação nos municípios precisa passar por todo este processo de planejamento até se concretizar no chão da escola. O que se deve destacar aqui é que este planejamento deve ocorrer com a participação popular em todos os municípios paranaenses e brasileiros, que as metas e os investimentos aplicados devem favorecer primeiramente das classes populares que são quem mais necessitam do ensino público e de outros serviços oriundos deste poder.

Na lei é o que deveria ser aplicado, mas ocorre que na grande maioria dos municípios do Estado do Paraná a população não participa desta construção orçamentária, porque sequer sabe deste direito que lhe é assegurado. O que acontece a partir daí é que o executivo acaba por sancionar um orçamento que já vem pronto para atender suas expectativas, elaborado e

construído por ele, que vai de encontro com os objetivos do próprio executivo, e na grande maioria das vezes, não são condizentes com a realidade social local. Ocorre aqui uma contradição empírica no seio do Estado, gerada pela falta de conhecimento por parte da classe trabalhadora: por um lado, a aplicação dos recursos não corresponde aos interesses sociais locais; por outro, o executivo pode captar recursos de agentes externos, o que possibilita a inserção do capital na educação pública sem que se perceba sua interferência; esta ocorre no processo de gestão administrativa por políticas de interesse de grupos que são implantadas em seguida na gestão da educação nas três esferas de governo municipal, estadual e federal; os agentes externos que concedem empréstimos aos Estados defendem interesses que em nada correspondem aos interesses das populações locais.

As políticas públicas desenvolvidas pelo Estado na descrição de Dartou e Laval possuem, nos dias atuais, caráter neoliberal, que os autores descrevem como:

O neoliberalismo antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, em primeiro lugar é uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até na própria conduta dos governados (...). Abordar a questão do neoliberalismo pela via de uma reflexão política sobre o modo de governo modifica necessariamente a compreensão que se tem dele (...). O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e suas subjetividades (...), (DARTOU e LAVAL 2016, p.13-34).

Neste contexto desenvolvem-se as relações políticas, econômicas e ideológicas no sentido de que, a formação neoliberal busca a meritocracia desconsiderando as realidades sociais; desta forma, escolarizar oferecendo o mínimo, possibilita à classe dominante não só a condução da classe trabalhadora, mas sua representatividade na democracia à frente do poder de dirigir a sociedade e impor como ela deve desenvolver as políticas públicas e como serão geridas. Deste modo a subjetividade, que é formada socialmente, sempre favorecerá os interesses econômicos para dar sustentação às bases do capital para dirigir o Estado e assegurar a dominação do proletariado e a garantia de exploração desta classe inclusive na escola.

Ao se apresentar nas políticas educacionais, os órgãos externos marcam um novo período na história da educação com a consolidação do neoliberalismo que, segundo Dias (2012), deve ser interpretado à medida que se esclareça a atual conjuntura determinante na formação social de quem necessita do ensino público:

Para constituir sua hegemonia os burgueses devem impedir os subalternos de construir seu projeto ético-político, fazendo-os permanecer na esfera do econômico-cooperativo. Presos á cotidianidade, a mera produção e reprodução da vida nos

limites da ordem do capital, os subalternos perdem, tendencialmente sua autonomia (DIAS, 2012, p.133).

O sistema capitalista no início dos anos 1970 entrou em uma crise estrutural que desencadeou mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Partindo desta perspectiva, para Sousa, a crise econômica levou a uma redefinição da função do Estado:

Para o enfrentamento desta crise e a recuperação do ciclo de valorização do capital, pôs-se em andamento uma ampla reestruturação produtiva e novas formas de controle da força de trabalho, propiciada pelo fabuloso avanço tecnológico e pelo crescimento das taxas de desemprego. Na tentativa de recomposição dos percentuais de lucro, o liberalismo ortodoxo é recuperado, trazendo de volta a concepção de mercado como instituição racional capaz de coordenar todas as questões sociais e de vida econômica. Quanto ao Estado seu papel passa a ser redefinido: este fica reduzido a um mínimo de ações neste contexto é aberto para que fique conhecido como novo liberalismo ou neoliberalismo. Essa ideologia nasceu depois da segunda guerra mundial como reação teórica e política contrária ao estado intervencionista (SOUSA, 2006, p.119).

O neoliberalismo traz em suas bases de atuação os chamados agentes externos, que nada mais são do que organizações a serviço do capital, que adentram nas políticas de Estado por meio dos empréstimos realizados; isso ocorre em países pobres e subdesenvolvidos que, após receberem dinheiro destes órgãos internacionais, passam a sofrer com a intervenção das políticas públicas voltadas para as classes subalternas; os órgãos externos a partir daí passam a estabelecer as regras aos Estados que, reféns deste sistema, são obrigados a cumprir os contratos nos quais muitas das metas dizem respeito ao modo operante das políticas neoliberais.

Diante do exposto Bezerra e Oliveira fazem uma esclarecedora argumentação sobre as políticas neoliberais:

O liberalismo econômico instalou-se como suporte para a ideologia da classe dominante: a burguesia industrial e comercial. O princípio do individualismo ganhou nova roupagem pois foi trocado pela liberdade; o estado foi isento de responsabilidades sociais em nome das disputas mercadológicas (...). Diante desta nova perspectiva o Estado foi mais uma vez utilizado como meio para assegurar o domínio do capital. A intervenção na economia constituiu-se como maneira de sustentar os interesses da propriedade privada com fundo público. O fortalecimento estatal favoreceu de forma indiscriminada da acumulação capitalista (...), (BEZZERRA e OLIVEIRA, 2006, p.132-133).

Mesmo a Constituição Federal garantindo direitos iguais a todos os brasileiros, nota-se na prática que a desigualdade social disseminada nos países com governos que permitem a entrada de agentes externos só aumenta. Para o atendimento dos interesses neoliberais o que

se vê é um Estado que passa a funcionar em função de objetivos econômicos; as políticas públicas para combater a desigualdade deixam de ser prioridade, ocorre neste momento que a exploração toma novas formas como ferramenta de dominação por meio do trabalho, o capital enfraquece o Estado e, conseqüentemente, enfraquece todos os serviços públicos juntos. Entender a precariedade da escola pública exige entender a contradição presente nos países amarrados ao neoliberalismo: o que se passa no Estado não é algo natural, não acontece por meio de um fenômeno da natureza.

A educação pública não deve ser um mecanismo de domínio do capital econômico, Frigotto (1999) descreve a interferência neoliberal e como se criam novos conceitos para antigas práticas, a fim de mascarar os reais interesses, destacando que:

Os novos conceitos abundantemente utilizados pelos homens de negócio e seus assessores, globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e valorização do trabalhador, são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial (...). Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o BM, BIB, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados (...). Neste cenário os grandes grupos econômicos e os organismos que os representam, os novos senhores do mundo ou o poder de fato (FMI, BID, BM) empenham-se pelo controle privado (FRIGOTTO, 1999, p 33-86).

O capital internacional, na sua fase atual, necessita do controle econômico nos países pobres e subdesenvolvidos para ampliar a cada dia sua dominação, ao adentrar nas políticas educacionais tem por objetivo formar uma nova ideologia na qual busca propagar única e exclusivamente o seu crescimento tentando passar uma imagem com novos conceitos que nada mais são do que ferramentas para ludibriar a classe trabalhadora e passar uma falsa impressão de desenvolvimento; os agentes externos buscam servir o capital e ampliar cada vez mais o poder financeiro da classe dominante, que utiliza o Estado e suas políticas públicas em seu benefício próprio.

Diante deste modelo de Estado que está presente na prática social, Gramsci faz uma consideração realista e aponta que:

Não se insiste no fato de que nesta forma de regime (que, afinal, jamais existiu, a não ser no papel, como hipótese-limite) a direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, a sociedade civil, que é também “Estado”, aliás, é o próprio Estado (GRAMSCI *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 265).

As políticas neoliberais criam uma falsa sensação de democracia, no caso específico da construção do PPA, mesmo permitindo a participação popular através das audiências públicas, o plano na maioria dos casos somente é apresentado e dificilmente será alterado, primeiramente por que as classes subalternas desconhecem a legislação e seus direitos de participação, e segundo, porque o capital implicitamente já definiu nos contratos com o Estado as bases das políticas educacionais que irão ser desenvolvidas. Ocorre, portanto, que os empréstimos junto a organismos internacionais passam a estabelecer o cumprimento das regras contratuais; isso deixa claro que gestão administrativa não combina com participação popular devido à finalidade capitalista ser diferente das necessidades da classe trabalhadora. O capital, desta forma, se apropria do Estado e possui o seu domínio; as audiências públicas são importantes para os trabalhadores reivindicarem seus direitos e melhorias no ensino, porém esta é uma ferramenta ilusória utilizada por quem já se apropriou da democracia e definiu os rumos das políticas públicas há muito tempo.

## **2.1 O Financiamento da Educação No Brasil**

O sistema de ensino público nacional deve ser descrito de modo que sua história seja explicitada de maneira a demonstrar os diferentes períodos vividos pela população brasileira nas várias etapas passadas da educação pública, demonstrando assim como foram construídas e elaboradas as diferentes leis e todo o processo que abrange o financiamento da educação atual, sempre apresentando a contradição na construção histórica até a sua efetivação exposta nos dias atuais.

O financiamento da educação está presente desde o início da colonização do Brasil, conforme Menezes descreve sobre a história da educação nacional evidenciando três importantes períodos:

O 1º período decorreu do ano em que os jesuítas chegaram ao País (1549) até sua expulsão (1759); nessa época foi delegada aos membros daquela ordem religiosa a concessão das escolas públicas no País, assinalando o afastamento da Coroa em relação ao financiamento da educação nacional. O 2º período, compreendido da expulsão dos jesuítas até o fim da República Velha (1930), foi caracterizado: (1) pela busca de fontes autônomas de financiamento para a educação e, (2) por deixar a educação por conta das dotações orçamentárias dos governos dos estados e das câmaras municipais. Já o 3º período, que se estende da homologação da Constituição Federal de 1934 até os dias de hoje, tem sido marcado pela busca da vinculação constitucional de um percentual mínimo de recursos tributários para a educação (MENEZES, 2005, p. 1, 2).

O estudo sobre financiamento da educação no Brasil é algo complexo, é necessário compreender sua história e seu desenvolvimento ao longo da formação do país para explicitar os caminhos que o dinheiro público percorreu e percorre até hoje. A educação pública financiada pelo Estado passou por inúmeros momentos até se consolidar no sistema atual de ensino que é oferecido aos alunos o que, na prática, nem sempre foi assim.

Segundo Loureiro (s.d., p. 2) nos primeiros cinquenta anos de colonização portuguesa, a educação escolar efetivamente não existiu no Brasil. Em 1549, chegam aqui os jesuítas que instalaram suas escolas e seminários nas principais cidades do litoral brasileiro. Inicialmente, o financiamento da rede educacional jesuítica no Brasil era feito informalmente por meio de doações. Tal situação permaneceu até 1564, quando foi estabelecido pelo governo português um subsídio financeiro, especialmente para os colégios e então, a Companhia de Jesus cresceu e se multiplicou no Brasil. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, instalou-se na colônia um novo financiamento por meio do subsídio literário. Esse recurso foi insuficiente, dada a escassa produção dos produtos taxados pelo subsídio e a sonegação de impostos que já era comum nessa época. Além disso, nem sempre os recursos eram aplicados na educação. Após a independência, foi elaborada a Constituição de 1824, que estabeleceu o princípio da gratuidade, mas não o mecanismo do financiamento. Com a proclamação da república foi aprovada, em 1891, nova Constituição, mas o financiamento público para a educação não foi abordado. Do Brasil Colônia até 1934, não havia uma legislação específica que estabelecesse a aplicação do dinheiro público na educação. A aplicação dos recursos públicos ficava à mercê das opções políticas dos governantes ou para atender as pressões populares por escolarização ou outras razões que considerassem convenientes.

Para Davies (2012, p. 31) a vinculação constitucional de impostos é provavelmente o aspecto mais importante da discussão sobre o financiamento da educação estatal. Sua história é de altos e baixos. Inserida pela primeira vez na Constituição Federal (CF) de 1934, obrigava a União (o Governo Federal) e os Municípios a aplicarem no mínimo 10% da receita de impostos na educação, e Estados e Distrito Federal, 20%. Entretanto, logo esta vinculação foi suprimida pela Constituição (a do “Estado Novo”) imposta pela ditadura de Getúlio Vargas, em 1937, só sendo restabelecida após o fim da ditadura varguista, pela CF de 1946, que repetia os percentuais mínimos da CF de 1934, com exceção do percentual dos Municípios, que passou para o mínimo de 20%. Esta obrigatoriedade constitucional só foi alterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei 4.024), que ampliou o percentual



mínimo da União de 10% para 12%. No entanto, a ditadura militar instalada em 1964 iria suprimir novamente essa obrigatoriedade com a Constituição de 1967.

O financiamento da educação, a partir deste período de 1934, passa a ter obrigatoriedade garantida pela constituição, devendo aplicar parte de sua arrecadação na educação pública do país, o que teoricamente deveria garantir o acesso ao ensino público de qualidade a todos os brasileiros já neste período histórico do Brasil, e que até os dias de hoje ainda é o grande desafio, proporcionar ensino público de qualidade a todos.

Embora a Emenda Constitucional Nº. 1, de 1969, restabelecesse a vinculação de 20% da receita tributária para o ensino primário no caso dos Municípios, as demais esferas de governo (federal e estadual) deixaram de ser obrigadas a aplicar um percentual mínimo em educação, desvinculação essa apontada como uma das razões para a deterioração da educação pública no período e o conseqüente favorecimento da iniciativa privada (DAVIES 2012, p.31,32). Ainda segundo o autor o restabelecimento da vinculação só foi acontecer em 1983, com a Emenda Constitucional Nº. 24 (do Senador João Calmon), que fixou o percentual mínimo de 13%, no caso da União, e 25%, no caso dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A CF de 1988 manteve o percentual dos Estados, Distrito Federal e Municípios, porém ampliou o da União de 13% para 18%. As Constituições Estaduais de 1989 e as Leis Orgânicas dos Municípios, de 1990, por sua vez, ou mantiveram os percentuais da CF de 88 ou ampliaram para 30%.

O financiamento da educação brasileira tem ao longo da sua história vários momentos de altos e baixos no que diz respeito ao repasse financeiro por parte do Estado e sua manutenção do ensino público. Na base deste processo, grandes disputas ocorreram visando, por um lado, contemplar os interesses populares numa escola pública de qualidade e, por outro, os interesses dos grupos dominantes que sempre pretenderam manter seus privilégios. A educação desde o período colonial construiu-se no país de forma limitada e apenas para uma pequena parcela da elite; nos primeiros 400 anos do Brasil os Estados, em sua grande maioria, eram desprovidos de um sistema escolar que contemplasse todos os alunos em idade escolar; o sistema de ensino público para todos os brasileiros é algo recente na história; o atual padrão escolar para todos só passou a se efetivar com eficiência após a Constituição Federal de 1988 e a LDB (93/96), que pendura até os dias atuais. Conforme Farenzena e Mendes (2010), o padrão atual da escola segue a seguinte divisão:

A responsabilidade pela oferta de educação escolar é compartilhada pelos três níveis governamentais, sendo: atuação prioritária dos municípios no ensino fundamental e educação infantil e dos Estados no ensino fundamental e no ensino médio; para a

União, a organização e o financiamento da rede pública federal de ensino e a prestação de assistência financeira e técnica aos Estados e Municípios, buscando garantir equalização de oportunidades e padrão mínimo de qualidade de ensino (FARENZENA e MENDES 2010, p. 266).

Ocorre que, durante esta distribuição de responsabilidades sobre a educação nacional, estabelece-se a regulação das políticas públicas através de mecanismos e órgãos internacionais com redistribuição orçamentária diferente da realidade do Brasil, dos seus Estados e Municípios regulados por meio de controles burocráticos pré-estabelecidos o que geram desigualdade de recursos entre os governos.

Conforme descreve Menezes, é importante considerar o financiamento da educação brasileira fazendo à seguinte análise:

Não se pode negar que, comparativamente a 1934 - ano em que a Constituição passou a vincular recursos para a educação, constataram-se avanços por parte do governo central no que tange ao financiamento da educação pública. Todavia, quando comparada às demais instâncias federadas, a União ainda tem muito a percorrer. Há que acelerar os seus avanços para resgatar os 430 anos de omissão. Neste sentido, a análise dos três períodos anteriormente apresentados aponta para o desafio da Constituinte de 1987-88, qual seja, buscar fortalecer a função financiadora do governo central como ente federado co-participe do financiamento da educação pública (MENEZES, 2005, p 24).

A organização das leis que compõem a Constituição e os decretos auxiliares elaborados para complementar a carta magna do país possibilitaram grandes avanços no financiamento da educação, principalmente com a estipulação dos percentuais de valores que passaram a ser aplicados de forma obrigatória no ensino público nacional.

Neste sentido, Castro destaca os principais mecanismos de desenvolvimento da história da educação no Brasil pontuando primeiramente:

O marco legal da política educacional brasileira é representado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990), pela LDB (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pela ECA no 14/1996 e por um conjunto de normas infraconstitucionais e resoluções do Conselho Nacional de Educação. Esse arcabouço jurídico assegura a todos os brasileiros as condições formais para o exercício do direito básico à educação, especialmente o direito ao ensino fundamental, além de fixar a atual estrutura de responsabilidades e competências para a oferta de educação no Brasil (CASTRO, 2010, p.31)

Atualmente, no que diz respeito ao financiamento da educação, as três esferas de governo possuem responsabilidades. Cada esfera de governo deve aplicar parte de sua receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino 18% e a parcela do

governo federal e 25% a dos Estados e municípios. Além dessa, que é a principal fonte de financiamento, há o salário educação, que se destina à educação básica pública, repartindo entre o governo federal (que fica com uma proporção em torno de 40%) e os governos estaduais e municipais (de acordo com que e arrecadado em cada Estado e com as proporções de matrículas) (FORENZENA, 2011, p, 44).

De acordo com Piletti (2002), apesar de esforços de alguns setores da sociedade brasileira, as últimas tentativas de democratização das oportunidades educacionais no Brasil alcançaram até o momento resultados muito limitados. Isso se deve em grande parte a precariedade das condições socioeconômicas e o desinteresse pela educação apesar dos discursos das autoridades responsáveis no sentido de priorizar o ensino, em especial o fundamental, na prática, investe-se pouco e mal em educação e quase nada se faz pela melhoria do trabalho escolar.

A educação necessita de planejamento e de gestão para se efetivar de forma eficiente nas políticas públicas, a formação da escola no seio do financiamento da educação está atrelada ao modo de governabilidade dos três entes federados, sendo que cada um desenvolve um trabalho em prol do ensino dentro da sua realidade. Formar um sistema nacional de ensino gratuito e de qualidade é o grande objetivo para o desenvolvimento do país, mas, por outro lado, ainda é a grande dificuldade até os dias atuais.

Uma discussão sempre presente na implementação dos temas constitucionais é o de como financiar as atividades a serem desenvolvidas, com qualidade. Quando se discute sobre o financiamento da qualidade na educação é inevitável, antes, que se discuta sobre o que é qualidade, termo em destaque, pela complexidade inerente à sua definição, considerando-se que existem especificidades fundamentais sobre o que é qualidade em cada um dos níveis e etapas educacionais (AMARAL, 2010, p.1).

Já para Dourado (2009) a abordagem da definição de qualidade na educação tão almejada e desejada no âmbito da construção do financiamento da educação precisa ser interpretada no sentido de que:

A discussão acerca da qualidade da educação remete à definição do que se entende por educação. Para alguns, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar. Para outros, a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreendem diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Tal concepção vislumbra as possibilidades e os limites interpostos a essa prática e sua relação de subordinação aos macroprocessos sociais e políticos delineados pelas formas de sociabilidade vigentes. Nessa direção, a educação é entendida como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais

mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, desse modo, para a transformação e a manutenção dessas relações (DOURADO, *et al.*, 2009).

A qualidade da educação que é tão almejada e tão necessária não pode ser somente no sentido figurativo do que se pensa sobre qualidade, ela precisa se concretizar na prática, e é neste sentido que o financiamento da educação tem papel fundamental para romper e superar os atrasos deixados ao longo da construção da história do ensino público no Brasil. Outro importante mecanismo de domínio e que precisa ser superado, porém é um grande desafio, são as políticas neoliberais que nas últimas décadas passaram a fazer parte da gestão dos governos públicos, seja de forma direta ou indireta.

Segundo Haddad (2003) com as políticas neoliberais, a tensão entre educação enquanto direito e como mercadoria amplia-se. A educação como direito ultrapassa as finalidades do mercado envolvendo a comunidade, a cultura e o exercício ativo da cidadania democrática. No processo da expansão da educação, o desafio da qualidade contrapõe-se, radicalmente, aos interesses específicos do mercado. As desigualdades históricas restringiram por muito tempo a educação como bem-estar, como mecanismos de diferenciação de status social e não como um direito humano, reproduzindo historicamente graves processos de exclusão social.

A educação escolar tem sustentação nas políticas públicas desde a independência e é defendida pelos liberais: Marshall (1967, p. 73) afirma que “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil” e, como tal, uma pré-condição do exercício de outros direitos. No texto de Marshall, o Estado tem atividade reguladora na política social, com uma concepção clássica liberal.

Para Cury (2007) a união e os Estados são os principais financiadores de repasses aos Municípios para a educação básica, porém são insuficientes, o que deixa grande parte da carga de despesas sobre os ombros dos Municípios; além disso alguns deles possuem arrecadação baixa o que dificulta ainda mais na qualidade da educação. Ainda para Cury o problema se encontra no modo de organização da distribuição dos recursos em âmbito nacional.

Segundo Davies (2012) é preciso pontuar o financiamento da educação e sua divisão geral no Brasil considerando os seguintes fatores: em primeiro lugar a vinculação constitucional de recursos mínimos para a educação estatal; em segundo, o impacto da inflação, da sonegação fiscal e da política fiscal econômica do governo federal sobre as receitas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); em terceiro, o não-

cumprimento dessa exigência constitucional pelas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sua impunidade; em quarto, o papel desempenhado pelos órgãos fiscalizadores dessa aplicação e, em particular, as variadas interpretações adotadas pelos Tribunais de Contas sobre o cálculo das receitas e despesas vinculadas à MDE; em quinto, a desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo; em sexto, o significado e implicações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para a educação dos governos estaduais e municipais; em sétimo, o desvio dos recursos pela corrupção, burocratização e clientelismo; em oitavo, o favorecimento constitucional/governamental às instituições particulares de ensino através de mecanismos como isenção fiscal, subvenções, salário-educação, crédito educativo, FIES; e em nono, as propostas de financiamento da educação nos projetos de lei de Planos Nacionais de Educação (PNE) do MEC e do Congresso Nacional de Educação (CONED), apresentados em 1998, bem como a Lei do PNE promulgada em janeiro de 2001.

Segundo Dourado, é necessário considerar o que se passa no Estado para compreender como está montado o sistema de ensino, à medida que:

(...) a discussão sobre políticas e gestão da educação tem sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e internacional. Trata-se de temática com várias perspectivas, concepções e cenários complexos em disputa. Nesse sentido, é fundamental destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas em escala nacional e mundial, preconizados, entre outros, por agências ou organismos multilaterais e fortemente assimilados ou naturalizados pelos gestores de políticas públicas (Dourado, 2007, p. 922).

A partir do exposto, é possível explicitar duas perspectivas de gestão: a liberal, que consiste em abordar a gestão como mera função administrativa, e a concepção crítica, que entende a gestão na sua dimensão democrática de efetivação de direitos e não apenas de acesso à educação, mas de direito à qualidade de ensino enquanto formação integral do homem para a vida autônoma.

Segundo Gouveia (2009) de um ponto de vista classista, a diáde básica situa-se entre transformação social e conservação. Neste caso, à esquerda estão os movimentos ligados à classe trabalhadora, submetida à exploração capitalista, que, por isso, têm a perspectiva de transformar a sociedade, enquanto à direita estão os movimentos ligados à classe dominante,

classe detentora dos meios de produção no capitalismo, que se articulam, portanto, na perspectiva da manutenção do sistema.

O processo de gestão governamental é essencial para o desenvolvimento das políticas educacionais, à medida que a tomada de decisões acerca dos valores que irão compor o financiamento da educação e que os investimentos sejam compatíveis com as necessidades de desenvolvimento da escola pública, buscando superar o atraso histórico deixado no Brasil, já pelas governabilidades anteriores executadas de forma limitada para a diminuição da desigualdade.

Para Gouveia (2009) as políticas governamentais em curso caracterizam disputas no campo político educacional com um projeto de gestão característico da direita e outro da esquerda, cada um com suas finalidades como exposto no quadro 1.

**Quadro 1:** Gestão característica da direita e esquerda

Âmbitos	Desdobramentos	Esquerda Perspectiva Democrática	Direita Perspectiva Gerencial
Pressupostos para política Educacional		Educação articulada a transformação.	Educação articulada à formação para a sociedade existente.
		Política educacional articulada a ideia de direito social e de atendimento das necessidades de todos.	Política educacional associada a ideia de direito social e de oferta de oportunidades segundo as habilidades de cada um.
Acesso e permanência	Condições básicas	Igualdade de condições de oferta para o conjunto da população	Respeito às necessidades e escolhas, seja dos estudantes, seja da família.
	Educação Infantil	Universalização a partir do direito das crianças.	Atendimento da demanda com ênfase em parcerias e assistência a famílias carentes
	Ensino Fundamental	Universalização do atendimento como direito de todos	Universalização de oportunidades segundo a necessidade de cada um
	Eja	Compromisso social: Envolvimento de segmentos organizados da comunidade.	Segundo a demanda: a distância. Envolvimento da comunidade na captação de recursos e na execução de projetos.
	Educação especial (inclusão)	Inclusão com um modelo universal sob responsabilidade do poder público.	Atendimento filantrópico.
Gestão	Mecanismos de gestão	Democrática e participativa, ênfase na organização de conselhos	Gerencial com ou sem participação.

		no sistema e na escola.	
	Papel da comunidade escolar	Participar nas deliberações.	Participar na administração.
	Avaliação	Formativa, processual, nas instituições como parte do processo pedagógico.	Mecanismo de regulação do sistema educacional.
Financiamento da educação	Posição quanto ao investimento	Ênfase no investimento social e na ampliação de recursos.	Ênfase na economia de recursos e na ideia de que é suficiente melhorar a gestão dos recursos.
	Políticas de recursos	Aumento de investimento em profissionais da educação.	Aumento de investimentos em serviços de terceiros.
	Recursos na escola	Repasse de recursos articulados ao projeto político pedagógico e a critérios de promoção da igualdade de condições de oferta.	Repasses de recursos articulados a economia e critérios de eficiência.

FONTE: (GOUVEIA, 2009, p. 43)

Ao explicitar os dois campos de disputa política, o que fica evidente são os dois projetos de governo e suas formas de atuação característica da direita e da esquerda desenvolvidos em suas administrações nos três entes federados. O projeto de sociedade de esquerda visa à criação de condições para a emancipação intelectual das classes populares, que frequentam a escola pública, por uma formação continuada e processual que permita a sua efetiva participação política. Para tanto, promove políticas que visam a igualdade de condições de acesso à educação articuladas com políticas de inclusão social. Para tanto, exercita também um novo projeto de gestão que implica o compromisso social de outros setores organizados da sociedade. Já o projeto de sociedade de direita visa a conservar o sistema instituído e tornar a educação pública um mero instrumento de formação para o trabalho aplicando, para tanto, a gestão administrativa. Desta forma quando estão no poder cada uma delas executa aquilo que lhe é concebido como gestão das políticas públicas: a da esquerda voltada para as necessidades da população, a diminuição da desigualdade social e a efetivação dos direitos dentre outras ações que buscam igualdade. Já a direita tem características meritocráticas e de Estado mínimo com a função de servir o capital e concentrar as riquezas nas mãos de uma minoria dominante correspondendo também a interesses externos por meio da exploração do trabalho. Este embate latente se expressa em contradições tanto na letra das políticas públicas quanto na sua aplicação.

Neste sentido governamental e pensando na educação nacional na realidade da população que necessita do ensino público é que Dourado destaca:

A construção de uma escola de qualidade deve considerar a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (de conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais que repercutem na escola, tais como fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a auto-estima dos alunos etc. Ainda, para o autor o reconhecimento de que a qualidade da escola é para todos, entendida como qualidade social, que implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social, com ações voltadas para superação da desigualdade socioeconômica e cultural (DOURADO, 2009, pg. 210, 211).

O ensino público é, antes de tudo, uma necessidade para os filhos da classe trabalhadora; desta forma a construção da escola pública deveria estar voltada para a realidade social desta classe, com objetivo de atender suas necessidades e diminuir a desigualdade. Partindo desta perspectiva é que o financiamento da educação precisa ser administrado de forma a possibilitar não só o acesso a uma educação de qualidade, mas a oportunidade de igualdade para todos. Para tanto o Estado precisa ter gerenciamento para atender a realidade da escola pública, e transformar a expectativa em possibilidade de formação.

## **2.2 A legislação e o financiamento da educação**

Explicitados os princípios básicos da correlação de forças a partir da qual se constituem e se consolidam os projetos de sociedade, passa-se a tratar da legislação sobre o financiamento da educação que resulta deste embate, que ocorre no legislativo e nos limites da estrutura jurídica que configura esta sociedade. Em linhas gerais, “a reivindicação de igualdade não deixa o campo do direito e não pode ir além da igualdade jurídica” (EDELMAN, 2016, p. 76), ou seja, todos são limitados pela estrutura do modo de produção capitalista. Mesmo as forças de esquerda, por terem que construir o novo a partir das condições dadas, acabam na maioria das vezes, presas nas malhas da estrutura jurídica. Os enfrentamentos no interior desta estrutura podem resultar em políticas mais progressistas, mas não em transformação efetiva da sociedade. Esta situação delimita a elaboração da legislação sobre o financiamento da educação.

O financiamento da educação é composto por um montante de leis que determinam as condições para o seu funcionamento dentro do atual sistema constitucional, o qual está



inserido diretamente nas ações cotidianas da sociedade. As leis nada mais são do que ferramentas para estipular os percentuais de cada item que compõe o financiamento da educação e suas regras diante dos três entes federados, além de seus percentuais de arrecadação financeira a serem destinados, desta maneira a composição orçamentária vai se consolidando juntamente com outras ações que ajudam a compor o financiamento da educação e sua apresentação final nas políticas públicas da educação desenvolvidas pelos três entes federados.

Neste sentido Ferreira de Jesus faz uma importante análise e chama a atenção para:

Uma visão ampla de financiamento nos remete a sua contextualização. Ou seja, em outras palavras, construindo um novo contexto histórico e social, todo o processo de financiamento da educação deve ser pesquisado, estudado para além da dimensão técnica, gerencial, orçamentária e burocrática. Aliás, é possível considerar que tais dimensões se entrelaçam e se interagem no contexto das políticas públicas, tanto do campo educacional, como das opções sociopolíticas e econômicas (FERREIRA de JESUS, 2016, p.12).

Para compreender o financiamento da educação e seu sistema regulatório, faz-se necessário tomar como base o padrão de arrecadação orçamentária existente na legislação nacional, desta forma o financiamento apresenta-se como um fator dependente da contribuição tributária, e sua realidade está posta no atual sistema de leis brasileiro no qual o mercado determina a política do financiamento da educação em meio as suas disputas por políticas de recursos.

Dentre as várias legislações que compõem o financiamento da educação as mais importantes são: Emenda Constitucional nº 14/96, que imprimiu nova forma de redistribuição de recursos da União para os estados e municípios criando o Fundef; LDB, Lei nº 9.394/96; Emendas Constitucionais nº 53/2006 e nº 59/2009, responsáveis pela criação do FUNDEB e pela ampliação do ensino obrigatório (4-17 anos), respectivamente e a Lei n. 13005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Integram o PNE eixos temáticos dentre eles o financiamento da educação, especificamente, a meta 20 que amplia a percentagem de aplicação do Produto Interno Bruto – PIB, para 10 % (FRANÇA 2016, p. 188). Ainda segundo a autora o financiamento envolve os entes federados em regime de colaboração, e ação supletiva-redistributiva da União e dos Estados, estando, porém, condicionado à plena capacidade de atendimento e esforço fiscal dos entes federativos.

Desta forma o financiamento da educação apresenta-se no dia-dia de forma que sua distribuição obedece aos ditames das leis para formar no final um sistema capaz de gerir financeiramente o funcionamento das escolas e de todo processo que a cerca no Brasil;

baseando-se nesta realidade de composição é que se encontra o orçamento disponível para a educação. Desta forma a Lei 12.858/2013 que institui o PNE e suas vinte metas além de fundamental para o avanço do sistema nacional de ensino se torna ainda mais dependente de recursos orçamentários para poder desenvolver e concretizar suas metas cumprindo assim a política que foi traçada.

Um dos principais programas da educação brasileira é o FNDE no qual Cruz 2014 chama a atenção descrevendo como:

Autarquia vinculada ao MEC que atua no financiamento das ações suplementares voltadas, principalmente, para o ensino público obrigatório ofertado por estados e municípios. Essa autarquia tem importante papel nas políticas federais para educação, visto ter por objetivo viabilizar aquilo que a constituição federal define, em seu artigo 211, como exercício de função supletiva e redistributiva da união em relação aos demais entes federados (...). O FNDE tem participação em importantes programas com distribuição de recursos financeiros no âmbito do Projovem, Brasil Alfabetizado e EJA (Educação de Jovens e Adultos), Programas de Qualidade na Escola, Educação para Diversidade e Cidadania, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Especial (...), (CRUZ, 2014, p.59,60).

Além de ser um fundo financeiro o FNDE também desenvolve outras ações para distribuição de recursos por meio de programas voltados especificamente para cada fase do ensino. Outro destaque a ser feito sobre a composição da legislação do financiamento da educação segundo o FNDE (2017) está relacionado às ações de “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE” que são todas aquelas que visam alcançar os objetivos básicos da educação nacional: educação de qualidade para todos, ou seja, são ações voltadas à obtenção dos objetivos das instituições educacionais de todos os níveis.

Nesta perspectiva o MDE é descrito devendo levar em consideração a interpretação conjunta dos artigos 37 e 40 da CF/88, os art. 70 e 71 da Lei 9.394/96, e o art. 22 da Lei 11.494/07, onde conclui-se que, para fins do limite constitucional com manutenção e desenvolvimento do ensino, devem-se considerar apenas as despesas destinadas à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais em educação e que exerçam cargo, emprego ou função na atividade de ensino, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimento: remuneração, proventos e pensões. As despesas com inativos e pensionistas devem ser classificadas como despesas de Previdência Social (FNDE, 2017, p.12).

Segundo o FNDE (2017) o Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. Os recursos do

Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, de forma que:

**10% da arrecadação líquida** ficam com o próprio FNDE, que os aplica no financiamento de projetos, programas e ações da educação básica; **90% da arrecadação líquida** são desdobrados e automaticamente disponibilizados aos respectivos destinatários, sob a forma de quotas, sendo: **quota federal** – correspondente a 1/3 dos recursos gerados em todas as Unidades Federadas, o qual é mantido no FNDE, que o aplica no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócio educacionais entre os municípios, estados e regiões brasileiras; **quota estadual e municipal** – correspondente a 2/3 dos recursos gerados, por Unidade Federada (Estado), o qual é creditado, mensal e automaticamente, em contas bancárias específicas das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na proporção do número de matrículas, para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica (art. 212, § 6º da CF), (FNDE, 2017).

O financiamento da educação no Brasil também ocorre em alguns casos de forma direta nas escolas através de programas para educação básica, que são financiados pelo governo federal conforme destaca Santos e Vieira, apresentando-os como: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional de Saúde no Escolar (PNSE), Programa Nacional do Livro Didático – PNLDD, neste sentido o autor destaca que:

Esses programas têm por objetivo prover as escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual e municipal de recursos que ampliem as possibilidades e auxiliem no desenvolvimento das atividades educativas previstas. As fontes de recursos para os programas não são padronizadas, o Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE, por exemplo, é financiado com recursos consignados no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, enquanto o Programa Nacional do Livro Didático é financiado com recursos provenientes de dotações consignadas no orçamento do Ministério da Educação (SANTOS e VIEIRA, 2015, p.231-232).

Outro importante destaque a ser feito sobre os programas diz respeito ao salário educação que financia o PNAE tendo como finalidade o suporte à educação básica dos estados, municípios e distrito federal. Outro importante ponto a ser considerado é que o PNAE não conta nos 25% obrigatório aplicado na educação, por se tratar de assistência alimentar escolar oriundo de fonte suplementar.

Desta forma FNDE e MDE se apresentam como importantes mecanismos para a sustentação do sistema nacional de ensino, neste sentido ambos buscam além da manutenção

o desenvolvimento da educação por meio da aplicação do financiamento da educação como também é o caso do FUNDEB.

Antes da criação do FUNDEB quem atuava como principal agente a frente do financiamento da educação brasileira era o FUNDEF o qual tem sua história descrita pelo FNDE de forma que:

Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios se encontram vinculados à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos da educação passaram a ser subvinculados ao ensino fundamental (60% de 25% = 15% dos impostos e transferências), sendo que parte dessa subvinculação de 15% passava pelo Fundef, cuja partilha dos recursos tinha como base o número de alunos do ensino fundamental atendido em cada rede de ensino. Criado em dezembro de 1996, no ano seguinte o Fundef foi implantado de forma experimental no estado do Pará e funcionou em todo o país de 1º de janeiro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006. Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios passaram para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a educação básica por meio do FUNDEB ( FNDE, 2017).

Ocorreu, neste processo de transição entre os fundos, algumas mudanças, como o aumento de impostos para compor o FUNDEB que deixa de ter sua distribuição somente para o ensino fundamental como era no FUNDEF, passando assim a atender desde a educação infantil até o ensino médio. Desta maneira o FUNDEB se apresenta como o principal fundo de distribuição financeira atual para os estados e municípios brasileiros.

Partindo desta perspectiva o FUNDEB desempenha um papel fundamental no atual sistema educacional brasileiro, o que segundo o MEC deve ser compreendido a medida que seu funcionamento ocorre de forma que:

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões. A complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos.

Partindo desta perspectiva, pode-se dizer que o FUNDEB ao redistribuir o orçamento público, busca nada mais que a igualdade financeira entre os estados e municípios brasileiros que arrecadam menos. Desta forma ameniza-se a desigualdade e o desequilíbrio do

financiamento da educação nos entes mais pobres do país, o que por si só ainda não é suficiente para equilibrar as desigualdades orçamentárias existentes perante a realidade da educação pública.

O financiamento da educação é executado sobre diversos programas albergados na constituição e que permitem a distribuição do dinheiro público para investimentos na educação no qual Helene aborda destacando como um processo que engloba o ensino público à medida que:

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um país, qualquer que seja o aspecto considerado. Como uma espécie de corolário desse fato, um mau sistema educacional tem consequências negativas na saúde de uma população, nas possibilidades de desenvolvimento e integração social das pessoas, no desenvolvimento social e cultural, na produção, absorção e disseminação do conhecimento científico, na construção da democracia e na superação das desigualdades (...). A educação é uma atividade cujos investimentos apresentam um alto retorno econômico (...) (HELENE, 2013, p.90).

Desta forma a educação necessita de investimentos para transpor a desigualdade de maneira a buscar ao menos equilibrar a realidade da sociedade atual, partindo desta perspectiva o financiamento da educação possibilita investimentos que em alguns casos vão – ou deveriam ir – encontro das necessidades dos filhos da classe trabalhadora que estão inseridos na escola pública e que de certa forma buscam a formação acadêmica para romper com a realidade econômica em que estão inseridos. O ensino público possibilita que o indivíduo mude a sua realidade econômica, porém isso não basta, e a escola atual deveria antes disso pautar em primeiro lugar a formação intelectual geral dos alunos. Para que isso ocorra o estado deve oferecer através das políticas públicas mecanismos que possibilitem a construção de uma escola que não esteja voltada somente para o mercado de trabalho, mas ao contrário, para a formação crítica do sujeito.

O financiamento da educação brasileira na reformulação atual das leis nacionais sofreu um duro golpe em seu desenvolvimento em longo prazo conforme descreve Mariano 2017 sobre:

A proposta brasileira de implementação do teto para os gastos públicos federais, objeto das PEC's 241/55, foi aprovada em 16 de dezembro de 2016, consolidando-se na Emenda Constitucional de número 95, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos 20 (vinte) anos, valendo, portanto, até 2036. Referida proposta foi alvo de intensos protestos pela sociedade civil, sendo a causa de greves e ocupações estudantis que ocorreram nas escolas e universidades públicas de todo o país, o que não impediu, contudo, sua aprovação, eis que não se tratou de medida de iniciativa de um governo preocupado com sua popularidade e legitimidade. Além da ausência de diálogo com a sociedade civil, os protestos foram motivados pela

oposição a um discurso oficial falacioso da necessidade de um novo regime fiscal, por meio da limitação de gastos e investimentos públicos, especialmente nos serviços de natureza social, como única medida capaz de retomar o crescimento da economia, que teria sucumbido diante de um suposto comportamento fiscal irresponsável do governo anterior (MARIANO, 2017, p. 259).

Ocorre que a proposta desta PEC significa o corte de gastos e o congelamento nos investimentos na educação de forma direta, impedindo o acompanhamento do desenvolvimento da economia e sua distribuição elevada de maiores valores para o sistema público de ensino nacional. Ou seja, o Estado passa a operar com o mínimo de investimentos sem perspectiva de elevação de valores para com o financiamento da educação que mesmo antes da aprovação da PEC já era insuficiente para com a realidade da educação. Neste sentido ao reduzir investimentos nos percentuais para a educação o que se inicia e a instalação do agravamento de uma crise social por meio de falsas políticas públicas que passam a partir deste momento a fortalecer o sistema privado, por permitir a precarização do sistema público.

#### Segundo Amaral

(...) a PEC 55/241 decretou a “morte” do PNE, pois a Meta 20, exatamente aquela que prevê a aplicação de recursos equivalentes a 10% do PIB em 2024, não poderá ser alcançada. Se os valores ficarão “congelados” e há previsão governamental de que haverá crescimento do PIB em percentuais além da inflação até 2014, temos uma simples razão aritmética que fará com que os recursos diminuam como percentual do PIB ao invés de aumentarem” (AMARAL, 2016, p. ?).

Com a aprovação da PEC 241/55, EC/95 o financiamento da educação sofreu um duro golpe e a escola pública passa a ter um chão de sala ainda mais limitado. O atual modelo orçamentário dos três entes federados ainda está muito longe de ser o ideal frente aos desafios que a educação pública no Brasil enfrenta. Este modelo de cortes pode ser compreendido e deve ser contraposto como descreve Gramsci à medida que:

É necessário mudar de curso, é necessário dar ao programa de educação do povo um conteúdo real, derivado da consciência imediata e direta das duas necessidades e das suas aspirações, dos seus direitos e deveres. A história pedagógica demonstra que toda classe que aprendeu a conquista do poder tornou-se idônea mediante a uma educação autônoma (...). O programa de educação do proletariado deve ser formulado e efetivado por órgãos que o próprio proletariado constitui em defesa dos seus próprios interesses (...). O problema da educação é o Máximo problema da classe e só pode ser resolvido sob o ponto de vista da classe, que é o único que permite a valoração proletária das instituições sociais e das leis (...) (GRAMSCI, 2017, p.1036).

A contradição nas políticas de estado é facilmente encontrada na exposição e na aprovação da PEC 95, o Brasil passa a partir deste momento a minimizar o crescimento da educação não permitindo que os valores do financiamento da educação acompanhem o crescimento e o desenvolvimento do país. Apresenta-se aqui o domínio da democracia pela apropriação das leis em desfavor dos filhos da classe operaria que não possuem outra possibilidade de escola que não seja a pública, o que acaba demonstrando de forma esclarecedora dois projetos em desenvolvimento, o liberal versus o de sociedade coletiva.

Para Helene

“uma política educacional que respeite os ideais republicanos não deveria permitir que fatores econômicos nela interferissem. Em se tratando de diferenças econômicas entre pessoas, a forma de se evitar a desigualdade nas escolas seria por meio de instrumentos de gratuidade ativa, que compensassem as despesas pessoais e familiares direta e indiretamente geradas pela frequência à escola. E, no caso dos estados e municípios, ações públicas deveriam compreender suas diferenças econômicas” (HELENE, 2013, p.52)

O atual sistema de leis que engloba a educação no Brasil não comporta ações suficientes para superar as desigualdades dentro da escola pública que, além de ser precária em sua estrutura, recebe alunos com diferenças financeiras gritantes dentro de um mesmo espaço. Desta maneira o financiamento não deve se pautar somente na assistência financeira à escola. Ocorre aqui a ausência de leis específicas nos três entes federados para atender os casos de extrema pobreza presentes na educação, o ideal seria oferecer já na escola mecanismos para que estes indivíduos não abandonassem suas perspectivas de aprendizado e conseqüentemente vindo a aumentar ainda mais os dados da desigualdade social e da violência no país.

O financiamento da educação frente a tantos problemas de desigualdade social no contexto do atual sistema constitucional vigente se depara com outro grande desafio apontado por muitos pesquisadores, o que para Helene deve ser diagnosticado à medida que a abordagem da seguinte temática: o que falta para o sistema nacional de ensino é gestão ou financiamento da educação? O autor passa a explicar que:

A um mito que afeta não apenas a educação, mas também outros setores de interesse coletivo. Esse mito pode ser resumido na frase “o problema não é a falta de recursos, mas sim falta de gestão”. Esse mito parece real por que em qualquer atividade executada seja no setor público, seja pelo privado e sempre possível encontrar o que é ou o que parece mal gerida. Evidentemente, os problemas localizados devem ser enfrentados e corrigidos (...). No caso da educação básica é evidente que o problema é provocado pela falta de recursos públicos (...) (HELENE, 2013, p.53).



Os problemas de gestão podem ser abordados por várias perspectivas que vão desde a falta de prestação de contas por parte de alguns dos municípios, de gestão dos programas nas escolas por parte dos diretores como também outros problemas graves ligados até mesmo a corrupção nos três entes federados e dentro das próprias escolas ou conselhos escolares. Estes problemas e desafios estão presentes na atualidade, porém isso não pode ser tomado como regra geral muito menos como justificativa para explicar as dificuldades da educação. O financiamento da educação é prioritário dentro das necessidades e da realidade educacional e desta forma indispensável para a manutenção e a oferta de escolas públicas de qualidade.

A legislação nacional apresenta-se de forma clara, determinando as regras e o modo específico de operação de cada lei que compõe o financiamento da educação, desta forma o cumprimento da aplicação de valores na educação além de obrigatório legalmente é imprescindível para a gestão nos três entes federados. Ao abordar os percentuais aplicados na educação pública consequentemente deve-se abordar o processo de administração destes recursos pelos responsáveis por sua destinação. O que não deveria ocorrer neste processo é a inversão de objetivos e a aplicação de uma tese que propõe a gestão como ponto fundamental do financiamento da educação sendo que a ponta da raiz primária que dá sustentação ao sistema nacional de ensino está ligada aos valores investidos.

Casos isolados de desvio de finalidade orçamentária existem em todo país, mas devem ser interpretados de forma que o processo de gestão está falhando em alguma etapa, seja por uma pessoa despreparada administrativamente ou um grupo de pessoas frente à função que lhe é concebida de responsabilidades.

É importante apresentar a gestão dos recursos por parte do presidente da república, dos governadores de estado e dos prefeitos municipais das cidades brasileiras que muitas das vezes se envolvem em casos de corrupção e desvio de orçamento da educação burlando assim o sistema constitucional e causando sérios danos ao sistema de ensino público devido ao impacto econômico no financiamento da educação e nos retrocessos que a corrupção causa.

A educação é dependente da gestão do seu financiamento, porém o financiamento da educação, ainda não é suficiente para dar as devidas condições de gestão frente à realidade das escolas no país, pode-se tomar como exemplo o caso dos salários dos professores da educação infantil dos municípios brasileiros que são muito inferiores em todos os estados quando comparados com professores do ensino médio. O financiamento da educação necessita da correção destas diferenças e do equilíbrio das desigualdades no sistema escolar,



isso é um problema de gestão, mas que só será resolvido com a redistribuição planejada entre os entes de novos valores orçamentários corrigindo a desigualdade financeira.

Partindo desta perspectiva a educação necessita do aumento dos valores mínimos entre os três entes federados principalmente da união. Os problemas de gestão existem e devem ser corrigidos por seus responsáveis, seja pelas secretarias ou ministérios, seja pelos órgãos responsáveis de justiça, o que não se deve primeiramente tomar como base que só a gestão é o problema da educação, isso é um pensamento vazio frente a realidade da escola e a omissão principalmente da união na redistribuição de valores. A gestão realizada pelos diretores das escolas brasileiras vai além dos repasses dos três entes federados, afinal não é novidade para ninguém a compra de um bilhete de rifa ou promoção que as escolas públicas realizam ao longo de todo país para equilibrar e complementar o orçamento devido á suas necessidades básicas não serem supridas. Cabe aqui destacar que este dinheiro não é computado nos valores gastos com educação nas prestações de contas dos três entes federados aos órgãos competentes. A grande maioria dos municípios brasileiros é pobre e nem por isso deixa de realizar a prestação de contas de forma correta, nestes casos a gestão ocorre cumprindo o sistema constitucional, mas a falta de financiamento dificulta o desenvolvimento desta educação local, devido seu financiamento ser escasso frente a realidade.

Desta forma observam-se dois modelos de gestão: o que cumpre a legalidade e é constitucional, e o que vai além das obrigações do gestor da escola, que ao se deparar com tantas necessidades se obriga a buscar outras possibilidades para manter a escola funcionando com dinheiro, que na grande maioria das vezes é oriundo de arrecadação voluntária pelos próprios pais dos alunos, que se vêem obrigados a ajudar financeiramente para escola não perecer. A gestão do financiamento da educação a ser abordada no atual sistema constitucional brasileiro é primariamente a da união seguida dos estados e posterior a dos municípios. Atribuir à gestão escolar a responsabilidade pelas limitações do financiamento da educação é algo insignificante frente ao atual modelo posto pelo estado democrático de direito.

Cabe aqui abordar esta polêmica temática de gestão e de valores aplicados na educação, considerando primeiramente quem são os responsáveis pela formulação das leis e para quem estas leis são aplicadas ao final de todo processo. Neste sentido a legislação possibilita o funcionamento do financiamento da educação, o que ainda não é suficiente para a verdadeira gestão financeira que o país necessita. Um exemplo disso é à realidade da estrutura das escolas nacionais, o número de veículos próprios para o transporte escolar e o número de

professores em sala de aula nos municípios do Brasil, que ainda não é compatível com as necessidades educacionais.

Por mais que existam leis que estipulem o mínimo a ser gasto com a educação, ainda existe a urgência do aumento destes valores para os entes mais pobres, só assim eles poderão fazer gestão frente às suas realidades e necessidades que vão muito além de uma simples tabela de gastos e distribuição aplicada de forma geral para a educação. A formulação do financiamento da educação deveria, antes de tudo, anteceder o planejamento para atender as necessidades específicas de cada município e região do país, é desta forma que deveria estar montado o sistema legislativo da distribuição de valores no país para possibilitar a gestão com eficiência e corrigir as necessidades e desigualdades da educação.

A questão do financiamento depende de como se entende a função do Estado: se a abordagem é liberal ou neoliberal, o problema do financiamento se reduz a uma questão técnica de redistribuição, deixando-se de lado a questão política fundamental, que é a da função do Estado na ordem capitalista de produção. O Estado não é neutro e nem o representante de toda a sociedade, mas esta forma de representação possibilita criar a crença de que o Estado exerce o poder em nome de todos, ou seja, ignora-se a desigualdade social e suas raízes no modo de produção. Governar não significa exercer plenamente o poder visto que, por meio da estrutura do Estado, efetiva-se a reprodução da ordem instituída e se consolida a ordem econômica. De modo que o problema da gestão não é apenas de diretriz política de governo, mas de expressar um projeto de sociedade e ocultar, por meio do discurso liberal, a desigualdade social e a luta de classes. A ordem legal precisa ser explicitada, mas sempre tendo em conta a situação acima.

### **2.3 Os Desdobramentos do Financiamento da Educação no Estado do Paraná**

A formação de todo sistema financeiro nos municípios e sua relação com a aplicabilidade em educação pública passa-se no âmbito do Estado por meio das políticas públicas, que asseguram o direito aos percentuais aplicados obrigatoriamente no ensino através do financiamento da educação, que neste caso é mais do que um direito assegurado, é sempre uma necessidade na construção constante da escola de qualidade.

O financiamento público do gasto educacional ocorre mediante utilização de diversas fontes de recursos que o Estado pode recolher da sociedade. Essas fontes de recursos podem ser divididas em dois grandes tipos: fontes tributárias, impostos, taxas e contribuições econômicas e sociais, que são recursos de origem impositiva; e fontes não-tributárias, títulos

do tesouro, recursos diretamente arrecadados, cooperações de créditos e outros (CASTRO, 2007, p.868).

A composição do financiamento da educação nos municípios paranaenses é constituída, em sua grande maioria, por meio da arrecadação de impostos, como também ocorre nas outras duas esferas governamentais. Esta composição do orçamento e os valores disponíveis para investimentos vão iniciar no momento em que os municípios, Estados e união recebem o pagamento dos tributos pagos pela população, a partir daí ocorre à distribuição entre os entes. Cabe aqui explicar que mesmo ocorrendo à distribuição da União e do Estado cada município paranaense possui receita própria no que diz respeito aos 25% da sua receita individual de arrecadação que será aplicado em educação, sempre de acordo com sua realidade econômica, alguns arrecadam mais devido sua capacidade de desenvolvimento estar a frente dos demais; desta forma é importante salientar que existe desigualdade quanto à arrecadação própria dos 25% para aplicação em educação nos municípios do Paraná quando comparados os municípios.

A composição da receita dos municípios após toda arrecadação de impostos possibilita a aplicação do mínimo de 25% dos recursos em educação que é parte dos 100% arrecadados, ou seja, sobram 75% do orçamento para ser investido nas outras áreas das políticas públicas.

A receita dos impostos que compõem os 25% que devem ser aplicados obrigatoriamente na educação Municipal tem como base este percentual do teto mínimo, e segue a seguinte divisão de composição orçamentária por meio dos tributos que vão compor a arrecadação dos municípios de acordo com cada item descrito a baixo.

**Tabela 1:** Divisão de tributos para arrecadação

<b>Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU</b>
1.1 IPTU
1.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU
1.3 Dívida Ativa do IPTU
1.4 Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU
1.5 (-) Deduções da Receita do IPTU
<b>• Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos-ITBI</b>
2.1 ITBI
2.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI
2.3 Dívida Ativa do ITBI
2.4 Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI
2.5 (-) Deduções da Receita do ITBI
<b>• Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS</b>
3.1 ISS

3.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS
3.3 Dívida Ativa do ISS
3.4 Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS
3.5 (-) Deduções da Receita do ISS
• <b>Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF</b>
4.1 IRRF
4.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF
4.3 Dívida Ativa do IRRF
4.4 Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF
4.5 (-) Deduções da Receita do IRRF
• <b>Receita Resultante do Imposto Territorial Rural-ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)</b>
5.1 ITR
5.2 Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR
5.3 Dívida Ativa do ITR
5.4 Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR
5.5 (-) Deduções da Receita do ITR
• <b>Receita De Transferências Constitucionais E Legais</b>
6.1-Cota-Parte FPM
6.2 Parcela referente à CF, art.159, I, alínea b
6.3 Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea de alínea e
6.4 Cota-Parte I CMS
6.5 ICMS- Desoneração– L.C.nº87/1996
6.6 Cota-Parte IPI- Exportação
6.7 Cota-Parte ITR
6.8 Cota-Parte IPVA
6.9 Cota-Parte IOF- Ouro

FONTE: MCASP, 2015.

A tabela acima apresenta a lista de tributos que compõem a base da arrecadação dos municípios paranaenses, cada item descrito resulta num percentual que irá compor a formação do orçamento de 100% da receita, para os municípios. Um exemplo de cobrança é o IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no qual 50% do seu valor pago ficam para o município onde o veículo está registrado, os outros 50% para o estado, vale ressaltar que cada tributo gera uma porcentagem de arrecadação específica.

Após ocorrer a arrecadação dos tributos os municípios passam então a executar a LOA, que é aplicada em cima dos valores disponíveis para investimentos com ensino público.

É importante ressaltar que os municípios apresentam arrecadações diferentes uns dos outros, mas que a divisão básica dos recursos não é igual em todos os municípios, porém alguns possuem o privilégio de arrecadar valores superiores à média, e desta forma abrem novas possibilidades de gasto, ou aumento do gasto na aplicação já existente, um exemplo disso é o pagamento do salário dos professores em municípios com maior arrecadação, que

consequentemente, estes são remunerados com valores acima da média quando comparado com os demais.

Após a composição do orçamento público os municípios passam a ter disponível o financiamento da educação, estes valores disponíveis para investimentos vão ser geridos pela secretaria de educação conforme já estabelecido no PPA; anualmente e de forma obrigatória o município presta contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) que é um dos órgãos responsáveis pela fiscalização da aplicação do dinheiro público.

Nos últimos anos, houve um consenso, ao menos discursivo, quanto às duas questões críticas no campo do financiamento da educação, quais sejam as necessidades de planejar o alargamento do fundo público para a educação pública e de colaboração entre as esferas de governo no financiamento, dada a distribuição da receita fiscal e os diferenciais de capacidade financeira e administrativa dos governos, especialmente posta por variações regionais e locais. E o consenso fica por aí, uma vez que os diagnósticos propostos, projetos e normas apontam diferentes opções, especialmente ao que diz respeito aos seguintes pontos: critérios e sistemáticas de distribuição de recursos dadas às prioridades da educação nacional e de cada esfera de governo, no confronto com os direitos à educação; diagnósticos dos determinantes da restrição da base de recursos e, consequentemente, o que se prioriza para a solução dos problemas; critérios avaliativos, para o planejamento de curto, médio e longo prazos, da suficiência da receita disponível ou do dimensionamento da necessidade de mais recursos, considerando o montante global e sua distribuição entre os níveis e modalidades de ensino e entre as esferas de governo (FARENZENA, 2006, p.17).

A receita de recursos para o financiamento da educação faz com que os municípios paranaenses trabalhem em regime de colaboração com o Estado e a União na oferta do ensino público nas séries iniciais e no ensino fundamental. Esta colaboração é um dos grandes problemas da educação nacional quando se compara sua distribuição financeira com a arrecadação própria dos municípios paranaenses e brasileiros. Partindo do pressuposto que os municípios que arrecadam mais investem mais em educação e consequentemente estes municípios vão ser privilegiados por que possuem estrutura e condições para obter resultados significativos e satisfatórios nos índices que avaliam a educação, devido sua capacidade de investimento financeiro com boas escolas, professores bem remunerados e condições de acesso ao ensino desde a educação infantil nas séries iniciais dentre outras ações positivas.

Ocorre que esta não é a realidade do Paraná e muito menos do Brasil devido à arrecadação de praticamente todos os municípios estar muito abaixo do que seria ideal para

um comparativo do custo aluno com países de primeiro mundo e que são referências educacionais. Além da arrecadação própria dos municípios paranaenses ser insuficiente quando comparada com as despesas existentes e aliado a isso às necessidades individuais e específicas de cada um deles, resta o problema da gestão diferenciada. É preciso deixar evidente que o regime de colaboração não está e não é adequado para suprir a demanda da realidade no ensino público seja pelo Estado ou pela União na assistência aos municípios, considerado que: “cada município possui realidade orçamentária diferente no que tange o financiamento da educação” e a distribuição colaborativa é desproporcional à realidade dos municípios.

Segundo Farenzena, um importante momento para o financiamento da educação brasileira foi:

A guinada na elaboração da LDB, que permitiu mudanças textuais que incidiram sobre as relações entre sociedade Civil e sociedade política na formulação das políticas públicas educacionais, entre as esferas de governo no financiamento e gestão da educação e entre o público e o privado (...). A colaboração intergovernamental no financiamento da educação básica passou a ter como referência a capacidade financeira dos governos, capacidade está estimada pelo montante de recursos de que dispõe dividido por um custo mínimo anual por aluno, da qual resulta uma capacidade real e uma capacidade “ideal” a ser perseguida (FARENZENA, 2006, p.333).

O desenvolvimento econômico-social e a capacidade de investimento nas diferentes regiões do país devem ser considerados na distribuição federativa e estadual, no regime de colaboração para educação como descreve Gouvêa em sua pesquisa sobre o custo-aluno no Brasil:

É inegável que quanto maior a capacidade de investimento de uma determinada região ou dependência administrativa, maiores as possibilidades de garantia de condições para uma oferta de um ensino de qualidade. Neste sentido, é fundamental que a União assuma, em matéria educacional, conforme prevê a Constituição Federal, sua função redistributiva e supletiva com vistas à equalização de oportunidades educacionais e busque definir e alcançar um padrão nacional mínimo de qualidade do ensino, sem o que será muito difícil a diminuição das desigualdades regionais no âmbito do financiamento da educação e da qualidade da oferta educacional em nosso país (GOUVEIA *et al.*, 2006, p. 274-275).

O Paraná é um Estado que nos dias atuais está dentro desta realidade descrita por Gouvea, devido ao orçamento que compõe o financiamento da educação nos municípios do Estado ser desigual. Esta desigualdade financeira faz com que a grande maioria dos municípios passem a ser obrigados a ofertarem ensino público precário e limitado, não condizente com o que deveria ser a realidade; isso ocorre devido à forma redistributiva do

financiamento da educação em regime colaborativo por parte do Estado e da União em não considerar as necessidades destes municípios redistribuindo as finanças em cima de uma regra geral.

Em 11 de novembro de 2009, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional 59. Esta emenda trouxe importantes modificações no capítulo que trata da educação, na Constituição da República de 1988 além de outras, em artigo de domínio conexo. Por meio dessas alterações, a educação básica obrigatória e gratuita passou a vigorar como direito público subjetivo para a faixa etária de 4 a 17 anos, o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, deve contar com vários programas suplementares como material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (CURY, 2016, p.23).

A emenda 59 da constitucional federal em seu art.214 destaca que: A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: no seu inciso VI destaca-se a responsabilidade dos municípios, estados e união no sentido de que o: estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988, grifo do autor).

Isso significa dizer que União, os Estados e Municípios deverão trabalhar juntos de forma colaborativa no que diz respeito ao financiamento da educação pública. Cury ao abordar o sistema nacional de educação no regime de colaboração e cooperação diz que: “A articulação federativa, em regime de colaboração mediante as opções integradas, devera dar-se dentro de um sistema nacional de educação, obrigação acionada a outras metas deverão ter em si um padrão de qualidade e de equidade dentro de um plano nacional de educação (CURY, 2016, p.24).

Sobre a distribuição de recursos para a educação, Farenzena a descreve de modo esclarecedor explicando que:

O regime de colaboração foi disposto como diretriz para a organização dos sistemas de ensino e sua concretização, no financiamento, ficou balizada por funções a serem exercidas pela união e pelos estados. O principal instrumento desta colaboração, no que diz respeito à união, é a assistência técnica e financeira aos estados e municípios, a qual deve ter em conta a redistribuição de recursos para corrigir disparidades de acesso à educação escolar e garantir padrão mínimo de qualidade do ensino em todas as redes públicas do país. Os estados ficam com a atribuição de priorizar a oferta do ensino médio e a garantia do ensino fundamental; estabeleceu-

se, portanto, para estes, uma área de atuação compartilhada com os municípios, inclusive reforçada pelo preceito de que os estados deveriam definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, levando em conta a capacidade de entendimento de cada governo (FARENZENA, 2006, p.334).

O que acontece atualmente na prática educacional do Paraná é que o equilíbrio que deveria vir principalmente da União para equiparar a desigualdade na realidade orçamentária dos municípios não ocorre como realmente seria o ideal, que deveria seguir parâmetros específicos, buscando reduzir a diferença dos valores disponíveis para o financiamento da educação; a redistribuição orçamentária é uma necessidade que os municípios com baixa arrecadação possuem, ou seja, o sistema financeiro não realidade educacional, por não ser condizente na grande maioria dos municípios, neste sentido é que a União deixa de fazer a correção financeira que é sua função para melhor atender a educação pública e proporcionar financiamento da educação atendendo as necessidades de recursos dos municípios com baixa arrecadação.

Conforme as observações de França, ainda restam muitas questões a serem resolvidas:

O tratamento da questão da equidade no financiamento do ensino fundamental definiu novos rumos e formas de aglutinar as fontes de recursos. O direito de todos os cidadãos a educação e o dever do Estado em garantir-lhes esse direito, bem como o cumprimento da prescrição constitucional da gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos, têm como requisito um adequado equacionamento das formas de recursos para esse financiamento. Vale ressaltar, por outro lado, que o financiamento da educação pública no Brasil ainda não foi resolvido satisfatoriamente, apesar do estabelecimento da vinculação de recursos constitucionais, por que a vinculação de recursos nunca foi garantia de sua aplicação real na educação (FRANÇA, 2004, p. 68-69).

O regime de colaboração busca a equidade na educação, a legislação garante este direito, porém na prática isso não se concretiza entre os municípios paranaenses, que continuam com disparidade no financiamento da educação, principalmente quando se leva em consideração a realidade local dos municípios mais pobres que são desprovidos de estrutura econômica para conversão de contribuição de impostos e consequentemente empregabilidade financeira em políticas públicas dentre elas a de educação.

O ensino público é dependente direto das políticas de financiamento da educação, considerando que os municípios são dependentes da União e dos Estados na ação redistributiva para suprirem suas carências, e conforme descreve França, é importante destacar a realidade na qual:



A política de vinculação de recursos da receita de impostos para a educação, baseia-se no princípio de que essa é a forma de criar o elo obrigatório para aplicar os recursos em uma função exercida pelo poder público. É uma forma permanente de assegurar um fluxo mínimo e estável de recursos que, se não forem suficientes, pelo menos garantam o sistema escolar em funcionamento (FRANÇA, 2004, p. 68-69).

Isso ocorre atualmente na realidade da educação, não só nos municípios paranaenses, mas como em todo país; a escola pública é ofertada no limite mínimo de financiamento, na qual seus alunos estão submetidos a um sistema de ensino precário, e considerado contrário à realidade. Aplica-se na lei o que deve ser investido seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação em continuidade tem-se o Plano Estadual de Educação e por fim o Plano Municipal de Educação obedecendo assim todos os critérios e etapas da lutas na realidade do chão de sala de aula o que deveria ocorrer para equilibrar a desigualdade no ensino ainda está muito distante de ser o ideal nas três esferas de governo.

#### **2.4 O Financiamento da Educação e os Índices de Avaliação do IDEB 2016/2017 nos Municípios Paranaenses**

Não será tarefa fácil, já que será preciso desconstruir a idéia de que um sistema nacional significa intromissão na autonomia dos Estados pela União e também na liberdade do ensino. Neste sentido, a reiteração, na legislação, de um sistema nacional federativo, articulação (ênfase) por colaboração, sem deixar de reconhecer a liberdade de ensino, não deixa margens a dúvidas, inclusive pela introdução das instâncias de negociação. Por outro lado, há a tormentosa questão do financiamento a qual, se em tempos de bonança econômica já era complexo, em tempos de crise, além de complexa se torna complicada (CURY, 2016, p.50).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Prova Brasil e SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos. Essas duas dimensões, que refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, precisam ser aprimoradas para que o país alcance níveis educacionais compatíveis com suas potencialidades, bem como para responder às exigências colocadas pelos acordos internacionais. Pela própria construção matemática do indicador (taxa de troca entre as duas dimensões consideradas), para elevar o IDEB, as redes de ensino e as escolas precisam melhorar simultaneamente as duas dimensões do indicador, uma vez que a natureza do indicador dificulta a sua elevação considerando apenas a melhoria de uma dimensão em detrimento da outra (INEP, 2015, p.6).

Ao avaliar a educação nacional o IDEB tem como finalidade disponibilizar indicadores da realidade no ensino nos diferentes Estados do país, a avaliação desenvolvida nas diferentes séries é obrigatória e deve abranger todos os alunos da rede pública. Após a aplicação da Prova Brasil os resultados são disponibilizados para todos os Estados, distrito federal e municípios brasileiros os quais em posse deste material podem fazer comparativos para analisar se estão dentro da média nacional com o resultado obtido, além disso, os dados possibilitam analisar se houve avanço ou regresso na qualidade da educação local.

Segundo o INEP (2015) o cálculo do IDEB obedece a uma fórmula bastante simples: as notas das provas de língua portuguesa e matemática são padronizadas em uma escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). Depois, a média dessas duas notas é multiplicada pela média (harmônica) das taxas de aprovação das séries da etapa, que, em percentual, varia de 0 (zero) a 100 (cem). Para exemplificar o cálculo do indicador, são apresentados no quadro 2 abaixo quatro exemplos:

**Quadro 2:** Exemplos do cálculo do IDEB

Escola	Prova Brasil (N)	Aprovação Média	IDEB (N)x(P)
A	60	90%	5,4
B	60	80%	4,8
C	40	80%	3,2
D	50	100%	5,0

FONTE: INEP, 2015.

Não é difícil perceber que a existência de IDEB baixo é explicada pela combinação de resultados baixos na taxa de aprovação (poucos alunos passam de ano) e/ou no desempenho na Prova Brasil (poucos alunos alcançam boas notas). Entre escolas com mesmo desempenho na Prova Brasil (escolas A e B), terá maior IDEB aquela com maior taxa média de aprovação (escolas A). Entre escolas com a mesma taxa média de aprovação (escolas B e C), terá maior IDEB aquela com maior desempenho na prova Brasil (escolas B). Quando todos os alunos são aprovados, o IDEB é igual ao desempenho na Prova Brasil (escola D), (INEPE, 2015, p.6).

Desta forma fica descrito como ocorre todo processo avaliativo do IDEB e quais critérios são adotados para formulação das notas e obtenção final dos resultados. É preciso esclarecer que a avaliação feita pelo INEP toma como base somente duas disciplinas,

português e matemática nas quais os alunos demonstraram seus conhecimentos por meio de questões “alternativas”.

O IDEB é um indicador importante na medida em que demonstra fragilidades nas escolas brasileiras relacionadas a fluxo e desempenho escolar; no entanto, é insuficiente para medir a qualidade da educação por restringir-se apenas a essas duas variáveis, desconsiderando outros aspectos igualmente importantes para a qualidade, como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias, e o estilo de gestão e liderança (CHIRINÉA; DA FONSECA BRANDÃO, 2015, p.472)

O IDEB é realizado a cada dois anos pelo INEP que por meio da SAEB aplica as provas em todo Brasil durante uma semana. São avaliados os alunos devidamente matriculados no quinto ano do ensino fundamental, nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, a aplicação da prova é realizada por um aplicador contratado pela SAEB, já os alunos especiais realizam a prova em salas separadas com um aplicador extra, exclusivo para atender sua necessidade. Os cadernos de prova e os gabaritos não são disponibilizados, segundo o INEP eles se reservam para fins de pesquisa exclusivo do instituto. (INEP, 2017, grifos do autor).

O INEP apresenta a prova Brasil, elaborada pela SAEB, com a seguinte estrutura:

Os testes são compostos por itens (ou questões), elaborados para avaliar as habilidades descritas (descritores) nas Matrizes de Referência de cada área do conhecimento e ano avaliado. Para montar os cadernos de prova, o INEP utiliza uma metodologia denominada, cujo objetivo é permitir que um grande número de itens (questões) seja aplicado ao conjunto de alunos avaliados, sem que cada aluno precise responder a todas as questões que cobrem a Matriz de Referência. Dessa forma, na avaliação do 5º ano, para cada uma das áreas do conhecimento, são montados 7 blocos contendo 11 itens cada, totalizando 77 itens. Cada caderno de prova é montado agrupando 2 blocos de Língua Portuguesa e 2 de Matemática. A combinação dos blocos resulta em 21 cadernos de prova diferentes. No dia da aplicação da avaliação, cada estudante responde somente a um caderno de prova com 22 itens de Língua Portuguesa e 22 itens de Matemática (INEP-MEC, 2013 p.14).

Desta forma a Prova Brasil é composta para aplicação que tem como objetivo, após a sua realização, apresentar os resultados que compõem o IDEB para avaliação do rendimento da educação básica nos municípios paranaenses, os quais vão poder comparar os resultados fazendo observações acerca dos índices que possibilitam reflexão sobre as médias obtidas sempre no sentido de oferecer melhorias ao ensino público. Já os Estados e a União vão ter a disposição um amplo coeficiente numérico de dados para análise de como se encontra a realidade educacional no país.

Além da realização da prova, os alunos também respondem a um questionário, conforme exposto no Anexo I e denominado como questionário do aluno. Este questionário é composto por 51 questões que abrangem perguntas tanto de cunho educacional como de cunho particular sobre o dia-dia de cada aluno, no qual se busca saber como é a realidade da família e o que ela possui de bens e propriedades, outras questões tratam da realidade da escola e do trabalho do professor (INEP, 2013, grifos do autor).

O diretor (a) da escola responde um questionário conforme exposto no Anexo II denominado como questionário do diretor. Ele é composto por 212 questões ligadas à realidade da escola e ao processo de gestão interna, perguntas ligadas à vida financeira do diretor (a), referentes a merenda escolar, a participação dos pais e da comunidade em ações voltadas para escola, a violência e quais fatores ocorreram durante o ano contra os profissionais do ensino dentre outras que buscam diagnosticar qual a situação da escola, o trabalho dos professores, a estrutura da escola e o dia-dia dos alunos ( INEP-SAEB, 2011, grifos do autor).

Os professores de matemática e português também respondem a um questionário conforme exposto no Anexo III, denominado como questionário do professor. Composto por 152 questões que se referem à sua formação profissional, aos dados pessoais como a cor da pele, remuneração salarial, se no tempo livre o professor lê, a infra-estrutura de trabalho oferecida pela escola, se já sofreu agressão física ou verbal dentre outras questões específicas das disciplinas de português e matemática (INEP-SAEB, 2011, grifos do autor).

Todos estes fatores de avaliação que englobam os alunos, os professores, os diretores e a estrutura da escola, têm como finalidade controlar os índices do ensino público no país, com a proposição final de uma meta universal para educação brasileira; as três esferas de governo deveriam equilibrar o financiamento da educação em cima dos resultados do IDEB principalmente nos municípios com piores índices, aproximarem-se destes municípios é fundamental para entender os problemas da educação no Paraná e no Brasil. Neste sentido o IDEB tem papel importante ao diagnosticar a realidade, isso o torna um dos mais importantes indicadores das necessidades no ensino, que devem ser supridas pelas políticas públicas de gestão e redistribuição do financiamento da educação, que deve ter como base de partida o apoio aos municípios mais pobres e com pior desempenho educacional.

A política educacional do Estado do Paraná avaliada pelo IDEB busca em todos os municípios atingir ou elevar a média nacional, neste sentido, Gouvea afirma que:

A meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do IDEB para o Brasil, unidades da Federação, municípios e escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o País atinja a média almejada no período definido. As metas intermediárias do IDEB, com início em 2007, foram calculadas nos âmbitos nacional, estadual, municipal e para cada escola, a cada dois anos. A meta para o País é chegar à média 6,0 em 2021, e cada sistema evolui progressivamente partindo de pontos distintos, o que permite considerar as desigualdades regionais e locais existentes no País (GOUVEA *et al.*, 2009, p.46).

A média nacional proposta pelo governo federal na grande maioria dos municípios do Paraná ainda está abaixo de 6,0. Estabelecer um padrão para educação é algo que deve estar precedido de um planejamento de gestão de fato, com colaboração real entre os entes, não basta apenas realizar avaliações somente para apresentar resultados, a realidade da educação está posta para o país a cada dois anos por meio do IBED, o que praticamente não muda é a realidade do financiamento da educação que continua na contramão das necessidades dos municípios paranaenses; se o correto é atingir a meta e ela é diagnosticada a cada dois anos, seria coerente dizer que financeiramente deveria ocorrer aplicação financeira e de gestão nos municípios com piores resultados para que estes são os demais atingissem os índices de forma planejada e o estado todo se enquadrassem na média, sem permitir tanta desigualdade no ensino.

Ao descrever o sistema avaliativo adotado pelo IDEB, Camargo 2008 apresenta uma análise crítica relacionada aos índices e resultados destacando que:

Um dos maiores problemas do IDEB. Os dois indicadores que o compõem (taxa de promoção e nota na Prova Brasil) dependem principalmente de fatores pouco associados à melhoria da qualidade de ensino. Falta ao IDEB uma dimensão que leve em conta os insumos educacionais (qualificação dos professores, recursos colocados à disposição dos alunos etc.). Da maneira como o índice está montado, ao invés de investir em medidas de longo prazo que sabidamente melhoram a qualidade do ensino, os municípios, para não verem minguar o repasse de recursos do governo federal, tendem a adotar medidas cosméticas, ou mesmo a valer-se de fraude. A imprensa noticiou casos de escolas que diziam a determinados alunos, aqueles que tinham as maiores dificuldades, que não precisariam vir à escola no dia da Prova Brasil, por exemplo (CAMARGO *et al.*, 2008, p. 832).

Já para Chirinéa e da Fonseca Brandão, outros dois importantes fatores que ocorrem no IDEB e precisam ser levados em consideração por influenciarem nos resultados através de estratégias adotadas na escola para elevar a média de modo que:

Primeiro ao levar em consideração indicadores de fluxo e rendimento escolar, o IDEB das escolas alcançará notas altas, simplesmente por não reter os estudantes, sem que isso signifique, de fato, qualidade nos processos educativos. A segunda estratégia utilizada pelas escolas é o treinamento dos estudantes para realização da

avaliação. Neste caso, evidenciam-se, nas ações da gestão escolar, os procedimentos de ressignificação das avaliações externas, ou seja, a adaptação do ambiente escolar e dos conteúdos curriculares, na busca de demonstrar o atributo ou o suposto nível de qualidade de cada estabelecimento (CHIRINÉA; DA FONSECA BRANDÃO, 2015, p.472-473).

Ao manipular as aprovações e o treinamento dos alunos, a escola acaba por auxiliar na obstrução da realidade, haja visto que, a nota obtida não será condizente com os níveis de aprendizado dos alunos avaliados, o que irá prejudicá-los diretamente na construção e formação da vida acadêmica, que por um lado vai passar a imagem de uma instituição com capacidade, qualidade e eficiência no ensino, mas por outro, e ainda pior, esta escola estará contribuindo para desigualdade social ao formar indivíduos limitados dentro de um espaço que não existe, ou é muito diferente da realidade dos índices alcançados.

As análises do que se passa na sociedade são necessárias para interpretar o financiamento da educação e buscar compreender o porquê a estrutura atual está posta desta forma. Octavio Ianni ao abordar os dois alvos teóricos da sociologia descreve a realidade social de modo que:

Primeiro descobrir explicações que permitem descrever e interpretar os fenômenos sociais em termos da ordem existente nas condições e nos níveis da sua manifestação. Segundo, por em evidencia as relações dinâmicas da ordem social ou de fatores sociais com as formas de vida (IANNI, 2007, p.83)

A análise da educação no Paraná torna indispensável o discernimento sobre a realidade social da população do estado e o que se passa nos órgãos dirigentes responsáveis pela oferta da escola pública. A construção das políticas que permitem não só o acesso à escola, mas que assegurem o direito ao ensino principalmente das classes trabalhadoras exige o duro exercício de contrapor a realidade da interferência de órgãos externos na política de governo do estado e, quais finalidades estão por trás do interesse de tantos índices e números ligados a realidade educacional nos municípios paranaenses.

Sobre os números finais apresentados pelo IDEB e o ranking estabelecido para os municípios paranaenses e demais estados brasileiros Chirinéa e Da Fonseca Brandão afirmam que:

Os fatores considerados qualitativos são aqueles preconizados pelas políticas neoliberais de adequação de escolas e sistemas de ensino para formar e qualificar o “capital humano”, seja sob o ponto de vista de qualificação para o mercado, seja sob a perspectiva de fornecer condições iguais para que todos aprendam e tenham oportunidade de alcançar lugares mais valorizados na sociedade. Para tanto, cabe às políticas públicas exercerem certa pressão nas escolas e nos sistemas de ensino, a

fim de aumentar a eficácia e a eficiência dos processos educativos (CHIRINÉA; DA FONSECA BRANDÃO, 2015, p.478).

Outro grande problema do IDEB é que a sua lógica leva inevitavelmente ao estabelecimento de *ranking* entre municípios e entre escolas. Ao contrário do que acontece em outros países onde os resultados dos testes são ponderados levando-se em conta o perfil socioeconômico dos alunos e o tamanho das escolas (dois fatores com forte influência nos resultados) o MEC divulga simplesmente as notas sem esse cuidado mínimo (CAMARGO, *et al.*, 2008, p. 832).

O financiamento da educação no Brasil, estruturado em meio a todo esse movimento de transferências, seja de recursos ou de responsabilidades, não tem sido capaz de promover a solução dos problemas básicos de acesso ao ensino fundamental e melhoria de sua qualidade. Isso se deve menos a incapacidade técnica dos formuladores das políticas do que às inadequadas práticas de alocação de recursos e dos interesses político-clientelísticos que sobrepõem, não raras vezes, aos da população (FRANÇA, 2004, p 69).

A base de raciocínio binário que compõe as avaliações em larga escala, na medida em que não contemplam as especificidades dos municípios e suas populações (embora as provas sejam acompanhadas de consultas sobre a situação particular dos alunos), geram uma avaliação superficial e criam uma situação de competitividade entre municípios que disputam as verbas disponíveis para o financiamento da educação.

## **2.5 O IDEB e o Financiamento da Educação nos Municípios Paranaenses**

O planejamento das políticas educacionais é fundamental para a formação integral do ser humano, e é neste sentido que o Estado deve construir um sistema de ensino capaz de possibilitar acesso, e qualidade na escola pública dos municípios paranaenses e brasileiros, este seria o parâmetro que deveria ser tomado como base primária, porém os descaminhos que a educação vem adotando nada condizem com a busca pela redução da desigualdade social. O país e os Estados a cada nova gestão de governo acabam por se tornar mais dependente de órgãos internacionais os quais determinam o encaminhamento das políticas de avaliação educacional conforme seus interesses, interferindo, deste modo, inclusive no projeto político democrático do país; desta forma surge na educação novos indicadores como é o caso IDEB, do PISA, com intuito de apresentar dados ligados à realidade do sistema de ensino dos três entes federativos.

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador e dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Para Gouveia *et al* (2009), ao relacionar fluxo e aprendizagem, o IDEB permite aferir dois objetivos essenciais da política educacional em curso, com impacto em todo o sistema educacional (federal, estaduais e municipais): a contenção do abandono escolar e a garantia da aprendizagem efetiva. Considera-se, para efeitos deste estudo, o IDEB como uma medida que permite avaliar parte importante do dever do Estado coma educação, uma vez que este índice dá condições de se compreender a extensão dação pública no cumprimento ao dispositivo constitucional acerca da necessidade de se garantir qualidade educacional aos brasileiros e brasileiras (Brasil, 1988, art.206, VII); portanto, o IDEB é um instrumento que pode dimensionar, mesmo quem parte, a efetividade das políticas educacionais.

Atualmente o Estado do Paraná é composto por 399 municípios deste total 203 municípios até 10 mil habitantes, 109 municípios até vinte mil habitantes, 27 municípios de vinte a trinta mil habitantes, 19 municípios de trinta a quarenta mil habitantes, 9 municípios de quarenta a cinquenta mil habitantes, e 32 municípios com mais de cinquenta mil habitantes IBGE (censo 2010).

Ao apresentar o IDEB e seus resultados no sistema de ensino paranaense se faz necessário a análise de como o Estado está se posicionando diante de seu sistema financeiro e como estão sendo aplicados na educação os investimentos oriundos da arrecadação de impostos. Outro importante fator que precisa ser destacado são os empréstimos do Paraná junto a órgãos internacionais, os quais possuem interferência direta nas políticas educacionais, principalmente na determinação das regras nas avaliações em larga escala que são requisitos obrigatórios estipulados nos contratos de empréstimos.

O BID faz empréstimos ao Estado do Paraná, o último realizado em 2013 através do contrato número 8201, o qual disponibilizou, a quantia de 350 milhões de dólares,



(\$350.000.000) podendo sofrer a conversão da moeda para o real, para atender necessidades do estado, deste montante a educação paranaense recebera recursos do empréstimo através de uma divisão dos valores para aplicar, primeiro no sistema de avaliação de aprendizagem da SEED (Secretaria de Estado da Educação) o valor e de 15.422.800, a segunda divisão também para a SEED destinada a formação de professores e de 95.990.670, e a terceira para a melhoria das instalações escolares através da SEED/FUNDEPAR no valor de 261.652.550, ambos os valores apresentados em suas respectivas áreas de financiamento aplicados em uma divisão de três anos, (PARANA, 2013). Nesse sentido, pode-se afirmar que “a esfera política não possui uma dimensão pública, mas esta é apenas abstrata, pois favorece apenas determinados indivíduos e camadas sociais privilegiando os interesses e o domínio por parte de uma minoria”. (SCHLESENER, 2016, p. 30).

Os empréstimos realizados no Estado do Paraná no período acima descrito para a educação não são agentes condicionais para os resultados do IDEB, à medida que, sua destinação em grande parte é para a educação a nível estadual e não municipal, como segue a base da pesquisa, desta forma os empréstimos não são capazes de influenciar na avaliação e nos resultados dos municípios paranaenses.

O Paraná investiu R\$ 9,86 bilhões em educação em 2016, 15,3% a mais do que os R\$ 8,55 bilhões aplicados em 2015. Com isso, o Estado foi o segundo maior em volume de recursos destinados para a área, perdendo apenas para São Paulo com R\$ 31,1 bilhões. Os gastos com educação cresceram acima da inflação no Paraná. Descontando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 2016, as despesas em educação ainda cresceram 6% sobre o valor de 2015.

Do total investido em 2016, R\$ 7,16 bilhões foram direcionados para a educação básica e R\$ 2,2 bilhões para o ensino superior. O ensino fundamental ficou com R\$ 16,18 milhões. Outros gastos de destaque foram administração geral (R\$ 373,2 milhões), ensino profissional (R\$ 8,7 milhões), infantil (R\$ 1,65 milhão) e educação especial (R\$ 76,2 milhões) (JORNAL DE FATO: O PARANÁ, 2017).

Observa-se que o Estado do Paraná possui valores consideráveis no que diz respeito aos recursos aplicados em educação, porém, estes valores são globais e envolvem todos os municípios do Estado. Desta forma apresenta-se aqui a desigualdade perante as necessidades de cada um levando em consideração que cada município possui sistema financeiro próprio e diferente uns dos outros de acordo com suas regiões e economias locais, ou seja, uns são mais ricos e outros mais pobres e o financiamento da educação não deve ser analisado somente de forma global desconsiderando a realidade dos mais necessitados e criando assim uma falsa

sensação de distribuição equitativa de aplicação orçamentária justa de valores no ensino público do Paraná. Neste sentido é preciso relacionar as políticas do BID com as políticas públicas de investimento do Estado sem deixar de tomar como base o ponto de partida que é a necessidade do equilíbrio financeiro dos municípios para igualdade orçamentária na educação.

Ao descrever as ações do BID presentes na educação Alves faz uma importante consideração e destaca que:

O Banco Mundial apresenta-se, pois, como a instituição que possuía as formulas universais para reduzir a pobreza, combater o analfabetismo, preservar o meio ambiente e aplicar políticas públicas rentáveis e competitivas. A base de sustentação teórica estava posta, de um lado, na teoria do capital humano em que educação escolar e igual à maior produção e maiores investimentos e, de outro, na teoria da modernização tecnológica, predizendo a função tecnológica do conhecimento. Ao longo de sua história, “o banco mundial tornou-se a instituição que possui um banco de dados sobre experiências educacionais, sociais e documentos sobre os problemas dos países assistidos” (ALVES, 1999, p, 95).

Ao colocar-se como um agente que possui as fórmulas para reduzir a desigualdade escolar por meio de empréstimos e de auxílio financeiro, o Banco Mundial cria uma falsa sensação de resolução e de solução para os problemas nas políticas públicas de ensino. Ocorre que, juntamente com o empréstimo, vem um conjunto de regras de como a educação pública deve ser orientada; o BM busca por meio de empréstimos o controle do Estado, tendo como principal ferramenta a educação para propagação da sua ideologia de base neoliberal, distante dos interesses populares. Partindo desta perspectiva Lauglo faz um importante destaque no sentido de que:

O Banco Mundial é um influente financiador nos países que dependem muito de suporte externos para o desenvolvimento de seus gastos na educação, o banco tem muita força junto a governantes e outros financiadores; esta instituição tem a reputação de impor severas condições aos países receptores dos empréstimos, os quais são obrigados a aceitar e de se envolver pesadamente no arcabouço de propostas que os governos se submetem (LAUGLO, 1997, p. 13).

As condições propostas pelos órgãos internacionais visam, antes de mais nada, o domínio do Estado de alguma forma, na qual suas expectativas se tornam metas que passam a ter a obrigatoriedade de serem cumpridas como é o caso do Paraná nos contratos de valores junto ao BID expostos no texto. Ao ter acesso às políticas do Estado os agentes financiadores passam a ter controle das políticas e dos dados do país, desta forma conseguem controlar a economia em seu favor aumentando ainda mais seus lucros e a desigualdade.

Por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial exerce grande influência na política macroeconômica, direcionando e conformando a política educacional. Esta influência favorece as forças de mercado que agem em liberdade e para um Estado centrado na aprendizagem, cujos serviços públicos devem ser gerenciados mais de acordo com os princípios da iniciativa privada (LAUGLO, 1997, p.14).

O financiamento público é fundamental para o estabelecimento de condições objetivas para a oferta de educação de qualidade e para a implementação de escolas públicas de qualidade, envolvendo estudos específicos relativos aos diferentes níveis, etapas e modalidades educativas (DOURADO, 2009).

A educação pública nacional sofre interferências neoliberais em seu processo de financiamento, o que a torna dependente de outros órgãos e países externos, e isso acaba obrigando o Brasil e os Estados a seguir seus passos propostos em metas nos contratos de empréstimos para prestação de contas, visando sempre o controle das ações, sem liberdade ou falta de vontade por parte dos governos para construir um ensino público de qualidade para transformação social da classe trabalhadora e da sociedade, á deixando sempre refém da burguesia que executa seu projeto de estado mínimo para educação pública no país, o que só faz aumentar ainda mais a desigualdade e a pobreza. Partindo destes pressupostos Carvalho destaca que:

O Estado tem se mostrado mínimo quando se trata do financiamento, da destinação de mais recursos para o setor educacional, tal qual a prática política e administrativa implementada pelo Estado Português em sua medida de “desresponsabilização” pela educação pública da colônia”. Uma das evidências do menosprezo do Estado à educação nacional pode ser encontrada na estrutura de financiamento que permeou toda a sua história: o financiamento da educação nunca foi efetivamente concebido a partir das necessidades reais de seus alunos. Ao contrário, fundamentada em princípios neoliberais, sempre foi estabelecida uma quantidade mínima de recursos e, a partir dele, definido quais setores, níveis, modalidades e segmentos sociais seriam priorizados. Esta lógica perversa de racionalização dos gastos não favoreceu a concretização de uma educação pública de qualidade (CARVALHO, 2008, p.13).

Os empréstimos realizados pelos órgãos internacionais não mudam a realidade do financiamento da educação no país, apenas passam a ser contabilizados como números que aumentam o gasto com ensino público no Paraná e no Brasil. Ao relacionar as políticas neoliberais e a realidade do financiamento da educação nos municípios do Estado observa-se a presença cada vez maior dos organismos internacionais em atuar de alguma forma no Estado; esta tentativa constante de auxílio constante esconde os grandes objetivos do capital

de propagar e concentrar suas riquezas, por outro lado os municípios continuam com suas dificuldades e a realidade da educação pouco se altera.

### **CAPÍTULO III**

#### **ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, O PERCENTUAL DE RECEITA APLICADO EM ENSINO E SUAS RELAÇÕES COM RESULTADOS DO IDEB.**

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados do IDEB 2016/2017, a arrecadação e o percentual da receita aplicado em educação, o custo aluno e o número de matrícula nos respectivos anos pelos 399 municípios do Estado do Paraná. As tabelas comparativas permitem interpretações variadas: a questão é explicitar como dados quantitativos podem resultar em uma determinada qualidade e o processo pelo qual esta relação se efetivou. Esta relação nunca acontece de forma regular, mecânica, mas depende de fatores específicos de cada região e que determinam a qualidade de vida dos seus habitantes. Por exemplo: a qualidade da educação medida pelo IDEB não depende apenas da quantidade de investimento na estrutura e funcionamento das escolas, embora este seja um fator importante. A qualidade da formação dos alunos medida e expressa em porcentagem depende da alimentação, da moradia, da participação dos pais no processo formativo da criança e tantos outros elementos que não foi possível levantar aqui porque extrapolam aos objetivos que a presente pesquisa propõe.

A base inicial deste trabalho tentou mostrar como o contexto político internacional e nacional também tem a sua importância e interferência no processo de formação. A análise que foi apresentada se produz na comparação dos dados levantados na tentativa de estabelecer a relação entre quantidade e qualidade, deixando claros os limites que se impõe a esta leitura. A quantidade tem uma importância prática que não se pode deixar de reconhecer, visto que é por meio dos dados que as qualidades se relacionam e se manifestam na realidade efetiva.

Os dados financeiros disponíveis na tabela abaixo foram extraídos do portal de transparência do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que é uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas (FNDE, 2017).

O SIOPE permite o acesso de qualquer cidadão, sem necessidade de senha, das informações declaradas pelos entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) sobre o quanto investem em educação no Brasil, fortalecendo, assim, os mecanismos de controle social da aplicação de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino. Aos gestores educacionais dos estados e municípios, o SIOPE fornece informações atualizadas sobre as receitas públicas e os correspondentes recursos vinculados à educação e os subsidia na definição e na implementação de políticas de financiamento orientadas para a promoção da inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da efetividade e da qualidade do ensino público (SIOPE, 2017).

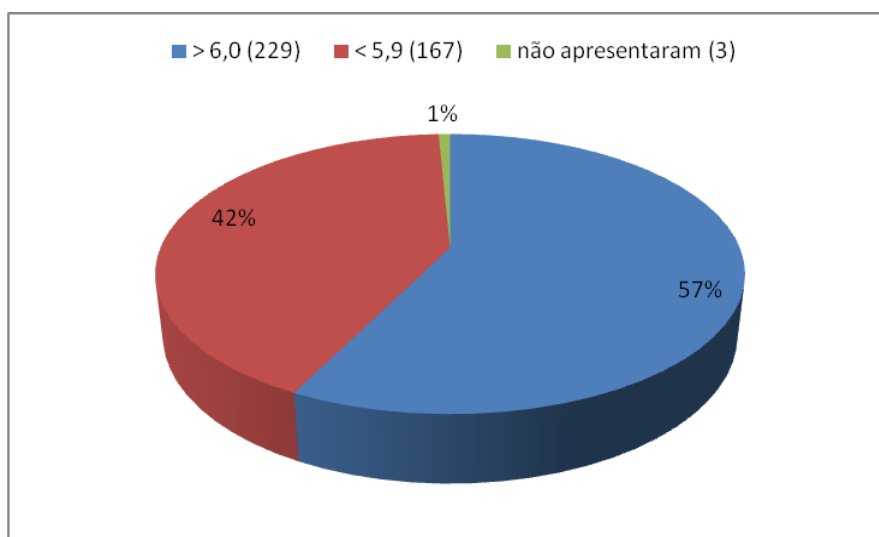
Neste sentido foi elaborada a tabela com objetivo de apresentar os índices que compõem o financiamento da educação nos municípios paranaenses.

A tabela de índices (anexo I) apresenta o percentual de receita e os valores aplicados em Educação nos 399 Municípios do Paraná nos anos de 2016/2017, conforme relatório de prestação de contas apresentada ao SIOPE pelos municípios em cada ano; além destes resultados, fazem parte da tabela à média do IDEB de cada Município do Estado, o número de matrículas e o custo aluno. Desta forma apresenta-se o percentual da receita aplicado em educação tomando-se como base o valor mínimo gasto pelos municípios que é de 25% de sua receita em educação.

Para obter o número de matrículas dos 399 Municípios do Paraná foi utilizado o portal de informações do INEP, com o conteúdo, Sinopse Estatística da Educação Básica o que possibilita posteriormente a realização dos cálculos para obter o custo aluno (INEP 2017).

Os municípios do Paraná apresentam resultados distintos no IDEB sendo que a média requerida como meta pelo MEC é de 6,0. Neste sentido o gráfico 1 abaixo apresenta os municípios que estão abaixo da média e os municípios que já atingiram a média estipulada.

**Gráfico 1:** Média geral do IDEB 2016/2017 nos 399 municípios do Paraná



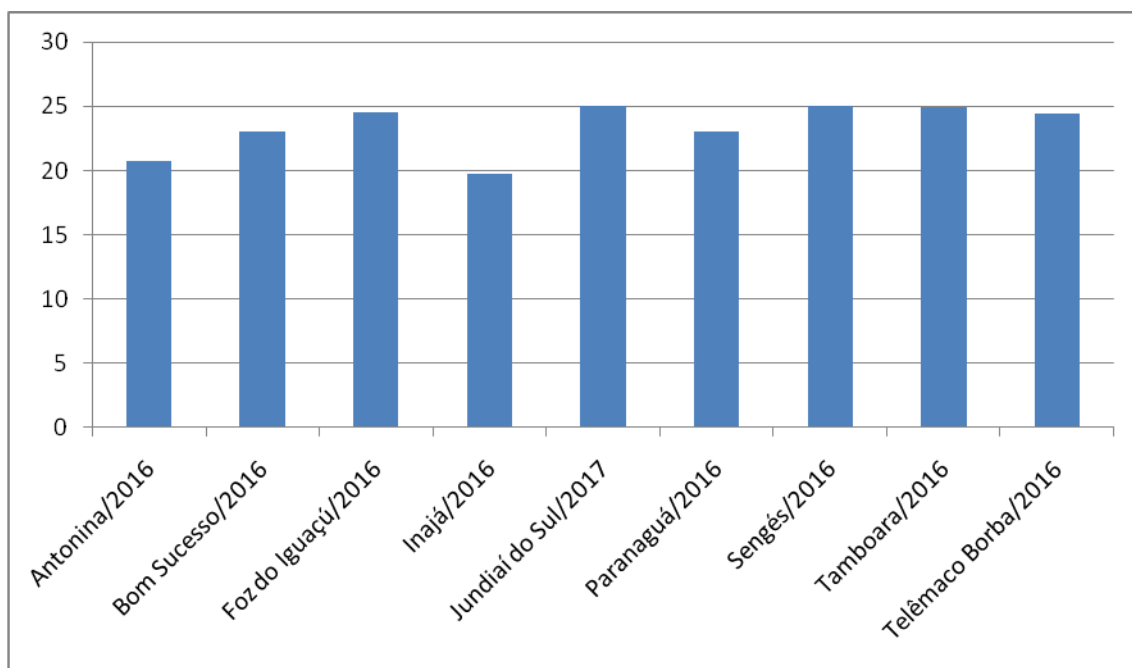
FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

O gráfico acima apresenta 229 municípios paranaenses acima da média de 6,0 definidas pelo MEC como padrão a ser atingido, e 167 municípios abaixo ou igual a 5,9 e três municípios não apresentaram resultados no IDEB2016/2017. Conforme o gráfico apresentado observa-se que a grande maioria dos municípios paranaenses já atingiu a média estipulada pelo MEC.

A aplicação do percentual da receita em educação pelos municípios paranaenses significa que, de cada cem reais disponíveis para investimentos, por exemplo, 25, 26, 27 reais e assim sucessivamente estão sendo aplicados em educação para cada município aqui pesquisado, seguindo o critério previsto por lei de aplicação mínima em educação de 25% da sua arrecadação.

Observa-se no gráfico abaixo que o percentual mínimo de aplicação dos recursos em educação é descumprido por alguns municípios do Paraná conforme o gráfico 2 abaixo apresenta:

**Gráfico 2:** Percentual da receita aplicado em educação (menor ou igual a 25%)



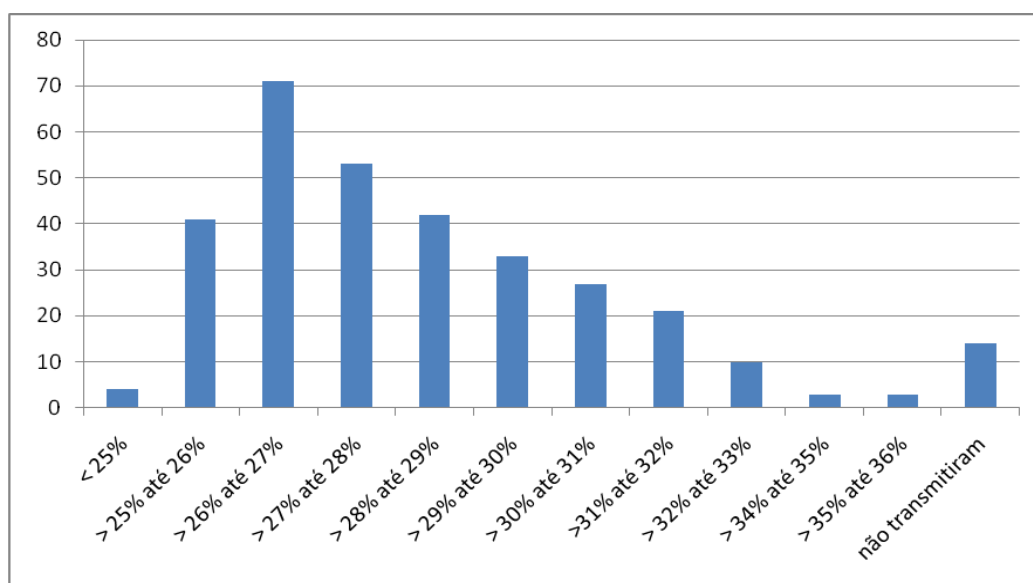
FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

O gráfico acima apresenta os municípios que aplicaram o mínimo ou descumpriram o percentual mínimo de aplicação em educação de 25%, o que representa nestes casos, o descumprimento do percentual mínimo estipulado por lei que tem como obrigatoriedade a aplicação em educação.

A gráfico 3 apresenta também o percentual aplicado em educação nos anos de 2016/2017 no qual cada município paranaense enquadra-se em um índice de investimento em ensino conforme sua receita própria que compõe seu orçamento geral anual de acordo com o gráfico abaixo.



**Gráfico 3:** Percentual da receita aplicada em educação nos 399 municípios do Paraná 2016/2017

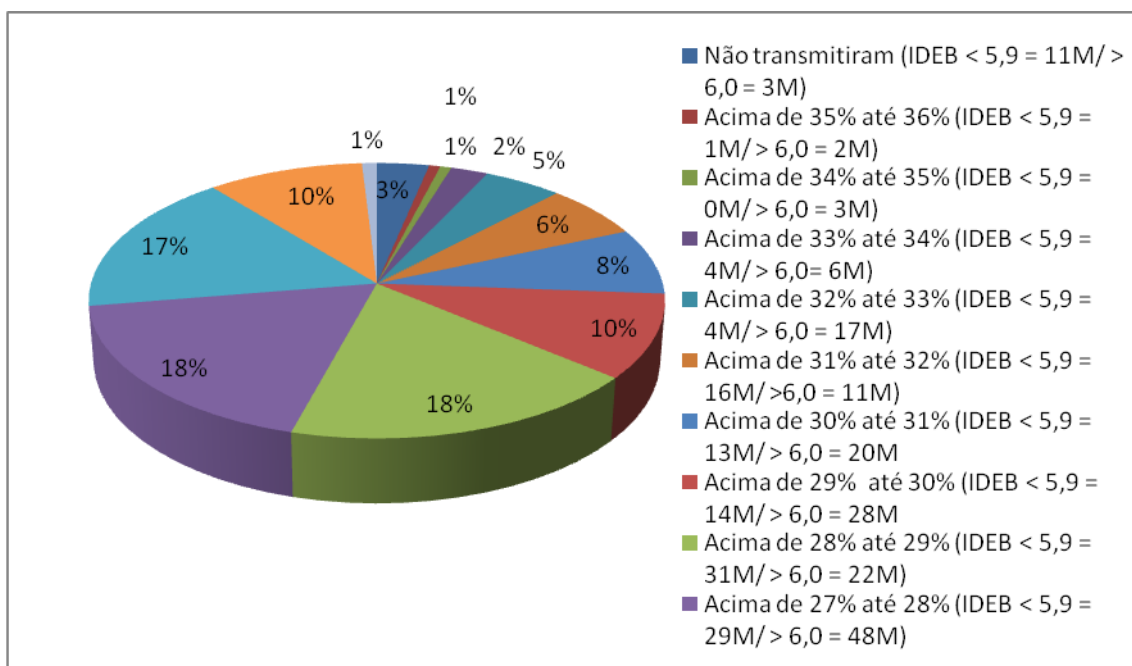


FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

O gráfico acima apresenta em que porcentagem de investimento em educação se encontra cada município do estado do Paraná, tomando como base um percentual mínimo abaixo de 25%, e máximo aqui apresentado de até 36% da receita de cada município aplicado no ensino conforme se apresenta na média da tabela 2. Desta forma é possível analisar como está o percentual de aplicação de recursos em educação nos 399 municípios paranaenses através da divisão apontada pelo gráfico.

É importante destacar que, a divisão da porcentagem de investimento em educação, na qual se posicionam municípios paranaenses conforme o gráfico 3, faz-se necessária para apresentar a relação com o IDEB 2016/2017 que será descrita no gráfico abaixo apresentando o percentual da receita aplicado em educação dos municípios do Paraná apontando quais se encontram acima da média do IDEB e quais se encontram abaixo da média de acordo com seu percentual de investimento em educação descrito no gráfico 4.

**Gráfico 4:** Percentual da receita comparado com os resultados do Ideb 2016/2017 nos municípios paranaenses



FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

O gráfico 4 apresenta o percentual de investimento dos municípios paranaenses relacionando o resultado do IDEB menor ou igual a 5,9 e maior ou igual a média de 6,0 estipulada pelo MEC, apresentando o percentual de investimento que se encontra cada município conforme já apontado no gráfico 3. Desta forma o gráfico apresenta-se com a função de apontar o número de municípios que atingiram a média do IDEB de acordo com o seu percentual de receita aplicado.

No gráfico 4 é possível observar que quatorze municípios não transmitiram seus relatórios de prestação de contas dos valores aplicados em educação, destes onze municípios estão abaixo da média estipulada pelo MEC no IDEB que é de 6,0. Este fator aponta para gestões municipais despreparadas com o compromisso de prestar contas do dinheiro público, isso nos remete a associar a desorganização na gestão com a ineficiência dos resultados dos onze municípios abaixo da média. Sendo assim uma das hipóteses levantadas é que a desorganização na gestão tem impacto direto com os resultados do IDEB.

Referente aos municípios que apresentaram investimentos menores que 25% da sua receita o gráfico 4 apresenta quatro municípios sendo dois deles com resultados superiores à média do IDEB e dois abaixo. Foz do Iguaçu apresenta-se aqui com 24,54% de sua receita de recursos aplicados em educação, um valor de R\$ 106.200.121,28, com resultado de 7,2 no

IDEB apresentando-se como um município com dificuldades de gestão mesmo com orçamento alto, principalmente por receber *royalties* da usina de Itaipu, o que gera um fator a mais de receita comparado com outros municípios que não recebem. Já os quarenta e um municípios que aplicam de 25% até 26% da sua receita cumprindo assim o percentual mínimo obrigatório em Educação, no gráfico 4, apresentam-se como vinte e dois municípios com média do IDEB superior e dezenove com média inferior.

No Paraná 71 municípios aplicam valores superiores a 26,00% até 27,00% conforme sua receita própria, dos quais possuem média superior no IDEB 47, e inferior 24, apresenta-se aqui dados importantes de um percentual considerável de investimentos em educação com resultados de eficiência financeira de investimento associadas com o cumprimento da média do IDEB em grande parte da amostra pesquisada.

O gráfico 4 apresenta ainda 77 municípios aplicando em educação valores superiores a 27,00% até 28% de sua receita orçamentária em educação, valores que se mostram consideráveis quando o assunto é investimento, sendo esta amostra de percentual a que contempla o maior número de municípios paranaenses, destes quarenta e oito possuem IDEB superior à média e vinte e nove inferior o que representa aqui eficiência de investimento comparada com a média do IDEB na análise da maioria da amostra da pesquisa.

São 53 municípios paranaenses que apresentam percentual de investimento maior que 28,00% até 29,00% de sua receita aplicada em educação conforme o gráfico 4, dos quais 22 possuem média superior a do IDEB, e 31 inferior. Nesta amostra ficam evidentes que os valores investidos são extremamente significativos, principalmente comparados com os demais municípios brasileiros, porém o investimento não representa neste caso eficiência para com a média do IDEB nos municípios pesquisados.

Com relação ao percentual de investimento maior que 29,00% até 30,00% apresenta-se no gráfico 4, 42 municípios, dos quais 28 apresentam média superior no IDEB, e 14 inferior. Desta forma em um percentual considerável de aplicação de recursos em educação grande parte da amostra na pesquisa obteve resultados condizentes com a média do IDEB.

O percentual de investimento maior que 30,00% até 31,00% em educação no Paraná conforme o gráfico 4, se apresenta em 33 municípios dos quais 20 possuem média superior no IDEB e 13 inferior. Este percentual de investimento em educação é considerado alto principalmente comparado com outros municípios no país. Assim se apresentam resultados condizentes na relação IDEB e investimento em educação na maior parte da amostra pesquisada.

O gráfico 4 apresenta também o percentual de investimento maior que 31,00% até 32,00% na educação em 27 municípios paranaenses, dos quais 11 municípios possuem média superior no IDEB e 16 inferior. Desta forma apresenta-se um percentual elevado de investimento no ensino, porém condizente em grande parte da amostra com a média do IDEB.

No Paraná, segundo o gráfico 4, 21 municípios investiram acima de 32,00% até 33,00% da sua receita orçamentária em educação, sendo que 17 estão acima da média do IDEB e 4 abaixo, o que apresenta um excelente percentual de investimento nestes municípios com a maioria da amostra acima da média do IDEB.

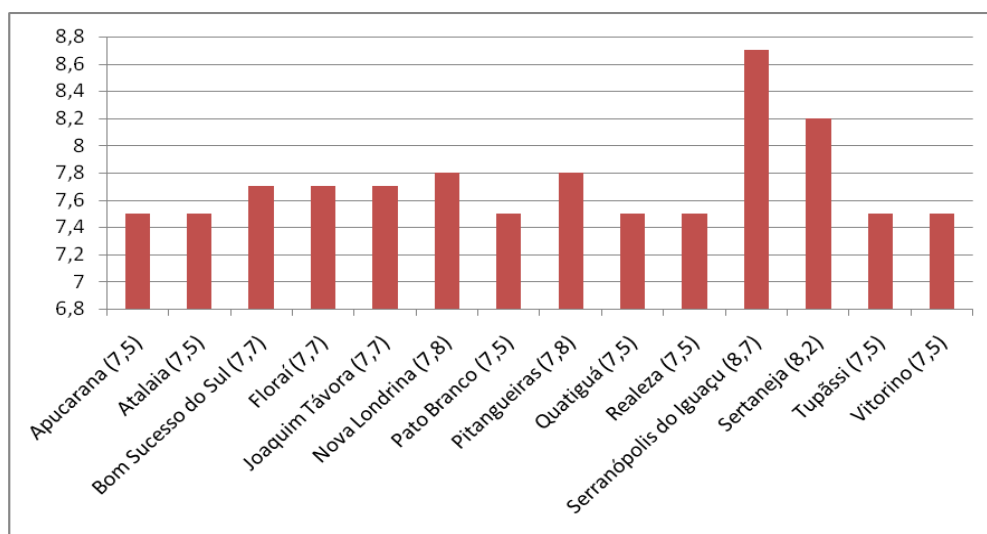
Já os municípios com percentual de investimento maior que 33,00% até 34,00% segundo o gráfico 4, foram 10 municípios, sendo que seis atingiram a média do IDEB e quatro não, mostrando assim que o elevado percentual financeiro investido em educação surtiu resultado para atingir a média proposta pela maioria da amostra, porém outra parte considerável da amostra mesmo investindo um alto percentual não conseguiu atingir a média.

Segundo o gráfico 4, os municípios paranaenses que aplicaram valor maior que 34,00% até 35,00%, foram três municípios, sendo que todos os municípios apresentaram resultados acima da média do IDEB. Este percentual de investimento é um valor muito alto aplicado em educação, que no caso desta amostra atingiu a sua totalidade.

E por fim o gráfico 4, que apresenta os três municípios que investiram um valor maior que 35,00% até 36,00% em educação do seu percentual de receita, na qual dois atingiram a média do IDEB e um ficou a baixo. Estes são os três municípios do estado do Paraná que mais aplicaram recursos na educação nos anos de 2016/2017 com relação ao seu percentual de investimento.

O Estado do Paraná, conforme a tabela 2, apresenta quinze municípios como os que atingiram maior média no IDEB de acordo com o gráfico abaixo.

**Gráfico 5:** Municípios do Paraná com melhores resultados do IDEB 2016/2017

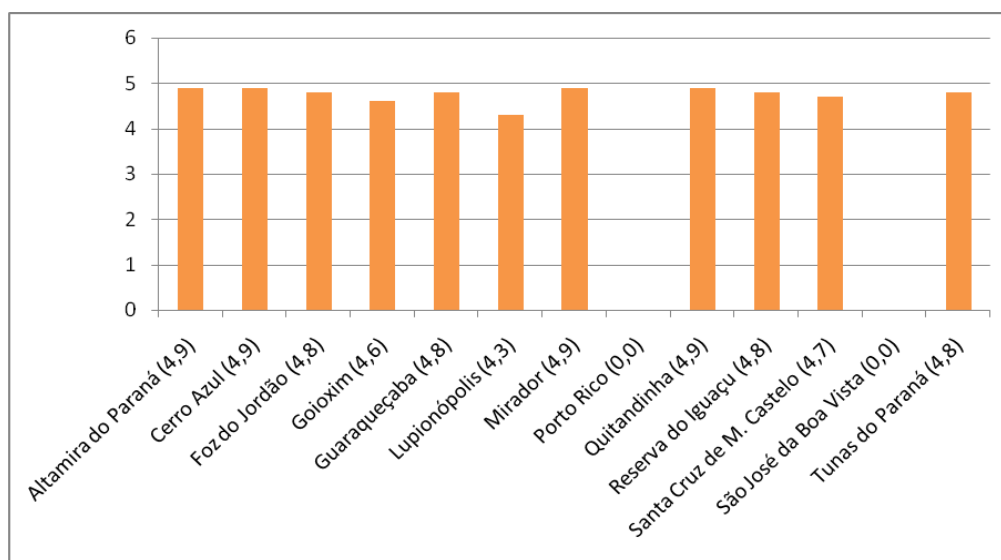


FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

No gráfico 5 é possível observar o percentual de receita investido em educação nos quinze municípios paranaenses com melhor colocação na avaliação do IDEB 2016/2017, sendo Floraí com 25,63% e média 77 o menor percentual de receita aplicado e Pitangueiras com 31,59% e média 7,8 o maior percentual da receita aplicado. A maior nota no IDEB no Paraná é de Serranópolis do Iguaçu 8,7 com investimento do percentual da Receita de 29,33. Outra importante análise a ser feita é que destes municípios apenas um apresenta investimento do percentual da receita menos que 26% comparado com os demais.

Nos resultados do IDEB 2016/2017 aparecem os municípios com menor média conforme apresento na tabela 2 e descritos no gráfico 6 abaixo:

**Gráfico 6:** Municípios piores colocados no IDEB 2016/2017 no estado do Paraná



FONTE: Dados coletados pelo autor (2018).

Dos 14 municípios do Estado do Paraná que possuem as menores médias no IDEB 2016/2017, aparece como pior colocado o município de Lupionópolis com média de 4,3 para um percentual de receita investido em educação de 30,31% da sua receita orçamentária. Outro município entre os piores colocados que chama atenção pelo percentual de receita investido é Goioxim 35,72 o segundo maior investimento em educação do Estado com IDEB de 4,6. Dos municípios piores colocados no IDEB dez apresentam percentual de receita acima de 26,00% e quatro acima de 25,00% todos cumprindo o percentual mínimo a ser aplicado em educação.

Ao abordar o financiamento da educação no Paraná, faz-se necessário explicitar outros dois importantes indicadores: o custo aluno e o número de matrículas. Este comparativo permite avaliar a aplicação dos recursos públicos levando em consideração o número de alunos matriculados por município.

**Tabela 2:** Comparativo entre os 10 melhores e os 10 piores municípios colocados no IDEB 2016/2017.

10 MELHORES				10 PIORES			
Município	ID EB	Matrículas	Custo aluno	Município	ID EB	Matrículas	Custo aluno
Serranópolis do Iguaçu	8,7	591	11.996,85	Porto Rico	0,0	344	11.871,10
Sertaneja	8,2	607	9.810,03	São José da Boa Vista	0,0	658	6.401,71
Nova Londrina	7,8	1.507	4.219,21	Lupionópolis	4,3	621	7.184,75

Pitangueiras	7,8	357	11.479,57	Goioxim	4,6	1.179	4.711,39
Bom Sucesso do Sul	7,7	366	13.069,75	Santa Cruz de Monte Castelo	4,7	982	4.840,44
Floraí	7,7	491	7.986,61	Foz do Jordão	4,8	796	4.661,35
Joaquim Távora	7,7	1.491	5.510,20	Guaraqueçaba	4,8	1.292	4.101,84
Apucarana	7,5	15.097	2.884,82	Reserva do Iguçu	4,8	1.175	4.611,40
Atalaia	7,5	423	8.430,17	Tunas do Paraná	4,8	1.170	3.470,67

Fonte: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

Ao comparar o número de matrículas e o custo aluno entre os melhores e os piores colocados no rank do IDEB, observa-se que os valores aplicados por aluno são maiores nos municípios melhores colocados, isso significa que o dinheiro disponível por aluno é um fator determinante para as melhores médias na avaliação. Isso não significa que o planejamento não é importante, ao contrário, é fundamental, porém não é capaz de realizar e executar sozinho a gestão da educação com baixos recursos disponíveis por aluno em grande parte dos municípios paranaenses, que possuem realidades diferentes um dos outros conforme as regiões que estão inseridos. É necessário considerar que os grandes municípios já possuem uma infraestrutura consolidada que depende apenas de manutenção. Os pequenos municípios, em geral, possuem uma estrutura precária, de modo que seus investimentos precisam ser maiores. Os menores, por sua vez, apresentam um número menor de matrículas, que pode facilitar a gestão dos recursos, mas também se constitui em menos recursos, o que se apresenta como a sua desvantagem.

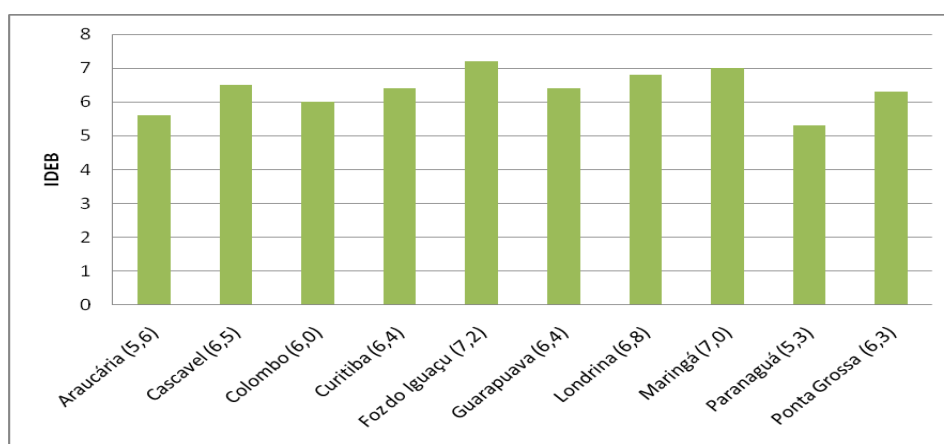
**Tabela 3:** Comparação entre IDEB, número de matrículas e custo aluno nos dez maiores Municípios do Paraná 2016/2017

Município	IDEB	Número de matrículas	Custo aluno	Número de Habitantes
Araucária	5,6	21.229	7.881,18	119123
Cascavel	6,5	40.415	3.285,10	324.476
Curitiba	6,4	220.541	5.177,91	1.917.185
Colombo	6,0	32.067	1.812,55	240.840
Foz do Iguçu	7,2	39.089	3.210,25	258.823
Guarapuava	6,4	26.010	2.863,71	180.334
Londrina	6,8	64.363	3.949,88	563.943
Maringá	7,0	43.639	4.253,65	417.010
Paranaguá	5,3	23.898	3.853,59	153.666
Ponta Grossa	6,3	50.824	2.452,04	348.043

FONTE: Dados coletados pelo autor (2018), Senso (2017).<sup>1</sup>

A abordagem do financiamento da educação nos grandes municípios do Paraná necessita considerar que a alta arrecadação existe, e esta disponível para aplicação, porém quando dividido pelo alto número de matrículas constata-se que a despesa é muito elevada, e por isso, o custo aluno apresenta-se com baixos valores devido a demanda de matrículas ser maior quando comparado com municípios menores.

**Gráfico 7:** IDEB dos 10 municípios mais populosos do Paraná



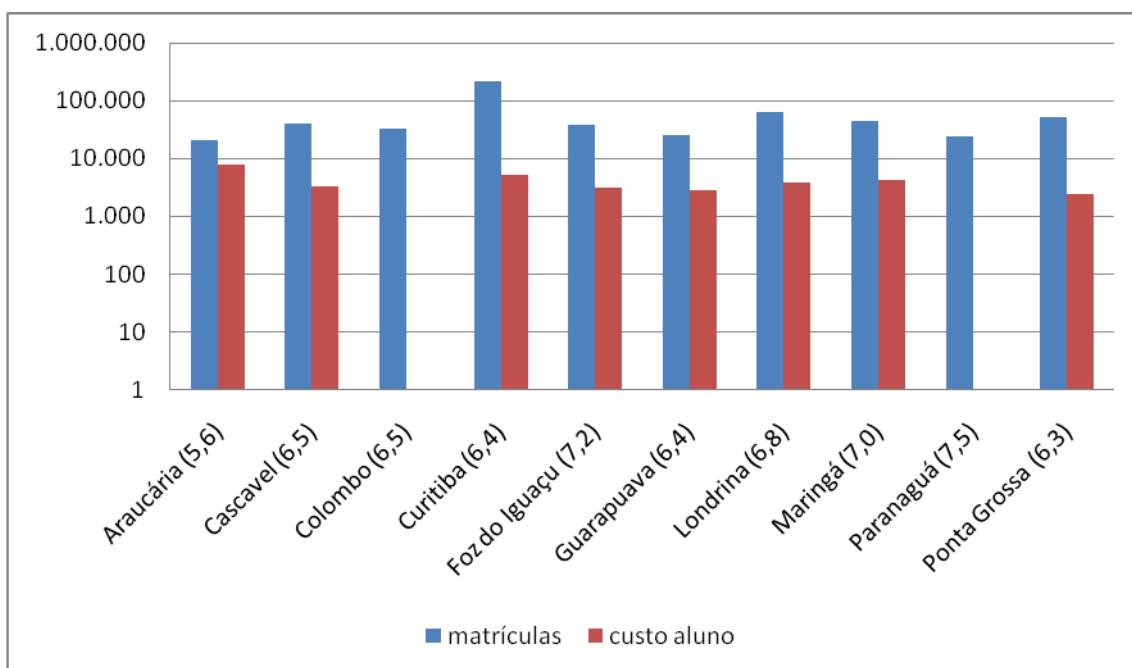
Fonte: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

No que diz respeito aos Resultados do IDEB, os dez municípios mais populosos do Estado do Paraná possuem resultados significativos mediante a média proposta. O município de Araucária possui o maior custo aluno comparado com os grandes municípios e a menor média no IDEB, além disso é o município com menor número de matrículas quando comparado com os outros nove municípios mais populosos do estado, o que reforça a hipótese de que, quanto menor o número de matrículas, maior será os valores disponíveis para o custo aluno. Há que se considerar que Araucária aplicou uma elevada quantia no financiamento à educação, e nem por isso alcançou um bom resultado na avaliação.

<sup>1</sup> São Jose dos pinhais é o 6 maior município do estado do Paraná com 317.476 habitantes e não foi colocado na tabela 4 e nos gráficos 5, 6, 7 e 8 por que não apresentou os dados de arrecadação no SIOPE sendo assim substituído pelo 11 que é Araucária.



**Gráfico 8:** Comparativo entre número de matrículas e custo aluno dos 10 maiores municípios do Paraná



Fonte: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).

No gráfico 8 fica claro que quanto maior for o número de matrículas por município, menor será os valores do custo aluno, isso justifica-se devido à grande divisão do orçamento da educação que é feita para atender o grande número de alunos. Aqui faz-se importante explicar que os municípios menores possuem um número reduzido de matrículas quando comparados com municípios maiores, caso de Bom Sucesso do Sul, que aplica R\$ 4.753.530,21 na educação com custo aluno de R\$ 13,069,75 para 366 alunos matriculados. Já Colombo, na região metropolitana, aplica R\$ 58.123.326,46, com custo aluno de R\$ 1.812,55 para 32.067 alunos matriculados. Comparando os dois municípios, Bom Sucesso do Sul alcançou 7,7 no IDEB e Colombo obteve a nota 6,0, o que significa um bom desempenho de Colombo, visto o pequeno custo aluno e o elevado número de matrículas.

## CONCLUSÃO

O financiamento da Educação nos municípios paranaenses, apresentado na tabela em anexo (anexo I), com seu percentual de aplicação e os valores investidos nos anos que compõem a avaliação do IDEB 2016/2017 acompanhada com a média de cada município possibilita a análise geral orçamentária aplicada na educação infantil nas series finais no Estado do Paraná.

A arrecadação orçamentária dos municípios é totalmente diferente quando comparado um com o outro, desta forma observou-se na pesquisa que os resultados do IDEB não seguem a lógica do percentual de receita aplicado na educação “quanto maior o investimento em educação maior a média no IDEB”. Porém é importante apresentar alguns fatores relevantes como o alto número de matrículas dividido pelo valor orçamentário, a gestão dos recursos, a falta de planejamento e o mais importante de tudo é o fato de que o dinheiro faz sim falta na educação o que acaba por interferir nos resultados do IDEB.

O percentual de investimento de cada município precisa obrigatoriamente cumprir com 25% da receita aplicada em educação, o que na pesquisa se mostrou ainda aparente por alguns municípios que não cumprem este mínimo, porém este fator não os coloca entre as piores médias no IDEB o que reforça a tese da gestão como fator determinante para os resultados, o que mesmo assim, não justifica a desorganização administrativa dos municípios no momento de prestar conta.

Como foi acentuada no capítulo três, a maioria dos municípios aplicam valores acima dos 25 %; os investimentos acima de 25 % não equivalem, necessariamente, a uma maior qualidade da educação tomando-se proporcionalmente a avaliação do IDEB. Tome-se como exemplos Loanda, que aplicou no período analisado 27,29 % (mais de dez milhões de reais) dos seus recursos em educação e obteve um IDEB de 7,0; e Nova Londrina, aplicou 25,84 % (em torno de seis milhões e meio de reais) e teve um rendimento de 7,8 na avaliação do IDEB. Com os dados do custo aluno e número de matrículas, esta situação mostra que Nova Londrina teve um custo aluno maior que Loanda, com rendimento IDEB também maior.

Em todos os casos, as hipóteses sobre gestão teriam que ser mais bem comprovadas em pesquisas posteriores, visto que nesta pesquisa não foram levantados dados empíricos sobre o tema. Apenas foram levantadas questões que se fundam na perspectiva de gestão, a serem comprovadas empiricamente.

A falta de planejamento na execução da gestão e os possíveis desvios de finalidade dos recursos, aplicação de recursos destinados a questões alheias às necessidades educacionais locais, podem contribuir para a não efetividade nos resultados avaliativos. No contexto da gestão é necessário considerar que a qualidade depende não apenas de financiamento, mas de como a gestão se compromete com a boa infra-estrutura da escola e de seu entorno, do bom currículo e do acompanhamento do trabalho dos professores, além do combate a todas as formas de exclusão (saúde, moradia, trabalho, acesso à cultura, etc.).

A eficiência do gasto em educação precisa levar em consideração outros importantes fatores que são determinantes no financiamento da educação, exemplos disso é a desigualdade na redistribuição orçamento por parte da união, o alto índice de pobreza em alguns municípios, o desvio de finalidade do orçamento “corrupção”, arrecadação desigual quando comparado com outros municípios do mesmo porte devido a sua realidade econômica local entre outras. É por isso que o FUNDEB tem importância fundamental como estratégia de redução da desigualdade social, principalmente por que o IDEB não considera o contexto sócio econômico dos municípios paranaenses e brasileiros.

A gestão política dos municípios precisa ser acompanhada de uma boa gestão escolar e isto acontece apenas se houver uma ampliação efetivada participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e da execução da política educacional, assim como da comunidade diretamente envolvida no processo educativo, partindo de uma concepção crítica que considere sua função em atender a sociedade como um todo.

O Financiamento da Educação no Estado do Paraná e no Brasil necessita ainda de redistribuição de recursos para suprir as demandas de desigualdade orçamentária principalmente em municípios pobres com indicadores que comprovem isso; a equidade é fundamental para suprir atrasos deixados ao longo de gestões que não executaram ações básicas para oferta do ensino público que em alguns casos é precário, por que a estrutura não atende a demanda, nem a realidade de determinado local ou região. Desta forma gestão de orçamento, redistribuição de recursos e equidade são ações indispensáveis em políticas publicas para avançar e corrigir as desigualdades na educação publica do país.

A Escola Pública é totalmente dependente do financiamento da educação e de sua organização, muitos são os pontos que necessitam de mudanças para que avanços significativos e necessários ocorram na educação pública. É preciso reconhecer que o ensino público no país melhorou muito nas últimas décadas e que a escola ainda é a ferramenta mais importante na sociedade atual para mudança da realidade social, papel este que vem sendo

cumprido com muito esforço, por professores, diretores, funcionários e colaboradores que superaram as necessidades para fazer a transformação educacional nos alunos.

Entende-se ter cumprido o objetivo geral desta pesquisa, que é esclarecer a relação entre financiamento e avaliação, confrontando o financiamento da educação dos municípios paranaenses com o resultado das avaliações em larga escala, no resultado do IDEB de 2016-2017, analisando os valores investidos e a eficiência dos gastos nos 399 municípios do Estado do Paraná. A necessidade de levantamento de número de matrículas e custo aluno ampliou este objetivo e permitiu maior esclarecimento dos dados iniciais. A observação de que o resultado estaria relacionado a um bom projeto de gestão continua sendo uma hipótese a ser confirmada empiricamente em uma nova pesquisa, fato que não prejudica o resultado que apresentado até aqui.

Os objetivos específicos também foram cumpridos e ampliados com os novos dados de matrícula e custo aluno nos 399 municípios do Paraná. Procurou-se articular os momentos de abordagem do financiamento, explicitando a distribuição dos recursos públicos pelos entes federados e a sua aplicação nas realidades específicas dos municípios e articulando este processo com os interesses expressos nas políticas internacionais de avaliação adotadas pelo país a partir de acordos e compromissos internacionais de financiamento. As análises empíricas podem abrir ainda novas sendas de investigação que implicam relação com outros dados a serem levantados, como IDH, por exemplo, que não foi objetivo desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. S. **Políticas para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional**. Campinas, 1999, p,99.

ARRAIS NETO, E. *et al.* **Educação e Modernização Conservadora**. A Essência da Reforma do Ensino Médio: Competências para o novo mundo do trabalho, 2006, p.132-133.

BERNARDI, J. L.: **A organização municipal e a política urbana**. 3º Ed. Curitiba-PR, 2011.

BEZERRA, T. S.A; OLIVEIRA, J.A. Neoliberalismo e Precarização Social: O Setor Gráfico de Fortaleza em Tempos Neoliberais. In: CAMARGO, R. B; REZENDE PINTO, J. M; GUIMARÃES, J. L. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de pesquisa** 38.135 São Paulo (2008): 817-839.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 05/11/16.

CARVALHO, E. N. O Estado Neoliberal na Administração da Questão Social. In: NETO, E. A. *et al.* **Educação e Modernização conservadora** Fortaleza: Editora UFC, 2006, p.175.

CARVALHO, F. A. F. **Financiamento da Educação Pública: o “pano de fundo” da política de fundos no Brasil**, 2008.

CASTRO, J. A. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. **Educação & Sociedade**, 2007, vol. 28, n. 100, p. 857-876.

CASTRO, J. A. Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. In: GOUVEIA, A. B; DE REZENDE PINTO, J. M; CORBUCCI, P. R. (ed.). **Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil**. Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CARAPETO, N. S; FONTANA, M. I; SALOME, J. S.(orgs). **Políticas Públicas e Gestão da Educação: Desafios e Compromissos**. Curitiba ed. CRV, 2016.

CHIRINÉA, A. M; DA FONSECA BRANDÃO, C. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2015, vol. 23, no 87, p. 461-484.

CRUZ, R. E. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União-o FNDE em destaque**. 2009. Tesis Doctoral. Universidade de São Paulo.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 4ed. Rio de Janeiro: 1979, p.122.

CURY, C. R. J. Os Desafios e as Perspectivas do Regime de Colaboração e do Regime de Cooperação no Sistema Nacional de Educação. In: CURY, C. R. J. **Estado e políticas de financiamento em educação**. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 831-855, 2007.

DA CRUZ, R. E. Os recursos federais para o financiamento da educação básica. In: PINTO, J. M; SOUZA, S. A. (Org.). **Para onde vai o dinheiro? Caminhos de descaminhos do financiamento da educação**. São Paulo: Xamã, 2014.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017, p.13-34.

DAVIES, N. O financiamento da educação estatal no Brasil: novos ou velhos desafios. **Revista Educação On-line**, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012, n. 10, p. 31-63.

DEL ROIO, M. A educação como forma de reprodução da hegemonia e seu acesso. In: SCHLESENER, A. H. **Filosofia, política e educação: leituras de Antonio Gramsci**. Curitiba: UTP, 2014.

DEL ROIO, M. Prefácio. In: SCHLESENER, A. H; MASSON, G; SUBTIL, M. J. D. **Marxismo e Educação**, Ed. UEPG, Ponta Grossa 2016.

DIAS, E. F. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: Sundermann, 2012, p133.

DO AMARAL, N. C. Os desafios do financiamento da educação brasileira até 2050: o Brasil possui condições para um salto educacional. **Cadernos ANPAE**, 2010, vol. 9, p. 1.

DO AMARAL, N. C. **PEC 55/241: a 'morte' do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais** (UFG), 2016. Disponível em:  
<http://www.anped.org.br/news/artigo-e-entrevista-com-nelson-cardoso-amaral-ufg-pec-55241-morte-do-pne-2014-2024-e-o-poder-de>. Acesso em 23 abr 18.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes, Campinas**, 2009, vol. 29, n. 78, p. 201-215.

DOURADO, L. F.: Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

DUARTE, J. B. Estudos de caso em educação: investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. **Revista Lusófona de Educação**, 2008, 11, 113-132.

EDELMAN, B. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

FARENZENA, N. A assistência financeira da União às políticas educacionais locais. **Retratos da Escola**, 2012, vol. 6, n. 10, p. 105-117.

FARENZENA, Na. Panorama do Gasto Público na esfera estadual. In: CAMARGO, B. C; PINTO, J. M; SOUZA, S. A. (Org.). **Para onde vai o dinheiro? Caminhos de descaminhos do financiamento da educação**. São Paulo: Xãma, 2014, p. 44.

FARENZENA, N. **A Política de Financiamento da Educação Básica: Rumos da Legislação Brasileira**. 2 Ed, UFRGS Editora, 2006, p.17.

FARENZENA, N; MENDES, A. O. Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do FUNDEF e do FUNDEB. **Currículo sem fronteiras**, 2010, vol. 10, n. 1, p. 265-286.

FERREIRA de JESUS, W. **Os Fundos Constitucionais e o Financiamento da Educação Básica Brasileira: Das Origens do FUNDEB**. Editora CRV, Curitiba 2016.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **MDE-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/101-leis?...4648:mde>. Brasília 2017. Acesso em: 10 abr. 18.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **MDE-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao>. Brasília 2017. Acesso em: 10 abr. 18.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **MDE-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**. Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/fnde\\_sistemas/siope](http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope). Acesso em: 10 out 18.

FRANÇA, M. Financiamento da Educação: Política, Mobilização de Recursos e Programas para o Ensino Fundamental. In: NETO, A. C. **Política educacional, desafios e tendências**. Editora Sulina, 2004.

FRIGOTTO, G. Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática. In: GENTILI, P; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes 8ed, 1999 p.33-86

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. In.: **Pesquisa**. Liber Livro, 2007.

GOMES, A. V. A. **Custo aluno qualidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 8201 – BR E CONTRATO DE GARANTIA E CARTA DE DESEMBOLSO DOPROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOPARANÁ**. BANCO MUNDIALCURITIBA-PR Assinado de 12 de Dezembro de 2013 Reestruturado em 05 de Janeiro de 2016.

GOUVEIA, A. B. Direita e esquerda na política educacional: Democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 90(224), 2009.

GOUVEIA, A. B. *et al.* Condições de Trabalho Docente, Ensino de Qualidade e Custo-Aluno-Ano. 2006, p.274-275.

GOUVEIA, A. B; DE SOUZA, Â. R; TAVARES, T. M. O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2009, vol. 20, n. 42.

GRAMSCI, A. **Quaderni Del Carcere**. Torino: Einaudi 1975, p. 1587-8.

GRAMSCI, A. **Escritos Sobre Educação E Política (1916-1919)**. Tradução *Práxis Educativa*, 2017, vol. 12, no 3, p. 1035-1040.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, L; CANALI, D. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. L& PM, 1980.

HADDAD, S. **Direito humano à educação**. In: LIMA, JR. Jayme Bevenuto (Org.)

HEADLEY, S. S. **Planejamento Governamental**. Unopar, Londrina 2014, p.72.

HELENE, O. **Jornal Brasil de fato educação e desigualdade** 04/08/2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/7045/>. Acesso em 02 set 2017.

HELENE, O. **Um Diagnóstico Da Educação Brasileira e de Seu Financiamento**. Autores Associados, Campinas 2013.

HÖFLING, E. *et al.* Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, 2001.

IANNI, O. Prefacio IN: FERNANDES, F. **Sociologia Crítica e Militante**. Editora Expressão Popular, São Paulo 2007.

IANNI, O. O Declínio do Brasil-Nação. **Estudos avançados**, 2000, vol. 14, n. 40, p. 51-58.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA – INEP Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso em: 09 nov 16.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA. MEC, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar** 2013. Disponível em:  
[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/resultados/2013/caderno2013\\_v2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/caderno2013_v2016.pdf). Acesso em: 25 mar 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA – INEP Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/perguntas-frequentes>. Página atualizada em 28 de junho de 2017. Acesso em: 26 mar 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA – INEP Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em . Página atualizada em 10 de dez de 2018.



INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA. SAEB-SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

**Prova Brasil, Avaliação do Rendimento Escolar 2011.** Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/questionarios/2013/questionario\\_diretor.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/questionarios/2013/questionario_diretor.pdf). Acesso em: 28 mar 2018

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS  
ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico: Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005-2015.** Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/planilhas\\_para\\_download/2015/resumo\\_tecnico\\_ideb\\_2005-2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2015/resumo_tecnico_ideb_2005-2015.pdf). Acesso em 28 mar 2018.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE 2010.**

Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6MH>. Acesso em: 10 nov 2016.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE 2018.**

**População no último censo.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em 28 Janeiro de 2019.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE 2010.**

População residente, total, urbana total e urbana na sede municipal, em números absolutos e relativos, com indicação da área total e densidade demográfica, segundo as Unidades da Federação e os municípios –2010. Disponível em:

<http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41>. Acesso em 18 mai 2017.

JORNAL DE FATO: O PARANÁ. Cotidiano: Paraná é o segundo estado que mais investiu em educação em 2016. Portal on-line de 22/02/2017.

Disponível em: <http://www.oparana.com.br/noticia/parana-e-o-segundo-estado-que-mais-investiu-em-educacao-em-2016>.

KOFLER, L. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

**Lei Nº 12.527, De 18 De Novembro De 2011.** Procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) 11 abr 17.

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, Março 1997, n.100, p. 11-36.

LAUNAY, J. Elementos Para uma Economia Política da Educação. IN. DURAND, J. C. **Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola.** Zahar Editores, 1979.

**Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Ed pg. 56. 2015.**

Disponível em:

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)

LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas**, São Paulo, Alfa-Omega, 1980. V. 1.

LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas 1**. São Paulo: Alfa Omega 1982, p.575-671.

LIBANEO, J. C. (2008). Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, (32), 168-178.

LIGUORI, G. VOZA Pasquale. **Dicionário Gramisciano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LOA, **Lei Orçamentária Anual 1820/2014**. Disponível em:

<http://www.camarapitanga.pr.gov.br/ftp/index.php?action=view&filename=Lei%20n%BA%201820%20de%2018%20de%20dezembro%20de%202013.pdf&directory=Leis/Lei%20Ordinamentada/Pitanga-PR> 2013.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Abril cultural, 1984.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. In: **Revista De Investigações Constitucionais**, vol. 4, n. 1, janeiro/abril, ISSN 2359-5639, Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR, Curitiba 2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. Prefácio. In: **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural (Pensadores), 1974, pp. 111-138.

MASSON, G. O Trabalho Como Fundamento do Ser Social e a Educação Como Práxis Social. In: SCHLESENER, A. H; MASSON, G; SUBTIL, M. J. D. **Marxismo e Educação**, Ed. UEPG: Ponta Grossa, 2016, p.30.

MENEZES, J. S. (2005). **O Financiamento da Educação Básica Pública no Brasil: 500 anos de História** (Doctoraldissertation, Tese de doutorado da autora intitulada “O Financiamento da Educação no Brasil: O Fundef a partir do relato de seus idealizadores”. Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), defendida em fevereiro de 2005).

MORDUCHOWICZ, A, *et al.* **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA Brasília 2011.

NETTO, J. P. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

- PARO, V. H. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PARO, V. H. **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2005. P, 105.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Cortez , 4ed, 2016.
- PILETTI, N.; PRAXEDES, W.: **Sociologia da educação – Do positivismo aos estudos culturais**. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**, Traduzido por: (Daniel Aarão Reis Filho) São Paulo: Ed. Brasiliense 1981, p.32.
- RELATÓRIO BRASILEIRO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **meio ambiente, saúde, moradia adequada e à terra urbana, educação, trabalho, alimentação, água e terra rural**. Recife: Edições Bargaço/Gajop, 2003.
- RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - **Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal FNDE/SIOPE/RELATORIOS MUNICIPAIS**. Disponível em:  
[https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do?acao=pesquisar&pag=result&anos=2017&periodos=6&cod\\_uf=41&municipios=410045](https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do?acao=pesquisar&pag=result&anos=2017&periodos=6&cod_uf=41&municipios=410045). Acesso em 15 out 2018.
- ROSSI, W. G. **Pedagogia do trabalho: raízes da educação socialista**. São Paulo. Moraes, 1981 p.132.
- SANTOS, D. D. P; VIEIRA, H. R. Financiamento da educação básica no Brasil: algumas reflexões. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, 2015, n 19.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de janeiro: Record, 2000, vol. 174.
- SCHLESENER. A. H. **Grilhões Invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ed UEPG, 2016, p 30.
- SCHLESENER. A. H; DAL LIN, A. Observações a Cerca do Pensamento de Marx Para a Educação. In: SCHLESENER, A. H; MASSON, G; SUBTIL, M. J. D. **Marxismo e Educação**, Ed. UEPG, Ponta Grossa 2016, p.63.
- SCHLESENER, A. H. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009, p. 168.
- SCHLESENER, A. H. **Filosofia, Política e Educação: Leituras de Antonio Gramsci**. Curitiba: UTP, 2014.
- SILVA, M. A. **Políticas para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional**. Campinas/SP: UNICAMP, 1999. P, 96.

SOUSA, A. A. Hayek e Friedmam: A Defesa de um Novo Liberalismo. In: ARRAIS NETO, E. *et al.* **Educação e Modernização Conservadora: a Essência da Reforma do Ensino Médio: Competências para o novo mundo do trabalho**, 2006, p.119.

SOUZA, M. R. **Fontes e Distribuição de Recursos do FUNDEB**, Brasília: 2009.

SOUSA JUNIOR, J. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

TÉCNICAS, NORMAS. **Elaboração e Apresentação de Trabalho Acadêmico-Científico**. Universidade Tuiuti do Paraná. 2ed. Curitiba: UTP, 2006.

## ANEXOS

### ANEXO I: Índices de financiamento da educação dos municípios paranaenses.

Município	Ano	Percentual da Receita	Valor Aplicado	Resultado do IDEB	Média Receita	Número Matrículas	Custo Aluno
Abatiá	2016	28,24	3.866.274,39	5,9	29,04		
Abatiá	2017	29,84	4.202.256,00			789	5.326,05
Adrianópolis	2016	27,80	5.828.514,48	5,7	29,86		
Adrianópolis	2017	31,91	6.637.863,68			947	7.009,35
Agudos do Sul	2016	29,27	4.232.319,65	5,2	30,72		
Agudos do Sul	2017	32,16	4.737.177,62			1.201	3.944,36
Almirante Tamandaré	2016	28,82	26.675.312,78	5,1	27,41		
Almirante Tamandaré	2017	26,00	24.608.428,80			12.611	1.951,34
Altamira do Paraná	2016	25,38	3.261.945,22	4,9	25,38		
Altamira do Paraná	2017	25,14	3.255.285,06			569	5.721,06
Alto Paraíso	2016	30,85	6.447.190,38	6,6	31,11		
Alto Paraíso	2017	31,37	6.803.318,52			474	14.352,99
Alto Paraná	2016	28,39	7.435.548,09	5,6	28,87		
Alto Paraná	2017	29,35	7.974.317,54			1.686	4.729,72
Alto Piquiri	2016	26,56	5.710.754,40	5,5	28,93		
Alto Piquiri	2017	31,30	7.151.815,17			1.263	5.662,56
Altônia	2016	25,06	8.999.995,37	6,9	25,49		
Altônia	2017	25,91	9.798.945,17			2.152	4.549,23
Alvorada do Sul	2016	32,19	7.478.620,68	5,3	31,57		
Alvorada do Sul	2017	30,95	7.549.622,68			1.031	7.322,62
Amaporã	2016	28,79	4.260.413,65	5,2	27,44		
Amaporã	2017	26,08	3.767.156,31			745	5.056,58
Ampére	2016	30,04	10.883.058,63	6,7	32,13		
Ampére	2017	34,21	11.958.256,07			2.329	5.134,50
Anahy	2016	27,84	3.433.346,62	6,2	28,14		
Anahy	2017	28,44	3.569.386,87			372	9.595,12
Andirá	2016	28,29	10.874.519,50	6,4	29,66		
Andirá	2017	31,02	12.366.287,64			2.515	4.917,01
Ângulo	2016	25,61	3.305.259,32	6,3	26,39		

Ângulo	2017	27,17	3.625.860,55			361	10.043,93
Antonina	2016	20,71	7.675.889,93	5,0	23,25		
Antonina	2017	25,78	9.722.552,55			2.606	3.730,83
Antônio Olinto	2016	29,18	4.900.536,79	6,4	28,97		
Antônio Olinto	2017	28,76	4.966.883,95			990	5.017,05
Apucarana	2016	26,34	41.258.596,06	7,5	26,20		
Apucarana	2017	26,06	43.552.134,72			15.097	2.884,82
Arapongas	2016	25,36	41.337.719,99	6,7	25,74		
Arapongas	2017	26,11	46.080.821,64			12.915	3.652,85
Arapoti	2016	26,09	14.495.059,69	6,6	26,14		
Arapoti	2017	26,18	15.228.522,07			3.676	4.142,68
Arapuã	2016	28,34	3.705.677,30	5,6	28,93		
Arapuã	2017	29,52	3.926.988,61			430	9.132,53
Araruna	2016	32,45	10.097.657,32	6,6	32,80		
Araruna	2017	33,15	10.733.939,73			1.680	6.389,24
Araucária	2016	26,99	155.617.822,68	5,6	29,00		
Araucária	2017	29,00	167.309.697,24			21.229	7.881,18
Ariranha do Ivaí	2016	26,67	3.296.139,13	5,7	28,57		
Ariranha do Ivaí	2017	30,46	3.773.248,48			306	12.330,87
Assaí	2016	27,85	8.215.371,80	6,3	26,71		
Assaí	2017	25,56	7.552.856,68			2.018	3.742,74
Assis Chateaubriand	2016	27,76	18.708.768,60	7,0	28,62		
Assis Chateaubriand	2017	29,47	20.514.943,62			4.028	5.093,08
Astorga	2016	29,79	13.526.284,68	7,0	29,83		
Astorga	2017	29,86	14.400.652,08			3.093	4.655,88
Atalaia	2016	28,48	3.699.649,13	7,5	27,60		
Atalaia	2017	26,72	3.565.964,25			423	8.430,17
Balsa Nova	2016	27,50	10.451.301,99	6,0	27,11		
Balsa Nova	2017	26,71	10.631.927,94			1.993	5.334,63
Bandeirantes	2016	29,52	14.415.478,42	6,0	28,21		
Bandeirantes	2017	26,90	12.248.094,15			3.999	3.062,78
Barbosa Ferraz	2016	25,41	5.853.815,71	5,3	27,23		
Barbosa Ferraz	2017	29,04	6.868.406,09			1.445	4.753,22
Barra do Jacaré	2016	30,53	3.973.293,28	5,9	30,06		
Barra do Jacaré	2017	29,59	3.999.797,96			259	15.443,23
Barracão	2016	26,69	5.818.928,50	5,3	27,02		
Barracão	2017	27,34	6.064.969,11			1.499	4.046,01
Bela Vista da	2016	27,70	3.351.705,99	5,6	28,23		

Caroba							
Bela Vista da Caroba	2017	28,75	3.503.317,61			1.886	1.857,53
Bela vista do Paraíso	2016	34,55	8.207.182,18	5,9	33,00		
Bela vista do Paraíso	2017	31,44	8.560.601,25			2.661	3.217,06
Bituruna	2016	32,77	9.645.641,35	6,1	32,67		
Bituruna	2017	32,56	9.918.237,15			2.661	3.727,25
Boa Esperança	2016	26,20	4.524.829,37	7,0	27,05		
Boa Esperança	2017	27,90	4.968.047,82			515	9.646,69
Boa Esperança do Iguaçú	2016	28,60	3.666.220,81	6,7	28,71		
Boa Esperança do Iguaçú	2017	28,81	3.779.813,22			361	10.470,39
Boa Ventura de São Roque	2016	30,94	6.037.261,31	5,5	31,31		
Boa Ventura de São Roque	2017	31,68	6.507.875,31			818	7.955,83
Boa Vista da Aparecida	2016	28,92	4.720.521,52	5,3	31,52		
Boa Vista da Aparecida	2017	34,11	5.791.703,61			1.200	4.826,41
Bocaiúva do Sul	2016	28,76	5.841.806,71	5,5	27,80		
Bocaiúva do Sul	2017	26,84	5.688.281,89			2.065	2.754,61
Bom Jesus do Sul	2016	27,94	3.483.022,19	7,2	28,30		
Bom Jesus do Sul	2017	28,65	3.565.484,17			478	7.459,17
Bom Sucesso	2016	22,99	3.476.736,25	6,3	25,06		
Bom Sucesso	2017	27,13	4.223.159,60			787	5.366,14
Bom sucesso do Sul	2016	30,40	5.020.254,42	7,7	29,27		
Bom sucesso do Sul	2017	28,13	4.753.530,21			366	13.069,75
Borrazópolis	2016	26,86	4.252.719,45	6,4	27,42		
Borrazópolis	2017	27,97	4.527.289,49			866	5.227,81
Braganey	2016	26,66	4.394.908,63	6,5	27,35		
Braganey	2017	28,03	4.730.649,61			795	5.950,50
Brasilândia do sul	2016	27,90	4.321.415,99	5,0	28,58		
Brasilândia do sul	2017	29,25	4.696.438,31			452	10.390,35
Cafeara	2016	28,42	3.395.670,43	6,0	28,67		

Cafeara	2017	28,92	3.475.946,30			370	9.394,44
Cafelândia	2016	30,08	13.966.130,94	7,0	30,55		
Cafelândia	2017	31,02	14.527.084,96			2.359	6.158,15
Cafezal do Sul	2016	30,48	4.043.150,83	5,9	30,65		
Cafezal do Sul	2017	30,82	4.172.610,36			497	8.395,59
Califórnia	2016	34,24	5.445.715,36	6,1	31,44		
Califórnia	2017	28,63	4.744.301,33			1.047	4.531,32
Cambará	2016	26,48	11.439.575,67	5,5	27,10		
Cambará	2017	27,72	11.978.638,25			2.798	4.281,14
Cambé	2016	28,05	43.146.504,09	6,7	28,08		
Cambé	2017	28,10	44.719.081,80			11.626	3.846,47
Cambira	2016	26,39	4.365.023,17	6,7	27,25		
Cambira	2017	25,40	4.513.142,78			914	4.937,79
Campina da Lagoa	2016	26,23	7.770.909,48	5,8	26,21		
Campina da Lagoa	2017	26,19	7.950.996,15			1.947	4.083,71
Campina do Simão	2016	28,15	4.575.878,17	5,4	31,55		
Campina do Simão	2017	34,94	5.812.687,08			683	8.510,52
Campina Grande do Sul	2016	26,73	18.816.817,49	5,7	26,24		
Campina Grande do Sul	2017	25,75	18.955.346,35			6.603	2.870,71
Campo Bonito	2016	31,42	4.866.665,52	5,8	31,65		
Campo Bonito	2017	31,88	5.068.541,42			552	9.182,14
Campo do Tenente	2016	26,48	4.160.938,18	5,6	26,33		
Campo do Tenente	2017	26,18	4.229.957,47			1.140	3.710,48
Campo Largo	2016	26,43	42.211.478,12	6,2	26,72		
Campo Largo	2017	27,01	45.837.325,42			16.285	2.814,69
Campo Magro	2016	29,80	13.900.270,55	6,1	29,28		
Campo Magro	2017	28,75	13.839.362,39			3.530	3.920,49
Campo Mourão	2016	32,13	46.188.080,86	6,3	30,50		
Campo Mourão	2017	28,87	44.502.731,19			11.484	3.875,19
Cândido de Abreu	2016	28,09	8.005.812,87	6,6	26,97		
Cândido de	2017	25,84	7.687.601,28			2.184	3.519,96



Abreu							
Candói	2016	28,30	10.886.348,20	5,5	27,55		
Candói	2017	26,80	11.099.417,42			2.435	4.558,28
Cantagalo	2016	30,60	6.300.857,10	5,4	31,11		
Cantagalo	2017	31,62	6.609.453,11			1.790	3.692,43
Capanema	2016	29,95	12.838.759,54	6,6	30,85		
Capanema	2017	31,74	14.367.012,39			2.292	6.268,33
Capitão Leônidas Marques	2016	29,78	11.146.027,81	6,7	28,77		
Capitão Leônidas Marques	2017	27,76	11.108.881,04			1.947	5.705,63
Carambeí	2016	28,83	18.089.154,40	6,1	27,33		
Carambeí	2017	25,82	17.452.071,86			3.708	4.706,59
Carlópolis	2016	25,16	6.582.515,30	6,4	25,79		
Carlópolis	2017	26,42	7.207.360,63			1.872	3.850,08
Cascavel	2016	25,37	113.554.335,57	6,5	26,00		
Cascavel	2017	26,63	132.767.606,78			40.415	3.285,10
Castro	2016	30,47	38.224.010,72	6,8	29,88		
Castro	2017	29,28	40.201.541,32			10.916	3.682,80
Catanduvas	2016	26,25	5.923.618,18	5,9	27,41		
Catanduvas	2017	28,57	6.641.998,63			1.321	5.028,00
Centenário do Sul	2016	25,52	4.885.180,36	6,1	26,35		
Centenário do Sul	2017	27,18	5.487.153,80			1.314	4.175,91
Cerro Azul	2016	25,41	7.441.297,93	4,9	26,42		
Cerro Azul	2017	27,43	8.384.468,06			2.525	3.320,58
Céu Azul	2016	31,86	11.187.405,12	6,9	33,80		
Céu Azul	2017	35,73	13.147.474,51			1.369	9.603,70
Chopinzinho	2016	32,61	14.443.513,35	6,1	33,14		
Chopinzinho	2017	33,66	15.662.390,89			2.852	5.491,72
Cianorte	2016	28,19	40.778.010,81	6,6	28,01		
Cianorte	2017	27,83	42.358.618,12			9.150	4.629,35
Cidade Gaúcha	2016	25,24	6.284.521,34	6,1	26,82		
Cidade Gaúcha	2017	28,40	7.280.583,87			1.586	4.590,53
Clevelândia	2016	25,25	8.525.557,52	5,6	25,13		
Clevelândia	2017	25,01	9.176.483,79			2.608	3.518,59
Colombo	2016	26,03	56.412.981,97	6,0	25,81		
Colombo	2017	25,59	58.123.326,46			32.067	1.812,55
Colorado	2016	27,34	11.369.222,93	6,3	27,53		
Colorado	2017	27,71	12.692.214,03			2.424	5.236,06
Congonhinhas	2016	28,15	4.858.572,57	5,3	Sem		

					Média		
Congonhinhas	2017	Não Transmitedu	Não Transmitedu		Sem Média	1.107	
Conselheiro Mairinck	2016	25,68	3.121.044,06	6,1	25,80		
Conselheiro Mairinck	2017	25,91	3.211.312,90			499	6.435,49
Contenda	2016	25,58	7.763.931,49	5,7	28,90		
Contenda	2017	32,22	10.283.294,95			2.497	4.118,25
Corbélia	2016	30,30	12.024.493,72	6,1	30,64		
Corbélia	2017	30,97	13.092.221,16			2.135	6.132,18
Cornélio Procópio	2016	27,22	21.163.905,77	5,8	27,62		
Cornélio Procópio	2017	28,01	23.393.786,27			5.231	4.472,14
Coronel Domingos Soares	2016	33,39	5.931.492,57	5,2	32,79		
Coronel Domingos Soares	2017	32,18	6.006.970,42			1.101	5.455,92
Coronel Vivida	2016	30,46	12.484.425,51	6,1	30,84		
Coronel Vivida	2017	31,21	13.267.234,90			2.597	5.108,67
Corumbataí do Sul	2016	27,87	3.585.269,48	5,9	28,22		
Corumbataí do Sul	2017	28,56	3.717.161,10			448	8.297,23
Cruz Machado	2016	35,62	13.352.022,87	6,3	35,64		
Cruz Machado	2017	35,66	13.389.518,33			2.389	5.604,65
Cruzeiro do Iguaçu	2016	29,93	4.769.009,77	6,3	32,48		
Cruzeiro do Iguaçu	2017	35,02	5.800.515,66			633	9.163,53
Cruzeiro do Oeste	2016	35,38	13.083.330,03	6,8	34,38		
Cruzeiro do Oeste	2017	33,37	12.939.468,45			2.390	5.414,00
Cruzeiro do Sul	2016	28,13	4.130.317,00	5,7	27,16		
Cruzeiro do Sul	2017	26,19	3.577.795,08			587	6.095,05
Cruzaltina	2016	30,73	4.188.580,91	6,9	32,76		
Cruzaltina	2017	34,78	4.763.836,31			336	14.178,08
Curitiba	2016	27,51	1.099.376.471,39	6,4	27,51		

Curitiba	2017	27,97	1.141.941.760,67			220.541	5.177,91
Curiúva	2016	33,18	8.038.324,18	5,7	32,57		
Curiúva	2017	31,96	8.111.281,83			1.801	4.503,76
Diamante D'Oeste	2016	28,89	4.252.017,75	6,0	29,45		
Diamante D'Oeste	2017	30,00	4.523.781,99			797	5.676,01
Diamante do Norte	2016	26,42	4.790.454,65	5,7	26,39		
Diamante do Norte	2017	26,36	5.065.981,44			651	7.781,84
Diamante do Sul	2016	25,28	2.981.153,03	5,7	26,97		
Diamante do Sul	2017	28,65	3.394.338,19			490	6.927,22
Dois Vizinhos	2016	25,18	19.042.616,27	6,8	26,68		
Dois Vizinhos	2017	28,17	23.318.524,14			5.067	4.602,03
Douradina	2016	25,29	5.107.298,44	6,6	27,62		
Douradina	2017	29,95	6.207.251,98			1.057	5.872,51
Doutor Camargo	2016	26,60	3.798.908,68	7,4	26,71		
Doutor Camargo	2017	26,82	3.929.174,91			509	7.719,40
Doutor Ulysses	2016	29,40	3.778.417,46	5,7	28,72		
Doutor Ulysses	2017	28,03	3.741.813,08			1.089	3.436,00
Enéas Marques	2016	26,24	4.721.366,69	7,0	27,65		
Enéas Marques	2017	29,06	5.430.535,96			798	6.805,18
Engenheiro Beltrão	2016	32,99	9.887.083,13	6,7	32,74		
Engenheiro Beltrão	2017	32,49	9.689.310,90			1.478	6.555,69
Entre Rios do Oeste	2016	31,67	5.514.895,12	5,8	33,05		
Entre Rios do Oeste	2017	33,05	5.959.453,42			517	11.526,98
Esperança Nova	2016	27,88	3.277.884,78	6,5	27,55		
Esperança Nova	2017	27,21	3.193.502,93			196	16.293,38
Espigão Alto do Iguaçu	2016	33,12	5.119.398,00	5,1	32,15		
Espigão Alto do Iguaçu	2017	31,17	4.909.885,57			771	6.368,20
Farol	2016	30,93	4.442.262,04	6,2	31,55		
Farol	2017	32,17	4.838.905,32			412	11.744,91
Faxinal	2016	28,54	9.257.308,39	5,7	28,24		

Faxinal	2017	27,94	9.641.668,48			2.282	4.225,09
Fazenda Rio Grande	2016	25,32	25.857.066,75	5,9	25,17		
Fazenda Rio Grande	2017	25,01	29.564.612,27			18.204	1.624,07
Fênix	2016	30,56	5.118.918,95	5,5	30,07		
Fênix	2017	29,57	5.097.616,03			512	9.956,28
Fernandes Pinheiro	2016	34,09	7.042.166,07	6,0	34,55		
Fernandes Pinheiro	2017	35,00	7.681.866,42			899	8.544,90
Figueira	2016	28,02	4.158.032,32	5,9	27,26		
Figueira	2017	26,50	4.058.233,03			1.030	3.930,32
Flor da Serra do Sul	2016	31,28	5.364.288,92	6,2	32,25		
Flor da Serra do Sul	2017	33,21	5.905.339,22			615	9.602,17
Floraí	2016	25,41	3.844.069,36	7,7	25,63		
Floraí	2017	25,84	3.921.425,85			491	7.986,61
Floresta	2016	26,67	4.815.431,65	6,1	26,52		
Floresta	2017	26,36	4.667.245,06			750	6.222,99
Florestópolis	2016	27,80	5.781.675,47	5,7	29,15		
Florestópolis	2017	30,50	6.903.846,31			1.268	5.444,67
Flórida	2016	27,84	3.240.595,57	6,5	27,76		
Flórida	2017	27,67	3.242.223,03			330	9.824,91
Formosa do Oeste	2016	27,48	5.406.875,50	6,2	27,82		
Formosa do Oeste	2017	28,15	5.845.761,91			713	8.198,82
Foz do Iguaçu	2016	24,54	106.200.121,28	7,2	24,98		
Foz do Iguaçu	2017	25,42	125.485.726,47			39.089	3.210,25
Foz do Jordão	2016	26,02	3.841.863,95	4,8	25,73		
Foz do Jordão	2017	25,44	3.710.441,01			796	4.661,35
Francisco Alves	2016	25,34	4.333.809,49	5,3	25,19		
Francisco Alves	2017	25,03	4.416.857,23			1.001	4.412,44
Francisco Beltrão	2016	30,59	40.808.799,78	6,4	30,09		
Francisco Beltrão	2017	29,59	41.863.412,57			10.813	3.871,58
General Carneiro	2016	31,06	7.649.815,02	5,4	28,65		
General Carneiro	2017	26,24	6.609.366,73			2.066	3.199,11
Godoy Moreira	2016	27,00	3.034.845,47	5,3	26,48		

Godoy Moreira	2017	25,95	2.980.023,60			407	7.321,92
Goioerê	2016	25,23	11.783.077,91	6,0	27,86		
Goioerê	2017	30,49	15.177.581,27			3.564	4.258,58
Goioxim	2016	35,72	5.631.816,69	4,6	35,05		
Goioxim	2017	34,37	5.554.731,88			1.179	4.711,39
Grandes Rios	2016	27,71	3.631.639,53	5,3	26,73		
Grandes Rios	2017	25,75	3.389.825,77			678	4.999,74
Guaíra	2016	25,50	13.182.798,60	5,5	25,31		
Guaíra	2017	25,11	13.469.263,29			4.727	2.848,37
Guairaçá	2016	Não Transmitiu		5,7	Sem Média		
Guairaçá	2017	Não Transmitiu			Sem Média	790	
Guamiranga	2016	25,32	4.126.405,97	6,5	25,66		
Guamiranga	2017	25,99	4.330.491,70			1.126	3.845,90
Guapirama	2016	26,95	3.763.531,18	7,1	26,85		
Guapirama	2017	26,74	3.798.652,50			566	6.711,40
Guaporema	2016	31,83	3.967.543,79	6,8	29,37		
Guaporema	2017	26,91	3.417.983,54			230	14.860,79
Guaraci	2016	26,00	4.025.343,72	6,9	26,80		
Guaraci	2017	27,60	4.619.388,38			663	6.967,40
Guaraniaçu	2016	26,77	8.552.413,30	6,0	26,69		
Guaraniaçu	2017	26,60	8.906.203,07			1.786	4.986,67
Guarapuava	2016	27,04	78.652.005,88	6,4	27,58		
Guarapuava	2017	28,12	74.485.300,53			26.010	2.863,71
Guaraqueçaba	2016	29,68	5.679.577,10	4,8	28,37		
Guaraqueçaba	2017	27,05	5.299.583,03			1.292	4.101,84
Guaratuba	2016	25,07	17.635.884,64	6,2	25,22		
Guaratuba	2017	25,37	21.300.867,28			5.408	3.938,76
Honório Serpa	2016	25,47	4.157.649,46	5,3	26,80		
Honório Serpa	2017	28,13	4.819.736,13			726	6.638,75
Ibaiti	2016	26,41	11.171.387,89	5,8	26,45		
Ibaiti	2017	26,49	11.657.524,23			3.842	3.034,23
Ibema	2016	31,28	4.431.645,53	5,9	30,40		
Ibema	2017	29,52	4.322.874,84			996	4.340,23
Ibiporã	2016	25,65	25.194.470,08	5,8	26,01		
Ibiporã	2017	26,37	29.818.444,07			6.563	4.543,41
Icaraíma	2016	28,93	5.489.689,18	5,6	28,56		
Icaraíma	2017	28,56	5.697.873,01			1.078	5.285,59
Iguaraçu	2016	Não		5,9	Sem		

		transmitiu			Média		
Iguaraçu	2017	Não transmitiu			Sem Média	533	
Iguatu	2016	26,75	3.029.629,03	6,2	26,53		
Iguatu	2017	26,31	2.949.170,38			303	9.733,24
Imbaú	2016	25,02	4.875.966,51	5,4	25,63		
Imbaú	2017	26,23	5.443.498,18			1.855	2.934,50
Imbituva	2016	25,31	12.166.363,96	5,7	25,37		
Imbituva	2017	25,42	12.737.959,53			4.459	2.856,68
Inácio Martins	2016	25,69	5.868.569,95	5,4	26,70		
Inácio Martins	2017	27,70	6.530.054,16			1.641	3.979,31
Inajá	2016	19,69	2.162.399,33	6,7	22,35		
Inajá	2017	25,01	2.756.801,18			320	8.615,00
Indianópolis	2016	28,08	4.652.464,91	6,7	27,90		
Indianópolis	2017	27,71	5.111.978,46			565	9.047,74
Ipiranga	2016	33,73	10.990.927,01	6,4	32,89		
Ipiranga	2017	32,04	11.068.383,49			2.013	5.498,45
Iporã	2016	28,66	8.550.042,63	5,5	28,06		
Iporã	2017	27,45	8.497.848,45			1.778	4.779,44
Iracema do Oeste	2016	31,01	3.669.823,73	5,8	30,11		
Iracema do Oeste	2017	30,11	3.609.946,36			285	12.666,47
Irati	2016	31,47	25.264.248,35	6,7	30,87		
Irati	2017	30,26	25.908.955,72			7.136	3.630,73
Iretama	2016	33,97	7.019.562,42	6,0	30,30		
Iretama	2017	26,62	5.802.999,77			1.357	4.276,34
Itaguajé	2016	26,43	3.590.887,96	5,9	27,48		
Itaguajé	2017	28,53	3.821.185,41			574	6.657,11
Itaipulândia	2016	34,76	8.796.971,41	6,5	34,88		
Itaipulândia	2017	34,88	9.609.936,92			1.464	6.564,16
Itambaracá	2016	25,57	3.606.439,44	5,5	25,44		
Itambaracá	2017	25,30	3.732.750,02			724	5.155,73
Itambé	2016	25,56	3.825.426,09	6,2	26,07		
Itambé	2017	26,58	4.030.941,47			648	6.220,58
Itapejara d'Oeste	2016	29,17	7.362.975,31	7,2	27,86		
Itapejara d'Oeste	2017	26,54	7.688.981,55			1.368	6.620,60
Itaperuçu	2016	28,69	9.277.515,37	5,2	28,55		
Itaperuçu	2017	28,41	8.962.766,01			4.013	2.233,43
Itaúna do Sul	2016	25,30	2.821.777,58	6,4	27,65		
Itaúna do Sul	2017	30,00	3.315.606,55			481	6.893,15
Ivaí	2016	27,37	6.957.748,50	6,3	29,39		

Ivaí	2017	31,41	8.190.650,30			1.919	4,528,89
Ivaiporã	2016	25,12	12.323.628,89	6,3	25,79		
Ivaiporã	2017	26,45	13.631.597,65			3.924	7.473,90
Ivaté	2016	30,51	5.505.500,69	5,9	29,75		
Ivaté	2017	28,99	5.362.187,62			805	6.661,10
Ivatuba	2016	26,33	3.245.563,87	6,6	26,12		
Ivatuba	2017	25,91	3.258.924,10			552	5.903,84
Jaboti	2016	26,67	3.329.320,00	5,7	26,00		
Jaboti	2017	25,33	3.213.732,95			639	5.029,31
Jacarezinho	2016	29,05	19.028.622,33	5,1	Sem Média		
Jacarezinho	2017	Não Transmitiu			Sem Média	5.761	
Jaguapitã	2016	27,10	8.225.599,07	5,5	27,40		
Jaguapitã	2017	27,70	9.052.010,68			1.609	5.625,86
Jaguariaíva	2016	25,01	16.692.266,19	6,6	25,05		
Jaguariaíva	2017	25,08	16.694.405,97			4.911	3.399,39
Jandaia do Sul	2016	32,10	11.822.949,92	6,7	32,12		
Jandaia do Sul	2017	32,13	12.568.071,97			2.363	5.318,69
Janiópolis	2016	30,32	4.891.056,46	6,5	29,82		
Janiópolis	2017	29,31	4.843.279,32			637	7.603,26
Japira	2016	27,68	3.697.714,03	5,7	27,36		
Japira	2017	27,03	3.741.101,50			613	6.102,93
Japurá	2016	26,22	4.451.036,41	7,3	27,91		
Japurá	2017	29,59	5.321.477,96			957	5.560,58
Jardim Alegre	2016	26,64	5.668.008,68	6,6	26,77		
Jardim Alegre	2017	26,90	5.765.974,27			1.317	4.378,11
Jardim Olinda	2016	28,38	3.145.502,26	6,0	27,75		
Jardim Olinda	2017	27,11	3.047.534,64			176	17.315,53
Jataizinho	2016	27,48	5.251.741,40	5,3	SEM MÉDIA		
Jataizinho	2017	Não transmitiu			SEM MÉDIA	1.750	
Jesuítas	2016	30,93	5.897.860,52	5,9	31,83		
Jesuítas	2017	32,72	6.854.662,72			1.075	6.376,43
Joaquim Távora	2016	27,57	7.356.879,70	7,7	28,20		
Joaquim Távora	2017	28,82	8.215.710,17			1.491	5.510,20
Jundiá do Sul	2016	27,20	3.305.970,71	6,4	26,10		
Jundiá do Sul	2017	25,00	3.105.671,86			393	7.843,11
Juranda	2016	26,29	5.119.926,28	5,9	26,67		

Juranda	2017	27,05	5.569.844,23			900	6.188,71
Jussara	2016	26,12	4.960.677,45	6,7	26,08		
Jussara	2017	26,03	5.733.112,05			790	7.757,10
Kaloré	2016	32,40	4.224.534,63	7,1	32,99		
Kaloré	2017	33,57	4.468.347,88			461	9.692,72
Lapa	2016	27,80	23.152.167,61	6,3	26,68		
Lapa	2017	25,55	23.194.929,08			5.884	3.942,03
Laranjal	2016	33,57	4.499.617,09	5,1	31,68		
Laranjal	2017	29,79	4.085.870,10			1.021	4.001,83
Laranjeiras do Sul	2016	27,24	11.724.486,63	6,2	28,15		
Laranjeiras do Sul	2017	29,05	14.067.345,73			4.424	3.179,77
Leópolis	2016	32,12	4.770.015,34	6,0	32,87		
Leópolis	2017	33,62	5.011.765,98			410	12.223,81
Lidianópolis	2016	26,64	3.252.496,19	6,0	27,69		
Lidianópolis	2017	28,73	3.572.298,77			414	8.628,74
Lindoeste	2016	29,92	4.518.165,02	5,5	28,76		
Lindoeste	2017	27,60	4.436.952,54			795	5.581,07
Loanda	2016	27,50	10.013.283,04	7,0	27,29		
Loanda	2017	27,08	10.462.825,57			2.767	3.781,28
Lobato	2016	25,94	4.106.389,36	6,4	26,52		
Lobato	2017	27,09	4.280.144,47			465	9.204,61
Londrina	2016	27,93	235.649.254,69	6,8	27,77		
Londrina	2017	27,61	254.226.582,04			64.363	3.949,88
Luiziana	2016	32,12	8.141.060,61	5,0	33,40		
Luiziana	2017	34,68	9.369.891,84			1.040	9.009,51
Lunardelli	2016	31,01	3.972.322,42	5,7	31,09		
Lunardelli	2017	31,17	4.023.083,35			528	7.619,47
Lupionópolis	2016	30,31	4.175.156,67	4,3	31,18		
Lupionópolis	2017	32,05	4.461.732,68			621	7.184,75
Mallet	2016	31,62	8.807.527,96	6,7	30,57		
Mallet	2017	29,51	9.521.552,91			1.596	5.965,88
Mamborê	2016	27,31	10.010.707,96	6,0	27,62		
Mamborê	2017	27,93	11.062.247,97			1.606	7.386,20
Mandaguaçu	2016	25,92	9.687.958,69	6,4	26,55		
Mandaguaçu	2017	27,17	10.719.415,57			3.053	3.511,10
Mandaguari	2016	27,40	16.250.710,94	7,2	27,21		
Mandaguari	2017	27,02	16.715.966,06			4.070	4.107,11
Mandirituba	2016	27,74	11.563.379,89	5,9	27,19		



Mandirituba	2017	26,63	11.196.295,86			3.429	3.265,17
Manfrinópolis	2016	30,43	3.852.025,81	6,3	30,11		
Manfrinópolis	2017	29,79	3.759.316,93			376	9.998,18
Mangueirinha	2016	28,09	14.111.472,58	5,5	29,16		
Mangueirinha	2017	30,23	17.231.931,74			2.503	6.884,51
Manoel Ribas	2016	27,94	8.360.136,88	5,5	27,77		
Manoel Ribas	2017	27,59	8.525.561,62			1.969	4.329,89
Marechal Cândido Rondon	2016	31,99	31.762.564,26	6,4	31,07		
Marechal Cândido Rondon	2017	30,15	33.374.236,05			5.766	5.788,10
Maria Helena	2016	29,10	4.089.995,25	5,6	28,44		
Maria Helena	2017	27,77	4.005.083,10			659	6.077,51
Marialva	2016	36,62	17.131.577,63	6,6	30,94		
Marialva	2017	25,25	17.989.102,29			4.616	3.896,68
Marilândia do Sul	2016	26,40	6.319.679,02	6,2	26,39		
Marilândia do Sul	2017	26,38	6.471.373,17			1.067	6.065,01
Marilena	2016	27,95	4.249.052,35	7,3	29,06		
Marilena	2017	30,17	4.637.041,18			897	5.169,49
Mariluz	2016	25,40	5.177.177,09	5,7	25,49		
Mariluz	2017	25,58	5.404.401,94			1.337	4.042,18
Maringá	2016	25,23	167.584.148,55	7,0	25,49		
Maringá	2017	25,74	185.625.143,15			43.639	4.253,65
Mariópolis	2016	26,18	5.018.795,55	5,8	26,47		
Mariópolis	2017	26,76	5.342.594,45			750	7.123,45
Maripá	2016	27,41	6.773.376,80	7,0	27,82		
Maripá	2017	28,23	7.596.766,11			751	10.105,53
Marmeleiro	2016	27,70	9.101.447,35	7,0	28,36		
Marmeleiro	2017	29,02	9.834.840,94			1.857	5.296,09
Marquinho	2016	29,87	4.003.766,18	5,8	30,21		
Marquinho	2017	30,54	4.183.222,99			705	5.933,64
Marumbi	2016	25,43	3.165.516,79	6,8	26,59		
Marumbi	2017	27,74	3.511.423,79			465	7.551,44
Matelândia	2016	26,88	12.904.012,82	6,2	27,12		
Matelândia	2017	27,35	14.094.127,51			2.406	5.857,90
Matinhos	2016	28,66	21.406.905,69	6,6	27,72		
Matinhos	2017	26,77	21.241.954,23			5.304	4.004,89
Mato Rico	2016	28,13	4.399.419,04	5,1	28,15		
Mato Rico	2017	28,17	4.820.162,38			481	10.021,12
Mauá da Serra	2016	27,80	5.669.174,89	5,4	27,06		

Mauá da Serra	2017	26,31	5.651.141,46			1.404	4.025,02
Medianeira	2016	25,15	20.832.152,48	7,4	25,39		
Medianeira	2017	25,63	23.227.325,89			5.952	3.902,44
Mercedes	2016	31,47	5.370.736,50	6,6	32,45		
Mercedes	2017	33,42	5.982.182,74			753	7.944,46
Mirador	2016	30,58	3.827.739,59	4,9	31,04		
Mirador	2017	31,50	4.051.400,84			295	13.733,56
Miraselva	2016	31,32	3.484.485,79	6,2	31,37		
Miraselva	2017	31,42	3.464.918,86			272	12.738,67
Missal	2016	30,18	8.138.619,02	6,8	28,62		
Missal	2017	27,05	7.669.917,71			1.404	5.462,90
Moreira Sales	2016	25,33	5.667.442,41	5,9	25,62		
Moreira Sales	2017	25,91	6.346.681,85			1.415	4.485,28
Morretes	2016	30,02	9.964.127,64	5,6	Sem Média		
Morretes	2017	Não Transmitem			Sem Média	2.740	
Munhoz de Melo	2016	26,70	3.717.640,25	6,7	26,54		
Munhoz de Melo	2017	26,38	3.811.631,28			397	9.601,08
Nossa Senhora das Graças	2016	33,61	4.161.647,86	5,7	Sem Média		
Nossa Senhora das Graças	2017	Não Transmitem			Sem Média	404	
Nova Aliança do Ivaí	2016	29,86	3.247.536,61	5,2	28,30		
Nova Aliança do Ivaí	2017	26,74	2.895.120,44			181	15.995,14
Nova América da Colina	2016	25,48	3.366.859,75	6,7	26,77		
Nova América da Colina	2017	28,06	3.861.076,55			423	9.129,73
Nova Aurora	2016	27,44	8.847.282,57	6,9	29,01		
Nova Aurora	2017	30,58	10.892.000,91			1.430	7.616,78
Nova Cantu	2016	31,11	5.118.718,48	5,4	30,03		
Nova Cantu	2017	28,94	5.067.026,55			928	5.460,15
Nova Esperança	2016	27,18	11.458.160,11	6,3	27,46		
Nova Esperança	2017	27,73	12.166.749,69			3.328	3.655,87
Nova Esperança do Sudoeste	2016	27,14	4.290.891,74	6,4	27,67		
Nova Esperança	2017	28,20	4.563.081,29			786	5,805,44

do Sudoeste							
Nova Fátima	2016	28,51	4.554.700,07	5,9	28,06		
Nova Fátima	2017	27,61	4.691.808,18			980	4.787,55
Nova Laranjeiras	2016	27,89	6.818.907,31	5,5	30,48		
Nova Laranjeiras	2017	30,48	7.795.415,99			1.919	4.062,22
Nova Londrina	2016	25,85	6.050.160,73	7,8	25,84		
Nova Londrina	2017	25,82	6.358.350,05			1.507	4.219,21
Nova Olímpia	2016	25,54	3.440.385,73	6,7	25,91		
Nova Olímpia	2017	26,27	3.557.500,15			712	4.996,48
Nova Prata do Iguaçu	2016	29,29	7.059.486,97	5,8	28,34		
Nova Prata do Iguaçu	2017	27,38	6.997.008,35			1.297	5.394,76
Nova Santa Bárbara	2016	29,37	3.280.578,41	5,6	28,92		
Nova Santa Bárbara	2017	28,46	3.213.479,09			515	6.239,76
Nova Santa Rosa	2016	29,03	7.333.139,98	6,1	29,25		
Nova Santa Rosa	2017	29,47	8.051.485,05			977	8.041,02
Nova Tebas	2016	26,50	4.693.715,69	5,9	26,53		
Nova Tebas	2017	26,55	4.947.819,72			923	5.360,58
Novo Itacolomi	2016	27,23	3.528.399,68	5,9	26,85		
Novo Itacolomi	2017	26,46	3.600.769,54			334	10.780,74
Ortigueira	2016	28,23	18.311.369,41	5,4	27,37		
Ortigueira	2017	26,51	15.206.654,56			3.451	4.406,44
Ourizona	2016	27,53	3.635.164,29	6,8	27,03		
Ourizona	2017	26,53	3.560.120,83			340	10.470,94
Ouro Verde do Oeste	2016	26,87	4.761.282,18	6,5	27,16		
Ouro Verde do Oeste	2017	27,44	5.050.853,17			763	6.619,72
Paiçandu	2016	34,97	15.174.487,50	6,2	35,03		
Paiçandu	2017	35,08	16.038.051,19			4.901	3.272,40
Palmas	2016	29,13	18.028.943,24	5,0	28,31		
Palmas	2017	27,49	18.494.007,06			7.808	2.368,59
Palmeira	2016	28,62	19.321.894,20	6,1	27,79		
Palmeira	2017	26,95	19.530.655,86			4.709	4.147,51
Palmital	2016	29,04	7.623.113,53	5,9	27,83		
Palmital	2017	26,62	7.220.824,17			2.229	3.239,49
Palotina	2016	25,77	20.463.618,61	6,6	25,77		

Palotina	2017	25,77	22.082.911,36			4.280	5.159,55
Paraíso do Norte	2016	28,14	6.131.146,23	6,6	27,42		
Paraíso do Norte	2017	26,69	6.035.421,99			1.614	3.739,41
Paranacity	2016	33,24	7.530.846,01	5,8	31,77		
Paranacity	2017	30,30	7.235.392,26			1.387	5.216,57
Paranaguá	2016	23,05	74.864.115,87	5,3	24,62		
Paranaguá	2017	26,18	92.093.139,20			23.898	3.853,59
Paranapoema	2016	26,12	2.910.780,71	6,2	26,20		
Paranapoema	2017	26,27	3.004.387,54			311	9.660,41
Paranavaí	2016	28,23	34.052.377,30	7,4	27,14		
Paranavaí	2017	26,05	32.669.471,35			10.218	3.197,24
Pato Bragado	2016	31,33	5.075.500,84	6,3	30,70		
Pato Bragado	2017	30,07	5.134.513,36			627	8.189,01
Pato Branco	2016	29,47	39.602.138,42	7,5	27,78		
Pato Branco	2017	26,08	37.857.731,16			10.127	3.738,29
Paula Freitas	2016	28,55	4.550.722,67	6,0	28,65		
Paula Freitas	2017	28,74	4.626.151,18			695	6.656,33
Paulo Frontin	2016	33,51	5.588.590,03	6,4	32,30		
Paulo Frontin	2017	31,09	5.353.991,94			794	6.743,06
Peabiru	2016	34,89	10.163.148,29	7,2	Sem Média		
Peabiru	2017	Não Transmitiu			Sem Média	1.393	
Perobal	2016	29,28	4.781.188,81	6,2	29,15		
Perobal	2017	29,01	4.961.460,47			844	5.878,50
Pérola	2016	26,42	7.097.602,46	6,6	26,09		
Pérola	2017	25,75	7.029.354,35			1.296	5.423,88
Pérola d'Oeste	2016	27,26	4.079.608,89	6,4	28,14		
Pérola d'Oeste	2017	29,01	4.361.514,66			716	6.091,50
Piên	2016	28,69	8.450.863,45	7,0	29,05		
Piên	2017	29,40	8.967.075,63			1.710	5.243,90
Pinhais	2016	26,04	61.365.915,66	6,7	26,28		
Pinhais	2017	26,51	65.833.833,72			17.024	3.867,11
Pinhal de São Bento	2016	31,98	3.442.207,69	6,8	31,17		
Pinhal de São Bento	2017	30,36	3.369.146,63			401	8.401,86
Pinhalão	2016	27,38	3.808.114,00	5,3	28,07		
Pinhalão	2017	28,75	4.098.026,23			876	4.678,11
Pinhão	2016	35,88	18.701.389,30	5,1	33,76		

Pinhão	2017	31,64	17.803.331,00			4.802	3.707,48
Piraí do Sul	2016	26,11	14.054.164,59	5,4	25,73		
Piraí do Sul	2017	25,34	14.488.695,53			3.639	3.981,50
Piraquara	2016	26,58	33.552.505,72	5,3	27,30		
Piraquara	2017	28,02	41.009.815,97			15.195	2.704,82
Pitanga	2016	26,12	14.069.914,46	5,9	26,70		
Pitanga	2017	27,28	15.432.876,44			4.590	3.362,28
Pitangueiras	2016	32,14	4.039.922,85	7,8	31,59		
Pitangueiras	2017	31,04	4.098.207,25			357	11.479,57
Planaltina do Paraná	2016	26,65	3.697.895,07	6,2	27,14		
Planaltina do Paraná	2017	27,62	3.890.105,92			499	7.795,80
Planalto	2016	27,09	7.770.874,76	6,4	26,19		
Planalto	2017	25,29	7.572.925,58			1.387	5.459,93
Ponta Grossa	2016	25,34	107.252.471,52	6,3	26,03		
Ponta Grossa	2017	26,71	124.622.884,55			50.824	2.452,04
Pontal do Paraná	2016	29,20	15.192.085,42	6,0	27,76		
Pontal do Paraná	2017	26,31	16.481.543,51			3.951	4.171,48
Porecatu	2016	30,59	7.494.582,99	6,6	32,62		
Porecatu	2017	34,64	8.662.026,19			1.668	5.193,06
Porto Amazonas	2016	27,51	3.667.336,54	5,5	28,10		
Porto Amazonas	2017	28,68	3.905.662,02			605	6.455,63
Porto Barreiro	2016	29,73	3.932.052,98	6,5	29,95		
Porto Barreiro	2017	30,17	4.086.709,38			406	10.065,78
Porto Rico	2016	25,01	4.009.004,97	0,0	25,56		
Porto Rico	2017	26,10	4.083.659,43			344	11.871,10
Porto Vitória	2016	28,86	3.551.369,99	6,6	28,78		
Porto Vitória	2017	28,69	3.447.620,76			531	6.492,69
Prado Ferreira	2016	25,44	3.393.136,65	5,6	27,19		
Prado Ferreira	2017	28,94	3.796.084,61			478	7.941,59
Pranchita	2016	29,12	4.661.913,24	6,1	29,07		
Pranchita	2017	29,01	4.874.939,88			713	6.837,22
Presidente Castelo Branco	2016	26,10	3.560.995,05	5,8	27,13		
Presidente Castelo Branco	2017	28,15	3.689.808,37			521	7.082,16
Primeiro de Maio	2016	31,84	7.731.038,47	6,2	30,73		
Primeiro de Maio	2017	29,61	7.453.635,63			1.128	6.607,83
Prudentópolis	2016	25,75	18.954.848,39	6,3	26,00		

Prudentópolis	2017	26,24	20.344.804,51			6.536	3.111,20
Quarto Centenário	2016	32,54	5.675.793,90	6,1	31,72		
Quarto Centenário	2017	30,90	5.786.492,04			521	11.106,51
Quatiguá	2016	27,43	4.918.945,28	7,5	26,91		
Quatiguá	2017	26,38	5.323.827,73			848	6.278,09
Quatro Barras	2016	25,18	16.060.460,69	5,7	25,78		
Quatro Barras	2017	26,38	16.734.693,50			3.663	4.568,57
Quatro Pontes	2016	26,05	4.556.901,08	6,9	26,07		
Quatro Pontes	2017	26,08	4.757.154,97			429	11.088,93
Quedas do Iguaçu	2016	29,01	13.149.896,17	5,9	30,18		
Quedas do Iguaçu	2017	31,35	15.593.190,98			4.029	3.870,23
Querência do Norte	2016	26,96	6.512.314,30	5,7	26,61		
Querência do Norte	2017	26,26	6.824.434,28			1.502	4.543,56
Quinta do Sol	2016	28,89	4.619.914,52	5,4	27,05		
Quinta do Sol	2017	25,21	4.380.971,96			627	6.987,19
Quitandinha	2016	29,00	8.885.261,61	4,9	29,29		
Quitandinha	2017	29,58	9.435.068,11			2.483	3.799,86
Ramilândia	2016	32,79	4.428.986,38	5,6	33,89		
Ramilândia	2017	34,98	4.915.616,11			578	8.504,52
Rancho Alegre	2016	31,56	3.931.892,19	5,8	Sem Média		
Rancho Alegre	2017	Não Transmitiu			Sem Média	455	
Rancho Alegre D'Oeste	2016	27,63	3.941.708,89	5,9	26,94		
Rancho Alegre D'Oeste	2017	26,25	3.953.682,65			308	12.836,63
Realeza	2016	26,23	8.982.645,01	7,5	27,75		
Realeza	2017	29,27	10.325.477,47			2.258	4.572,84
Rebouças	2016	26,53	6.969.180,68	6,4	26,95		
Rebouças	2017	27,37	7.444.969,25			2.028	3.671,08
Renascença	2016	27,46	5.215.141,92	6,9	27,79		
Renascença	2017	28,12	5.452.325,43			914	5.965,34
Reserva	2016	26,82	11.432.673,40	5,9	26,91		
Reserva	2017	26,99	11.785.623,17			4.137	2.848,83
Reserva do	2016	28,30	4.415.685,87	4,8	29,82		

Iguaçu							
Reserva do Iguaçu	2017	31,34	5.418.400,59			1.175	4.611,40
Ribeirão Claro	2016	30,35	8.104.399,62	7,0	30,91		
Ribeirão Claro	2017	31,46	8.515.512,50			1.467	5.804,71
Ribeirão do Pinhal	2016	33,21	6.887.121,42	6,7	30,25		
Ribeirão do Pinhal	2017	27,28	6.329.011,84			1.631	3.880,44
Rio Azul	2016	29,68	8.294.196,37	5,8	29,10		
Rio Azul	2017	28,52	8.246.357,70			1.902	4.335,62
Rio Bom	2016	28,08	3.356.023,06	6,1	28,19		
Rio Bom	2017	28,30	3.406.251,77			350	9.732,14
Rio Bonito do Iguaçu	2016	35,40	8.570.744,54	6,1	33,17		
Rio Bonito do Iguaçu	2017	30,94	7.836.880,96			3.017	2.597,57
Rio Branco do Ivaí	2016	30,12	3.973.309,09	7,3	29,31		
Rio Branco do Ivaí	2017	28,50	3.747.553,78			636	5.892,38
Rio Branco do Sul	2016	31,91	20.536.601,51	5,4	31,79		
Rio Branco do Sul	2017	31,67	22.028.116,18			5.534	3.980,50
Rio Negro	2016	26,76	14.582.115,24	7,4	26,80		
Rio Negro	2017	26,84	15.081.304,36			4.077	3.699,11
Rolândia	2016	31,17	35.156.468,09	6,9	30,93		
Rolândia	2017	30,68	37.572.288,76			7.463	5.034,47
Roncador	2016	32,84	8.510.067,54	6,9	31,23		
Roncador	2017	29,62	8.157.391,06			1.494	5.460,10
Rondon	2016	28,03	5.873.166,65	6,6	27,74		
Rondon	2017	27,45	5.944.077,96			1.222	4.864,22
Rosário do Ivaí	2016	28,86	3.791.572,60	6,4	27,81		
Rosário do Ivaí	2017	26,75	3.634.842,83			728	4.992,91
Sabáudia	2016	30,07	6.034.488,62	6,2	30,23		
Sabáudia	2017	30,39	6.807.939,18			995	6.842,14
Salgado Filho	2016	26,68	3.610.090,60	6,6	27,50		
Salgado Filho	2017	28,31	3.902.703,08			517	7.548,74
Salto do Itararé	2016	27,16	3.257.033,09	5,8	27,70		

Salto do Itararé	2017	28,23	3.382.808,18			592	5.714,20
Salto do Lontra	2016	28,78	7.793.338,39	6,8	27,68		
Salto do Lontra	2017	26,58	7.588.599,56			1.705	4.450,79
Santa Amélia	2016	26,38	3.023.397,76	5,5	26,92		
Santa Amélia	2017	27,45	3.197.374,56			562	5.689,27
Santa Cecília do Pavão	2016	26,08	3.183.164,87	5,6	29,18		
Santa Cecília do Pavão	2017	32,27	3.978.844,50			390	10.202,16
Santa Cruz de M. Castelo	2016	26,71	4.624.007,07	0,0	26,85		
Santa Cruz de M. Castelo	2017	26,98	4.753.317,84			982	4.840,44
Santa Fé	2016	27,14	6.103.439,35	6,1	26,30		
Santa Fé	2017	25,45	5.900.466,47			1.155	5.108,62
Santa Helena	2016	32,07	16.920.992,97	6,7	31,56		
Santa Helena	2017	31,05	17.359.790,18			2.992	5.802,06
Santa Inês	2016	25,50	2.995.973,51	5,6	Sem Média		
Santa Inês	2017	Não Transmitem			Sem Média	182	
Santa Isabel do Ivaí	2016	26,20	4.164.481,20	6,6	26,60		
Santa Isabel do Ivaí	2017	27,00	4.419.992,79			1.038	4.258,18
Santa Izabel do Oeste	2016	28,74	7.864.519,53	7,4	28,96		
Santa Izabel do Oeste	2017	29,17	8.270.590,36			1.439	5.747,45
Santa Lúcia	2016	25,94	3.674.188,59	5,4	26,91		
Santa Lúcia	2017	27,88	4.034.853,33			535	7.541,78
Santa Maria do Oeste	2016	32,45	5.946.647,43	4,7	31,34		
Santa Maria do Oeste	2017	30,23	6.333.392,86			1.621	3.907,08
Santa Mariana	2016	30,92	7.817.331,85	5,7	28,31		
Santa Mariana	2017	25,69	6.344.857,27			1.311	4.839,70
Santa Mônica	2016	29,79	3.987.795,91	5,3	31,81		
Santa Mônica	2017	33,83	4.657.328,49			444	10.489,47
Santa Tereza do	2016	25,30	6.841.669,01	5,9	25,61		



Oeste							
Santa Tereza do Oeste	2017	25,91	6.757.907,68			1.624	4.161,27
Santa Terezinha de Itaipu	2016	28,39	11.425.879,25	6,8	28,65		
Santa Terezinha de Itaipu	2017	28,90	12.259.907,41			3.157	3.883,40
Santana do Itararé	2016	31,76	4.220.475,02	6,0	29,27		
Santana do Itararé	2017	26,77	3.483.404,46			674	5.168,25
Santo Antônio da Platina	2016	26,99	17.530.607,62	6,4	26,08		
Santo Antônio da Platina	2017	25,16	18.068.918,07			5.821	3.104,09
Santo Antônio do Caiuá	2016	27,69	3.180.638,30	5,3	30,14		
Santo Antônio do Caiuá	2017	32,59	3.705.927,53			288	12.867,80
Santo Antônio do Paraíso	2016	28,56	3.745.788,66	5,6	27,71		
Santo Antônio do Paraíso	2017	26,86	3.500.510,18			292	11.988,04
Santo Antônio do Sudoeste	2016	34,24	11.214.699,88	6,0	32,31		
Santo Antônio do Sudoeste	2017	30,37	10.424.129,45			2.507	4.158,00
Santo Inácio	2016	31,00	5.983.400,98	6,0	30,33		
Santo Inácio	2017	29,65	6.037.333,96			734	8.225,25
São Carlos do Ivaí	2016	26,35	4.915.111,07	5,8	25,97		
São Carlos do Ivaí	2017	25,58	5.012.259,21			783	6.401,35
São Jerônimo da Serra	2016	Não Transmitiu		5,0	Sem Média		
São Jerônimo da Serra	2017	Não Transmitiu			Sem Média	1.665	
São João	2016	33,37	9.212.417,38	7,3	32,26		
São João	2017	31,15	9.168.144,70			1.251	7.328,65
São João do	2016	27,80	3.533.460,87	6,1	29,92		

Caiuá							
São João do Caiuá	2017	32,03	4.083.622,11			737	5.540,87
São João do Ivaí	2016	27,62	5.784.378,21	5,6	27,07		
São João do Ivaí	2017	26,51	5.839.207,39			1.253	4.660,18
São João do Triunfo	2016	31,39	8.701.872,52	5,6	30,62		
São João do Triunfo	2017	29,85	8.435.600,41			2.053	4.108,91
São Jorge d'Oeste	2016	32,45	10.573.754,62	6,7	32,45		
São Jorge d'Oeste	2017	32,44	11.035.450,50			1.131	9.757,25
São Jorge do Ivaí	2016	25,01	4.558.731,11	6,5	25,12		
São Jorge do Ivaí	2017	25,23	4.962.935,75			542	9.156,70
São Jorge do Patrocínio	2016	27,04	6.393.217,35	6,2	27,40		
São Jorge do Patrocínio	2017	27,75	7.018.136,91			605	11.600,22
São José da Boa Vista	2016	29,60	4.554.942,68	0,0	29,94		
São José da Boa Vista	2017	30,28	4.812.328,62			658	6.4001,71
São José das Palmeiras	2016	29,05	3.667.632,64	5,7	27,99		
São José das Palmeiras	2017	26,93	3.426.903,10			540	6.346,11
São José dos Pinhais	2016	Não Transmitiu		6,0	Sem Média		
São José dos Pinhais	2017	Não Transmitiu			Sem Média	44.712	
São Manoel do Paraná	2016	33,21	5.055.586,32	6,3	33,54		
São Manoel do Paraná	2017	33,86	5.146.493,28			245	21.006,09
São Mateus do Sul	2016	30,79	23.834.718,33	6,5	Sem Média		
São Mateus do Sul	2017	Não transmitiu			Sem Média	5.724	
São Miguel do Iguaçu	2016	30,50	17.073.324,39	6,3	33,25		
São Miguel do	2017	35,99	20.955.262,02			3.838	5.470,36

Iguaçu							
São Pedro do Iguaçu	2016	30,72	5.022.603,84	6,2	29,75		
São Pedro do Iguaçu	2017	28,77	4.913.058,72			756	6.498,75
São Pedro do Ivaí	2016	29,20	6.942.846,40	6,3	29,48		
São Pedro do Ivaí	2017	29,76	7.062.113,37			1.110	6.362,26
São Pedro do Paraná	2016	28,03	4.153.672,63	5,5	28,73		
São Pedro do Paraná	2017	29,43	4.478.496,42			300	14.928,32
São Sebastião da Amoreira	2016	28,45	4.755.787,00	6,2	27,54		
São Sebastião da Amoreira	2017	26,62	4.830.287,00			1.152	4.192,95
São Tomé	2016	27,23	4.892.790,75	6,9	28,13		
São Tomé	2017	29,03	5.212.369,81			690	7.554,15
Sapopema	2016	27,46	3.755.791,73	6,2	26,65		
Sapopema	2017	25,84	3.641.108,50			970	3.753,72
Sarandi	2016	25,31	20.409.572,09	5,7	26,17		
Sarandi	2017	27,02	23.592.188,50			11.716	2.013,67
Saudade do Iguaçu	2016	29,16	10.307.986,32	5,9	30,24		
Saudade do Iguaçu	2017	31,32	11.725.703,68			868	13.508,87
Sengés	2016	25,00	8.657.411,03	6,7	26,63		
Sengés	2017	28,26	11.699.366,56			2.626	4.455,20
Serranópolis do Iguaçu	2016	28,78	6.460.518,11	8,7	29,33		
Serranópolis do Iguaçu	2017	29,87	7.090.140,65			591	11.996,85
Sertaneja	2016	32,47	6.636.905,45	8,2	29,80		
Sertaneja	2017	27,13	5.954.690,81			607	9.810,03
Sertanópolis	2016	25,55	10.068.533,88	6,3	25,89		
Sertanópolis	2017	26,23	10.983.153,55			1.867	5.882,78
Siqueira Campos	2016	34,17	11.759.839,73	6,7	33,29		
Siqueira Campos	2017	32,41	11.601.673,95			2.461	4.714,21
Sulina	2016	27,82	3.853.617,07	5,7	28,45		
Sulina	2017	29,07	4.122.796,86			398	10.358,78
Tamarana	2016	27,01	7.322.265,72	5,1	28,40		

Tamarana	2017	29,78	8.409.149,72			1.738	4.838,40
Tamboara	2016	24,95	3.333.855,27	6,4	25,05		
Tamboara	2017	25,15	3.431.840,41			539	6.367,05
Tapejara	2016	27,34	8.922.724,74	6,5	27,66		
Tapejara	2017	27,98	9.541.577,15			1.949	4.895,57
Tapira	2016	26,27	4.005.464,40	6,2	26,40		
Tapira	2017	26,53	4.252.993,34			647	6.573,40
Teixeira Soares	2016	26,94	7.016.854,87	5,8	29,48		
Teixeira Soares	2017	32,02	8.932.429,72			1.375	6.496,31
Telêmaco Borba	2016	24,39	34.537.508,60	6,3	26,00		
Telêmaco Borba	2017	27,60	41.209.899,84			10.349	3.982,01
Terra Boa	2016	28,57	9.103.672,92	7,2	29,27		
Terra Boa	2017	29,96	10.034.873,11			1.790	5.834,22
Terra Rica	2016	25,61	7.463.310,64	6,1	26,65		
Terra Rica	2017	27,69	8.325.503,16			2.009	4.144,10
Terra Roxa	2016	27,87	11.603.198,49	5,4	27,88		
Terra Roxa	2017	27,88	12.511.868,58			2.277	5.494,89
Tibagi	2016	31,33	18.400.655,05	5,6	29,16		
Tibagi	2017	26,98	17.369.254,74			3.396	5.114,62
Tijucas do Sul	2016	25,72	7.737.809,60	5,6	25,72		
Tijucas do Sul	2017	25,13	7.022.448,84			2.432	2.887,52
Toledo	2016	27,39	70.069.926,43	6,5	26,68		
Toledo	2017	25,96	74.401.274,00			17.215	4.321,88
Tomazina	2016	30,97	5.160.665,27	5,6	28,83		
Tomazina	2017	26,69	4.668.836,31			995	4.692,29
Três Barras do Paraná	2016	31,71	8.808.272,77	6,2	31,89		
Três Barras do Paraná	2017	32,06	9.282.156,42			1.508	6.155,27
Tunas do Paraná	2016	25,91	3.974.317,72	4,8	25,75		
Tunas do Paraná	2017	25,58	4.060.686,03			1.170	3.470,67
Tuneiras do Oeste	2016	31,65	5.847.883,49	5,7	29,56		
Tuneiras do Oeste	2017	27,47	5.182.543,91			1.038	4.992,81
Tupãssi	2016	31,27	7.314.586,43	7,5	29,61		
Tupãssi	2017	27,94	7.045.179,94			1.029	6.846,62
Turvo	2016	26,62	7.862.329,00	6,5	26,58		
Turvo	2017	26,53	8.327.789,60			2.134	3.902,43
Ubiratã	2016	29,01	13.532.802,51	7,0	29,70		

Ubiratã	2017	30,38	16.087.333,43			2.724	5.905,77
Umuarama	2016	27,00	43.759.795,29	6,6	26,20		
Umuarama	2017	25,40	45.424.520,82			12.272	3.701,47
União da Vitória	2016	31,25	25.461.719,19	6,3	30,09		
União da Vitória	2017	28,93	24.642.405,53			7.401	3.329,60
Uniflor	2016	27,16	3.045.830,85	5,9	Sem Média		
Uniflor	2017	Não Transmitiu			Sem Média	250	
Uraí	2016	33,05	6.472.622,01	5,7	31,70		
Uraí	2017	30,34	6.433.430,94			1.251	5.142,63
Ventania	2016	30,93	6.883.644,83	5,1	29,15		
Ventania	2017	27,36	6.112.585,90			1.449	4.218,48
Vera Cruz do Oeste	2016	26,14	4.729.748,46	5,6	27,33		
Vera Cruz do Oeste	2017	28,52	5.299.679,32			1.020	5.195,76
Verê	2016	28,07	5.817.658,72	6,2	29,08		
Verê	2017	30,08	6.535.808,37			943	6.930,85
Virmond	2016	32,02	4.216.875,88	6,2	30,77		
Virmond	2017	29,51	4.070.503,87			543	7.496,32
Vitorino	2016	31,36	6.191.010,94	7,5	29,93		
Vitorino	2017	28,50	5.724.821,59			774	7.396,41
Wenceslau Braz	2016	27,77	9.165.848,33	6,4	28,12		
Wenceslau Braz	2017	28,47	9.450.223,47			2.544	3.714,71
Xambrê	2016	27,30	3.934.826,35	6,0	26,71		
Xambrê	2017	26,12	3.926.949,25			691	5.682,99

FONTE: Dados coletados e tabulados pelo autor (2018).